

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

LUCÍLIA ALVES DE OLIVEIRA

**PROJETO PROFESSOR DA FAMÍLIA: O ESTUDO DE SUA IMPLEMENTAÇÃO
EM UMA ESCOLA DE SERRANOPOLIS DE MINAS (MG)**

JUIZ DE FORA
2015

LUCÍLIA ALVES DE OLIVEIRA

**PROJETO PROFESSOR DA FAMÍLIA: O ESTUDO DE SUA IMPLEMENTAÇÃO
EM UMA ESCOLA DE SERRANOPOLIS DE MINAS (MG)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Rogéria de Almeida Campos Dutra

JUIZ DE FORA

2015

LUCÍLIA ALVES DE OLIVEIRA

**PROJETO PROFESSOR DA FAMÍLIA: O ESTUDO DE SUA IMPLEMENTAÇÃO
EM UMA ESCOLA DE SERRANOPOLIS DE MINAS (MG)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aprovada em 24 de julho de 2015.

Prof(a). Dr(a). Rogéria de Almeida Campos Dutra (Orientadora)
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Membro da banca

Membro da banca

Dedico este trabalho ao meu filho Lucas Oliveira Martins (*in memoriam*). Suas lembranças são eternas.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por estar comigo em todos os momentos da minha vida, principalmente nas etapas desta construção. Obrigada Senhor por mais esta conquista.

À minha filha, Maria Lívia, pelo amor e carinho. Obrigada por me fazer cada dia mais feliz.

Ao meu esposo, Leonardo, pela compreensão nos momentos de ausência, pela cumplicidade nos momentos de desespero e principalmente por me apoiar na realização desse sonho.

Aos meus pais, Abílio e Maria Lurdes, exemplos de força e dedicação na minha vida.

Aos meus irmãos Aclides e Luciene, pelo apoio, amor e carinho nos últimos anos.

Ao meu cunhado Gustavo, pelo carinho, companheirismo e presteza à nossa família nos últimos dois anos.

À equipe do CAEd, pela criação do mestrado profissional em educação. Obrigada por proporcionar aos servidores públicos da educação um curso de tamanha grandeza.

À Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, pelo incentivo à formação profissional. Obrigada pela oportunidade, financiamento do curso e realização de um sonho.

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Rogéria Dutra, pela dedicação, apoio, estímulo, contribuição e, principalmente, por acreditar na minha capacidade de construir esse trabalho.

Às professoras Dr^a. Elita Betânia de Andrade Martins e Dr^a. Ana Cláudia Peters Salgado, que integraram minha banca de qualificação, pelas relevantes sugestões na construção da minha dissertação.

Às minhas assistentes de suporte acadêmico, Amanda, Francisca e Priscila, pelas diversas contribuições que enriqueceram meu texto. Agradeço-lhes por todas as sugestões, oportunidades de crescimento, colaboração na superação das minhas dificuldades e, principalmente, pelo incentivo a fim de concretizar este trabalho.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação Profissional do CAEd, pelo conhecimento compartilhado.

Aos tutores, profissionais da logística e do suporte técnico, pela organização, carinho e paciência para com os mestrandos.

A todos os colegas da turma de 2013 do PPGP, em especial às colegas Irlene Nogueira, Jeane Edna e Caroline Casagrande, pela companhia nos períodos presenciais e apoio nos momentos difíceis.

Às colegas das turmas de 2011 e 2012 do PPGP/CAEd/UFJF e da SRE/Janaúba Deide da Cunha, Daniele Cristina, Elisângela Aparecida, Jane Passos e Lucélia Brant, pela partilha de conhecimentos ao longo do curso.

Aos colegas inspetores da SRE/Janaúba, pelo incentivo, apoio e compreensão nos momentos de estudo. À Ana, Joanice e Lucinete, obrigada por escutar meu caso de gestão e, sobretudo, pelo convívio que enriqueceu muitas reflexões desta pesquisa.

Aos entrevistados SRE/Janaúba, pela disponibilidade em colaborar com a pesquisa.

Aos alunos, pais e servidores da Escola Estadual Ananias Alves do município de Serranópolis de Minas (MG), que muito contribuíram com este trabalho.

Enfim, obrigada a todos aqueles que, de alguma forma, participaram desta vitória!

Esperança é o que se deposita neste
trabalho!
Esperança de Dias melhores!
Dias voltados à educação: das crianças,
dos jovens, das famílias!
Dias infinitos: em favor da vida humana e
respeito ao próximo!

RESUMO

Esta dissertação analisa a implementação do Projeto Professor da Família (Profamilia) na Escola Estadual Ananias Alves, município de Serranópolis de Minas, pertencente à jurisdição da Superintendência Regional de Ensino de Janaúba (MG), sob a perspectiva da participação da família na vida escolar dos filhos. Os objetivos desta pesquisa consistem em verificar as ações desenvolvidas pela equipe gestora do programa nos anos de 2013 e 2014 para elevar os índices de participação das famílias na vida escolar dos filhos, matriculados no ensino médio, cuja finalidade é melhorar a qualidade do ensino ofertado pela escola. A metodologia foi pautada na abordagem qualitativa, a partir da qual foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os diversos atores do projeto inseridos na escola, na comunidade e na SRE/Janaúba, além da análise documental referente à Política Pública Profamilia. Este trabalho tem a sua fundamentação teórica em autores como Condé (2012), Mainardes (2006), Melo e Duarte (2011), Krawczyk (2009), Batista (2009) e Soares (2003). O estudo apresenta o contexto onde a escola está inserida no Estado de Minas Gerais para, então, exibir os seus integrantes. Mostra também o projeto Professor da Família (Profamilia), implementado na escola no ano de 2013, bem como as atividades desenvolvidas no projeto para elevar a participação das famílias na vida escolar dos filhos. Em seguida, apresenta o diálogo com a comunidade escolar (alunos, pais, agentes educacionais, coordenador do projeto, vice-direção, direção, supervisora regional e superintendente) à luz de referenciais teóricos embasados nas discussões de implementação de política pública e participação da família na escola. Por último, disponibiliza-se uma análise propositiva a partir dos dados coletados, em que se evidencia a necessidade de se resgatar a qualidade da educação no ensino médio, bem como de se oportunizarem aos estudantes e familiares políticas públicas capazes de fomentar a vida escolar do estudante no ensino médio de forma que os jovens possam concluir o nível de ensino, ampliar seu capital cultural e expandir suas oportunidades profissionais.

Palavras-chave: Professor da Família; Participação Familiar; Gestão Escolar; Ensino Médio.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the implementation Family's Teacher Project (Profamily), at State School Ananias Alves, Serranópolis Minas's city, of jurisdiction Janaúba's Superintendency Regional Teaching (MG), from the perspective of family's participation in school life of children. The objectives this research consist to check the actions taken by the management team of the program in the years 2013 and 2014 to raise the indices of families participation in school life of their children, enrolled in high school, which purpose is to improve the quality of education offered by the school. The methodology was based on a qualitative approach, which were conducted semi-structured interviews with the various actors of the project inserted at school, in the community and SRE / Janaúba, as well as analysis documents relating to public policy Profamily. This work has its theoretical foundation in authors such as Condé (2012), Mainardes (2006), Melo and Duarte (2011), Krawczyk (2009), Baptist (2009) and Smith (2003). The study shows the context where the school is inserted in the state of Minas Gerais, and then display their members. It also shows the family's projects (Profamily) implemented at the school in 2013 as well as the activities developed in the project to raise the participation of families in the school life of their children. then introduced the dialogue with the school community (students, parents, educational agents, project coordinator, deputy direction, direction, regional supervisor and superintendent) the light of theoretical references grounded in the implementation discussions of public policy and family participation in school. Lastly, there is provided a propositional analysis, from the data collected, which highlights the need to restore the quality of education in high school, as well as create opportunities to students and families public policy able to foster the student's school life in high school, so that young people can complete the level of education, broaden their cultural capital and expand their career opportunities.

Keywords: Family's Teacher; Family's participation; School Management; High School.

LISTA DE ABREVIATURAS

AAPPS	Assessoria de Articulação, Parceria e Participação Social
ALMG	Assembleia Legislativa de Minas Gerais
ATB	Assistente Técnico da Educação Básica
CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
COPASA-MG	Companhia de Saneamento de Minas Gerais
COPANOR	Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira
IPM	Índice de Pobreza Multidimensional
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
PEUB	Professor para o Ensino do Uso da Biblioteca
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP	Projeto Político Pedagógico
Profamilia	Projeto Professor da Família
PROGESTÃO	Programa de Capacitação a Distância para Gestores Escolares
Saeb	Sistema de Avaliação da Educação Pública
SECCRI	Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais
SEDESE	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais
SEDRU	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana
SEDS	Secretaria de Estado de Defesa Social
SEDVAN	Secretaria de Estado de Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e do Norte de Minas
SEEJ	Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude
SEE/MG	Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais

SEGOV	Secretaria de Estado de Governo
SEPLAG	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
SES	Secretaria de Estado de Saúde
SETE	Secretaria de Estado de Trabalho e Emprego
SETOP	Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas
SISAP	Sistema de Administração de Pessoal do Estado de Minas Gerais
SIMADE	Sistema Mineiro de Administração Escolar
Simave	Sistema Mineiro de Avaliação
SRE	Superintendência Regional de Ensino
SRE/Janaúba	Superintendência Regional de Ensino de Janaúba
STF	Supremo Tribunal Federal
Sysadp	Sistema do Portal da Educação
TER	Transporte Escolar Rural
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Projetos que compõem o Programa Travessia	27
Figura 2	Mapa da SRE/Janaúba	38
Figura 3	Organograma estrutural da SRE/Janaúba	39
Figura 4	Mapa do município de Serranópolis de Minas	41

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Regras sobre aquisição de “Travessias”	29
Quadro 2	Regras sobre perda de “Travessias”	30
Quadro 3	Polos regionais das SREs do Estado de Minas Gerais	36
Quadro 4	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Serranópolis de Minas	42
Quadro 5	Ideb do 9º ano do ensino fundamental da E. E. Ananias Alves.....	50
Quadro 6	Ideb do ensino médio do estado de Minas Gerais.....	51
Quadro 7	Taxa de evasão do ensino médio.....	52
Quadro 8	Síntese das ações do Plano de Intervenção Educacional	96

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Alunos e turmas da Escola Estadual Ananias Alves	44
Tabela 2	Quadro do comporta de coordenador local do Profamilia em 2013	55
Tabela 3	Quadro do comporta de coordenador local do Profamilia em 2014	56
Tabela 4	Quadro do comporta de agentes educacionais do Profamilia	56
Tabela 5	Planilha de custos I	100
Tabela 6	Planilha de custos II	103
Tabela 7	Planilha de custos III	104

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	16
1	O PROJETO PROFESSOR DA FAMÍLIA (PROFAMILIA): UM ESTUDO DE CASO DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA VIDA ESCOLAR DOS FILHOS	21
1.1	A participação da família no contexto escolar	21
1.2	A educação no estado de Minas Gerais	23
1.3	O Programa Travessia	25
1.3.1	O Projeto Banco Travessia	28
1.3.2	A moeda Travessia	28
1.4	O Projeto Professor da Família (Profamilia)	31
1.5	Apresentação da Estrutura da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais	34
1.6	A Superintendência Regional de Ensino de Janaúba	37
1.7	O município de Serranópolis de Minas	41
1.8	A caracterização da escola pesquisada	44
1.8.1	O Profamilia na Escola Estadual Ananias Alves	49
1.8.2	O quantitativo de servidores do Profamilia na Escola Estadual Ananias Alves	55
1.8.3	A formação da equipe de trabalho do Profamilia na escola	58
1.9	Qualidade do Ensino Médio: a busca da democratização do acesso, permanência e condições de aprendizagem	59
2	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA PROFESSOR DA FAMÍLIA NA ESCOLA INVESTIGADA	66
2.1	Aspectos metodológicos da pesquisa	66
2.2	Participação da família na escola: experiências desenvolvidas no estado de São Paulo (SP)	69
2.2.1	O Programa Interação Família-Escola de Taboão da Serra/(SP)	70
2.2.2	Programa Interação Família Escola Conhecer para Aprender, da Secretaria de Educação de Hortolândia/SP	72
2.3	A implementação do Projeto Professor da Família na Escola Estadual Ananias Alves: Limites e Perspectivas na visão de seus	

atores	73
2.3.1 A implementação do Projeto Professor da Família na Escola: o que revelam seus atores	75
2.3.2 A aplicação das propostas do Projeto Professor da Família: o que revelam os gestores Responsabilidade da Direção	82
2.3.3 A eficácia do Projeto Professor da Família: o que revelam os alunos e pais	88
2.4 Considerações gerais sobre a implementação do Projeto Professor da Família na Escola Estadual Ananias Alves	92
3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: A INTERVENÇÃO DO PROJETO PROFESSOR DA FAMÍLIA NA ESCOLA PESQUISADA ...	94
3.1 Ações previstas para melhor implantação do projeto na escola	95
3.1.1 Curso de Formação Continuada ao gestor escolar e equipe do Profamilia	98
3.1.2 Inclusão da temática “Interação Escola e Família” nas ações do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio	101
3.1.3 Inserção de Cursos Técnicos concomitantes e subsequentes voltados aos Jovens e Adultos	102
3.1.4 Contratação de um professor coordenador para atuar no 2º Endereço da Escola	102
3.1.5 Criação de uma agenda de monitoramento trimestral do Profamilia na SRE/Janaúba	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS	108
APÊNDICES	115

INTRODUÇÃO

Esta dissertação analisa a implementação do Projeto Professor da Família (Profamilia) na Escola Estadual Ananias Alves, localizada no município de Serranópolis de Minas/MG, sob a perspectiva da interação escola e família. A política pública traz em seu desenho a prática de realizar visitas às residências das famílias, cuja finalidade é elevar a participação das famílias na vida escolar dos filhos.

O presente trabalho traz o pioneirismo, existente nesta política pública, da realização de visitas aos domicílios dos alunos do ensino médio, ainda pouco explorada na literatura sobre o contexto da interação família e escola. De acordo com Reis (2012), o diálogo entre as duas instituições – escola e família – representa a preparação do indivíduo para a vida social, isto é, a inserção de valores e práticas os quais esse indivíduo utilizará ao desempenhar suas respectivas funções sociais.

Nessa conjuntura, a atuação da escola e da família no monitoramento da vida escolar dos estudantes do ensino médio é essencial, garantindo melhores resultados em relação à evasão, repetência e baixo desempenho na aprendizagem com vistas à prática de uma gestão escolar pública de qualidade.

De acordo com o Decreto 6094/2007, que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (BRASIL, 2007), a qualidade da educação básica será verificada de acordo com os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Esse índice é calculado a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Assim, os indicadores do Ideb podem dimensionar, mesmo que em parte, a efetividade das políticas educacionais.

Os resultados do Ideb possibilitam ao sistema educacional traçar metas na melhoria dos resultados das escolas. Nessa direção, o desafio atual consiste em ampliar as condições de acesso, permanência e melhoria da qualidade do ensino oferecido, principalmente na última etapa da educação básica – o ensino médio.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº. 9394/96, prevê, conforme disposto em seu Art. 4º, inciso I, educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, apresentando o ensino médio como última etapa da educação básica. A oferta obrigatória e gratuita do ensino médio é regulamentada no ano de 2013, conforme alteração da LDB por

meio da Lei nº 12.796, de 04 de abril, sendo o nível de ensino foco de estudos com vistas à promoção da ampliação das vagas e melhoria do ensino médio (BRASIL, 2013b). De acordo com Castro, Torres e França (2013), o número de jovens brasileiros de 15 a 17 anos cursando o ensino médio em 2011 é inferior a 51%. Os autores destacam ainda que, entre 1999 e 2011, a taxa de abandono no ensino médio saltou de 7,4% para 16,2%.

Os dados do ensino médio indicam que o nível de ensino se torna um desafio para os diversos sistemas de ensino, tendo em vista que os indicadores de desempenho escolar praticamente não se alteraram no período entre 1999 e 2011, apesar dos esforços realizados pelo setor público.

De acordo com o Caderno de Indicadores (MINAS GERAIS, 2013b), em Minas Gerais, a taxa de frequência líquida¹ à escola da população de 15 a 17 anos em 2011 representa 56%, enquanto, na região Norte de Minas representa 50,9%.

Os dados divulgados quanto à taxa de frequência líquida no ensino médio mineiro demonstraram a urgência em traçar políticas públicas voltadas ao Ensino Médio.

Nesse contexto, surge, em 2011, o Projeto Professor da Família (Profamilia), inserido em escolas da Rede Estadual de Educação do estado de Minas Gerais.

Segundo a Secretaria de Educação Estadual de Minas Gerais (SEE/MG), o Profamilia iniciou suas atividades no ano de 2011 sob a coordenação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais (SEDESE).

O Profamilia é uma iniciativa do Programa Estruturador Educação para Crescer, da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, implantado em escolas de ensino médio de municípios com até 30 mil habitantes e com IDEB abaixo da média nacional. Os objetivos do Programa são: aumentar o desempenho escolar dos alunos, reduzir os índices de evasão, ampliar a participação da família na vida escolar dos alunos e incentivar o retorno dos pais / responsáveis aos estudos (MINAS GERAIS, 2014a).

A seleção das escolas a serem beneficiadas com a implantação do Projeto Professor da Família, no ano de 2013, teve como critério a existência do projeto Banco Travessia no município, sendo este pré-requisito para a escola participar do Profamilia.

¹ O indicador é uma medida da proporção de pessoas de determinada faixa etária que frequentam a escola na série adequada, conforme a adequação idade-série do sistema educacional brasileiro.

No ano de 2012, o Profamilia atendeu 22 escolas, distribuídas em 12 municípios do estado de Minas Gerais. Em 2013, o projeto foi ampliado a outros 31 municípios, dentre os quais está o município de Serranópolis de Minas, local onde está situada uma escola da rede estadual selecionada para a pesquisa, pertencente à jurisdição da SRE/Janaúba: a Escola Estadual Ananias Alves (MINAS GERAIS, 2014a).

A inclusão da Escola Estadual Ananias Alves na lista das escolas contempladas com a implementação do Profamilia despertou o interesse em pesquisar as ações desenvolvidas pelo Programa para elevar a participação das famílias dos alunos do ensino médio na vida escolar dos filhos.

Frente aos desafios propostos à oferta do ensino médio de qualidade e aos objetivos do Profamilia, a presente dissertação tem como foco a análise da implementação da política pública educacional intitulada Projeto Professor da Família na Escola Estadual Ananias Alves, situada no município de Serranópolis de Minas/MG. Nesse sentido, são objetivos deste estudo avaliar a implementação da política pública no âmbito escolar e investigar como os sujeitos envolvidos na experiência analisada percebem os limites e possibilidades da participação da Família na vida escolar dos filhos.

Meu exercício profissional na Inspeção Escolar possibilitou conhecer a realidade escolar da Escola Estadual Ananias Alves a partir de 2013, ano em que passei a acompanhá-la no exercício da minha função. O monitoramento realizado através das visitas àquela instituição de ensino possibilitou perceber a elevação da frequência/participação dos alunos nas aulas e, conseqüentemente, o aumento no desempenho escolar dos alunos e redução dos índices de evasão e reprovação no Ensino Médio. Tais constatações suscitaram o interesse em desvelar a participação familiar na escola, o que também influencia nas taxas de rendimento escolar.

Minha lotação como Analista Educacional/Inspetor Escolar é na SRE/Janaúba, com atuação nas escolas estaduais. Atuo, desde o ano de 2005, no atendimento à Educação Básica das escolas estaduais, municipais e particulares da jurisdição da Superintendência Regional de Ensino de Janaúba/MG, localizada no Norte de Minas Gerais. Na função de inspetora escolar, visualizo os resultados dos avanços e as dificuldades de diversas escolas da regional de Janaúba, uma vez que minhas atribuições de inspetora escolar têm foco nas dimensões pedagógica, administrativa, regulamentar/legislativa e financeira da escola.

Atualmente, acompanho seis escolas estaduais, duas particulares e duas Secretarias Municipais de Educação, distribuídas nos municípios de Janaúba, Porteirinha e Serranópolis de Minas.

O tema desta dissertação apresenta-se como relevante diante do contexto vivenciado pelo ensino médio no estado e na escola pesquisada. Os alunos matriculados nesse nível de ensino são estudantes que constantemente se afastam das atividades escolares devido à necessidade de trabalhar para contribuir com o sustento da família, sendo necessário o monitoramento dos alunos a fim de evitar a evasão escolar e a reprovação da série em curso.

Nesse contexto, o Profamilia busca dar assistência aos jovens inseridos nessa realidade que carecem de acompanhamento na vida escolar, visando a garantir o disposto na Lei nº. 9394/1996 – LDB (BRASIL, 1996) quanto à responsabilidade do estado em assegurar o ensino médio e ao incentivo, por parte do poder público, na tentativa de se melhorar a qualidade desse nível de ensino.

Dessa forma, esta dissertação está organizada em três capítulos. Para a apresentação da pesquisa, iniciamos o capítulo 1 com a discussão acerca da participação da família na escola. Para tanto, nos embasamos nos estudos de Castro e Regattieri (2009) e Neubauer e Silveira (2009). Posteriormente, apresenta-se o contexto da educação no estado de Minas Gerais, no qual o Profamilia está inserido, assim como a caracterização da escola pesquisada. Em um terceiro momento, apresentamos a política pública Profamilia, implementada na escola pesquisada, descrevendo o programa desde sua implantação no estado.

O capítulo 2 traz as contribuições dos entrevistados participantes da pesquisa, dentre eles os sujeitos que executam o programa, bem como os destinatários das ações previstas no desenho do projeto.

Inicialmente, realiza-se a análise dos dados da pesquisa desenvolvida no contexto da escola à luz de um apurado referencial teórico, do qual destacamos as contribuições de Condé (2012), Mainardes (2006), Melo e Duarte (2011), Krawczyk (2009), Batista (2009) e Soares (2003). Neste trabalho, apresentam-se as falas dos entrevistados no que se refere à implementação do projeto na escola e na Secretaria de Educação. Discutem-se, ainda, as dificuldades encontradas pela equipe da SRE/gestores/agentes na aplicação das propostas previstas no programa e a eficácia do programa na concepção dos pais e alunos. Posteriormente, apresenta-se o referencial metodológico aplicado na obtenção dos dados, sob a concepção dos

autores André (1995) e Gil (1994).

A metodologia utilizada constitui-se de uma abordagem qualitativa, enquanto que, para a obtenção dos dados, recorreu-se à pesquisa documental, à pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas.

A pesquisa documental ocorreu em documentos escolares diversos, dentre os quais fichas individuais dos alunos, Regimento Escolar, Proposta Pedagógica, livros de resultados finais, entre outros documentos, a fim de apurar os dados oficiais sobre a participação da família na escola, bem como sobre a implementação do Profamilia na instituição.

As entrevistas semiestruturadas foram aplicadas à Superintendente Regional de Ensino de Janaúba, à supervisora da Divisão de Recursos Humanos da SRE/Janaúba, à equipe gestora (diretores e vice-diretores), à equipe do Profamilia (coordenador e agentes educacionais), agente do Banco Travessia, pais e alunos. A seleção dos participantes para a entrevista considerou o maior tempo de acompanhamento/participação no projeto, desenvolvido nos anos de 2013 e 2014.

Os instrumentos de coleta de dados permitiram identificar e analisar a percepção da equipe do projeto, do diretor da unidade de ensino, das famílias e dos alunos participantes do projeto acerca da gestão do Profamilia na escola, dos resultados e do atendimento da demanda proposta pelo programa.

No capítulo 3, construiu-se o Plano de Ação Educacional (PAE) direcionado ao aprimoramento do projeto e à revisão de práticas detectadas na investigação, ao longo do processo de implementação da política pública. O objetivo foi contribuir com a gestão da escola, bem como aperfeiçoar as ações previstas no Profamilia quanto à participação da família na escola.

Por meio da pesquisa de campo aqui realizada, questões referentes ao bem-estar e à dignidade dos alunos e seus familiares foram, também, percebidas. Sabemos que tais questões extrapolam o âmbito de atuação do Profamilia, no entanto, a nosso ver, ignorar essas carências e fragilidades nas quais os participantes desta pesquisa estão imersos seria uma hipocrisia, considerando o caráter de melhoria social a que se propõe este trabalho.

1 O PROJETO PROFESSOR DA FAMÍLIA (PROFAMILIA): UM ESTUDO DE CASO DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA VIDA ESCOLAR DOS FILHOS

Este primeiro capítulo traz a contextualização referente à Escola Estadual Ananias Alves, descrevendo o contexto onde essa instituição de ensino está inserida no estado de Minas Gerais a partir da descrição da Secretaria de Estado da Educação, da Superintendência Regional de Ensino e, em seguida, do município de Serranópolis de Minas/MG, onde está localizada, para, então, apresentar a escola e seus integrantes. Mostra, também, o projeto Professor da Família (Profamilia), implementado na escola no ano de 2013, bem como as atividades desenvolvidas para elevar a participação das famílias na escola.

Para a exposição dos dados da escola, do Profamilia e da participação da família, neste primeiro momento, foram analisados os seguintes documentos: Regimento e Proposta Pedagógica da escola; Portfólio do Profamilia de 2013; Atas de Reuniões de Pais; Registros de Eventos Culturais; e Formulário do Quadro de Identificação da Escola. Para análise dos resultados das avaliações externas da escola, foram buscadas informações nos registros eletrônicos do *site* do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

1.1 A participação da família no contexto escolar

A Constituição Federal da República do Brasil de 1988, em seu artigo 205, dispõe:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2014a, p. 67)

O texto constitucional reforça a importância da família no contexto escolar, sendo atribuída a esta, pelo Estado, um regime de corresponsabilidade no ato de educar.

Frente aos marcos legais, refletir sobre a participação da família na escola nos remete à garantia de diversas finalidades, tais como: o cumprimento do direito das famílias à informação sobre a educação dos filhos; o fortalecimento da gestão democrática da escola; o envolvimento da família nas condições de aprendizagem dos filhos; o estreitamento de laços entre comunidade e escola; o conhecimento da

realidade do aluno; entre outras (CASTRO; REGATTIERI, 2009).

Nessa linha, a família pode ser entendida como ponto de partida para o trabalho de educação. De acordo com a LDB, os profissionais da educação devem ser os responsáveis pelos processos de aprendizagem, mas não estão sozinhos nessa tarefa. A lei prevê a ação integrada das escolas com as famílias:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema e ensino, terão a incumbência de:

[...] VI – articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; [...]

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

[...] VI – colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

[...] II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996, p. 5-6).

A ação integrada entre escola e família consiste na busca por uma educação de qualidade, reafirmada por meio do Decreto nº 6094/2007, o qual implementa o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação em regime de colaboração com as famílias e a comunidade pela melhoria da qualidade da educação básica.

Assim, entender a forma como atuam as famílias no processo educacional dos filhos traz relevantes contribuições para a compreensão dos desafios enfrentados atualmente na tentativa de promover uma ressignificação na educação em direção à qualidade e à igualdade de oportunidades.

Discutir a atuação das famílias no processo educacional significa lidar com a crise do modelo tradicional da família burguesa composta por pai, mãe e filhos, dando espaço às famílias contemporâneas, sob novos modelos “[...] com mães responsáveis pelo sustento dos filhos, pais solteiros, madrastas e padrastos de segundos casamentos, união entre pessoas do mesmo sexo com direito a adoção de filhos, etc.” (CASTRO; REGATTIERI, 2009, p. 25).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) traz em seu artigo 25, de forma objetiva, o conceito de família, apresentando que “[...] entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes” (BRASIL, 1990, p. 3). O conceito descrito, de certa maneira, acompanha as rápidas transformações da sociedade que impactaram, de forma significativa, a estrutura

familiar. Nessa conjuntura, Castro e Regattieri (2009, p. 26), ao remeterem à nova estrutura familiar, afirmam:

[...] não tem sentido fazer referência a essas diferentes configurações como “famílias desestruturadas”, uma vez que na verdade elas configuram novas estruturas e não a falta de estrutura. Isso não significa dizer que não existam famílias negligentes ou omissas, nem implica em negar a situação de vulnerabilidade de muitas [...]. Vale lembrar que estas transformações e rearranjos familiares se encontram atualmente presentes em todos os grupos sociais e nem todas as crianças oriundas destas novas estruturas familiares vivenciam problemas escolares ou sociais.

Para as autoras, a constituição familiar, independentemente do formato que venha a adotar, continua a ser a base de referência do indivíduo, pois é na família que se iniciam e se estabelecem os primeiros vínculos, na formação de sua identidade. A família exerce papel fundamental na construção da identidade do indivíduo. Nessa direção, a cultura familiar tem sido apontada por especialistas como variável importante na estruturação de padrões de comportamento, de crenças e de valores, dentre os quais a própria compreensão do processo de aprendizagem (CASTRO; REGATTIERI, 2009).

A participação das famílias na vida escolar dos filhos tem se destacado em estudos sociológicos recentes, buscando, entre outros objetivos, identificar os efeitos do envolvimento dos responsáveis na escolaridade dos filhos. Para Castro e Regattieri (2009, p. 26), “[...] os estudiosos do tema atestam que hoje a escola e a família intensificaram como nunca suas relações”.

Buscando compreender a relação escola-família, será analisada neste trabalho a participação da família na vida escolar dos filhos na tentativa de verificar que influência têm as ações da família no êxito ou no fracasso escolar de seus filhos. Segundo Neubauer e Silveira (2009, p. 95), “[...] diferentes graus de participação das famílias na vida escolar oferecem evidências de que há impacto positivo na qualidade da educação nos casos em que a participação é maior”. Para análise do objeto de estudo, será descrito, na próxima seção, o contexto da educação no estado de Minas Gerais.

1.2 A Educação em Minas Gerais

Os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de

2013, divulgados em 04 de setembro de 2014, apontam que os anos iniciais do ensino fundamental em Minas continuam a ser, pela terceira vez consecutiva, os melhores do país, liderança conquistada desde o ano de 2009.

Os dados do Ministério da Educação indicam que, em relação à edição do Ideb do ano de 2011, o Sistema Estadual de Ensino de Minas evoluiu nos resultados dos anos finais do ensino fundamental, passando a ocupar a primeira posição na lista dos estados na avaliação do Ideb de 2013, obtendo o valor de 4,8. No entanto o ensino médio é o nível de ensino de maior preocupação, tendo em vista a queda registrada no Ideb de 2013, no qual se demonstra que o resultado está abaixo da meta estabelecida pelo Ministério da Educação, que é de 4,3.

O Ideb registrado no ensino médio em Minas Gerais no ano de 2011 foi 3,9, enquanto que, em 2013, registrou 3,8. A queda nos resultados do nível de ensino não foi exclusividade do estado, tendo se repetido em outros 12, enquanto 23 não atingiram a meta. O estado de Minas Gerais tinha como meta para 2013 alcançar 4,3 pontos, contudo registrou o Ideb de 3,8, ficando em 7º lugar na classificação dos estados.

Para Gouveia et al. (2009), de modo geral, os resultados do Ideb crescem de forma proporcional ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e de forma inversamente proporcional à taxa de pobreza dos municípios.

Os resultados registrados no Ideb e nas avaliações externas do PROEB de Minas Gerais apontam a necessidade do fortalecimento de políticas educacionais voltadas para o ensino médio visando à elevação da aprendizagem dos alunos, bem como a implantação de políticas sociais que busquem a redução das desigualdades sociais nos municípios com os piores IDH.

De acordo com Setubal (2010), estudos realizados evidenciam, direta ou indiretamente, a tese comprovada teórica e empiricamente da relação positiva entre educação, crescimento econômico e diminuição das desigualdades sociais.

Nas últimas duas décadas, o Brasil registrou grande avanço no combate à pobreza e na promoção da cidadania, cumprindo, com antecedência, a meta estipulada para 2015 de redução pela metade da pobreza extrema e da fome, prevista nos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

O documento que contém as Metas e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foi adotado, unanimemente, pelos países membros das Nações Unidas em setembro de 2000. Nessa direção, foi instituído o Decreto s/nº em 31 de outubro de

2003 que cria o Grupo Técnico para acompanhamento das Metas e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, tendo como função:

[...] subsidiar a elaboração de plano de ação do governo brasileiro para o alcance das Metas e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e monitorar o progresso do Brasil em relação às referidas Metas e Objetivos, por meio de levantamento de dados e informações pertinentes junto aos órgãos setoriais nos três níveis de governo, compreendendo as seguintes atividades:

I - mapeamento dos órgãos e entidades governamentais cujas ações tenham impacto sobre cada uma das metas e objetivos;

II - identificação das bases de dados nas esferas federal, estadual e municipal a serem utilizadas no acompanhamento das Metas e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio;

[...] (BRASIL, 2003, p. 1).

De acordo com dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a pobreza extrema e a fome não apenas foi reduzida pela metade ou a um quarto, mas a menos de um sétimo do nível de 1990. Nesse sentido, Santos (2013) complementa:

É possível observar que o percentual de pobres e indigentes, ou extremamente pobres, vem caindo nas duas últimas décadas. Entre 1990 e 2003 (governos Collor, Franco e FHC), segundo os dados da CEPAL, a pobreza caiu 19,4% e a extrema pobreza, 40,2%. No entanto, durante o governo Lula, no período entre 2003 e 2009, a primeira caiu 35,7% e a segunda, 50,0%. (SANTOS, 2013, p. 55).

Diante da síntese nacional da redução das desigualdades sociais, Minas Gerais tem um cenário desafiador na busca pela redução das desigualdades regionais.

Dessa forma, na tentativa de reduzir as desigualdades em Minas Gerais, o esforço educacional foi acompanhado de políticas sociais como o Programa Travessia, voltado às famílias de alta vulnerabilidade social, programa este que será melhor detalhado na subseção a seguir.

1.3 O Programa Travessia

O Programa Travessia é um programa estruturador do Governo do Estado de Minas Gerais, cujo objetivo é diminuir a extrema pobreza do estado. O Programa foi instituído legalmente em janeiro de 2008 por meio do Decreto Estadual n. 44.705/08 e iniciou sua atuação em cinco municípios: Ribeirão das Neves, Governador Valadares, Jampruca, Franciscópolis e Setubinha.

Em 2009, o Travessia atuou em outros 35 municípios, distribuídos nas regiões Norte e Vales do Rio Doce, Mucuri e Jequitinhonha.

No ano de 2010, foram inseridos outros 70 municípios, distribuídos nas dez macrorregiões de Minas Gerais, localizados em: Alto Paranaíba, Central, Centro Oeste, Jequitinhonha, Mucuri, Mata, Noroeste de Minas, Norte de Minas, Rio Doce e Triângulo. Já no ano de 2011, foram beneficiados outros 44 municípios das regiões Norte, Jequitinhonha, Rio Doce, Central, Sul de Minas, Triângulo, Centro Oeste e Noroeste de Minas.

Cabe destacar que a seleção dos municípios para participação no Programa Travessia, a cada ano, é realizada pelo Comitê de Gestão do Programa Travessia. Esse comitê é composto pelos representantes de diferentes secretarias: Secretaria de Estado de Governo (SEGOV); Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (SECCRI); Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG); Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS); Secretaria de Estado de Saúde - SES; Secretaria de Estado de Trabalho e Emprego (SETE); Secretaria de Estado de Educação (SEE); Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude (SEEJ); Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRU); Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (SETOP); Secretaria de Estado de Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e do Norte de Minas (SEDEVAN); Gabinete do Secretário de Estado Extraordinário de Regularização Fundiária; Assessoria de Articulação, Parceria e Participação Social; Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA-MG); e Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A (COPANOR). O Comitê de Gestão faz o acompanhamento do programa mensalmente e decide quais municípios serão contemplados a cada ano.

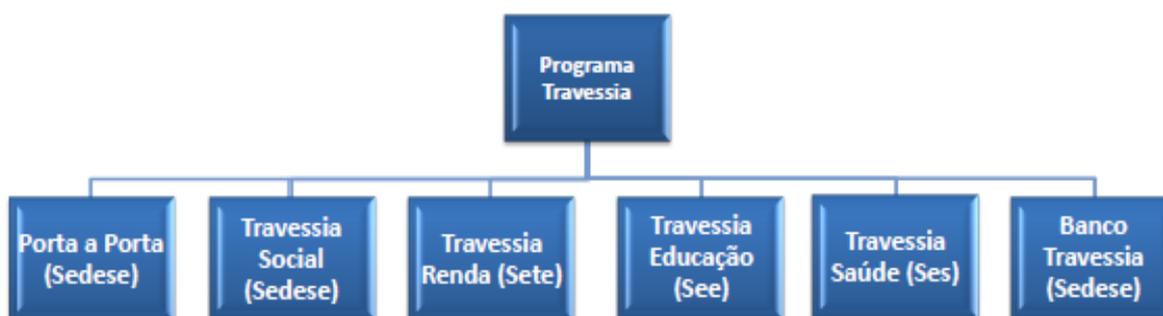
A inserção de novas cidades no Programa Travessia tem como foco os municípios com os piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado, onde a população sobrevive em locais de alta vulnerabilidade social (MINAS GERAIS, 2014a).

Os municípios inseridos no Programa Travessia recebem recursos financeiros para a execução do programa por um período de dois anos. Os incentivos

financeiros são destinados à elaboração de projetos focados na superação das privações da população, cuja finalidade é diminuir a pobreza multidimensional².

Atualmente, o programa está subdividido em seis projetos estruturadores que visam a melhorar a qualidade de vida da população, conforme demonstrado na Figura 1 a seguir.

Figura 1: Projetos que compõem o Programa Travessia



Fonte: Site da Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais.

Os seis projetos apresentados no organograma atendem o desenho da intersetorialidade, sendo distribuídos em várias secretarias conforme o tipo de trabalho realizado. A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais (SEDESE) é responsável por três projetos: o “Porta a Porta”, o “Travessia Social” e o “Banco Travessia”. A Secretaria de Estado de Trabalho e Emprego (SETE) responde pelo “Travessia Renda”, a Secretaria de Estado de Educação (SEE) pelo “Travessia Educação” e a Secretaria de Estado de Saúde (SES) pelo “Travessia Saúde”.

Por meio do Porta a Porta, são realizadas entrevistas com as famílias, nas quais se obtém um diagnóstico da população e do município, o qual permite identificar as maiores privações locais. O Travessia Social tem como foco a infraestrutura e aquisição de bens para os municípios, com o objetivo de minimizar as privações sociais levantadas através do diagnóstico do projeto Porta a Porta.

² A pobreza multidimensional avalia o padrão de vida de um país, por meio do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). Esse índice leva em conta indicadores de saúde (nutrição e mortalidade infantil), educação (anos de estudo e taxa de matrícula) e a qualidade do domicílio (gás de cozinha, banheiro, água, eletricidade, piso e bens duráveis).

Já o Travessia Renda é resultado de uma articulação de diversas áreas e programas dentro da SETE, dentre os quais se destacam a qualificação profissional, o retorno à escolaridade e o mutirão da cidadania, com foco nas oportunidades de emprego e na geração de renda.

Ademais, há, ainda, o Travessia Educação, que visa a sanar as privações educacionais da população em situação de pobreza por meio da melhoria na qualidade da gestão e da infraestrutura educacional, contribuindo para o avanço no ensino e aprendizagem do aluno. O projeto se desmembra em três eixos: Infraestrutura Escolar, PROGESTÃO e EJA, que se destinam, respectivamente, aos alunos, profissionais das escolas e população de 15 anos ou mais de idade.

O Travessia Saúde consiste no investimento em infraestrutura das unidades básicas de saúde e aumento dos atendimentos do Programa Saúde da Família. E o Banco Travessia busca elevar a escolaridade da população através de incentivo financeiro, conforme detalhamento apresentado no Quadro 1 mais adiante.

Dentre os seis projetos do Programa Travessia, o Banco Travessia será detalhado em seção específica uma vez que sua existência no município é pré-requisito para seleção da cidade em outros projetos voltados a educação.

Na próxima seção, apresenta-se o Banco Travessia, que tem como meta a elevação da escolaridade dos membros das famílias com mais de 15 anos de idade e menos de 5 anos de escolaridade, incentivando-os a dar continuidade aos estudos.

1.3.1 O Projeto Banco Travessia

Como já sinalizado anteriormente, o projeto Banco Travessia tem como objetivo oferecer apoio financeiro às famílias de grave privação educacional³ com a finalidade de colaborar com a elevação da escolaridade delas no município. O projeto está alocado na SEDESE, vinculado ao Programa Travessia e foi instituído através do Decreto nº 45.696, de 16 de agosto de 2011.

A existência do Banco Travessia possibilita um caminho para a superação das desigualdades educacionais nos municípios, tendo em vista a possibilidade de as famílias acumularem uma poupança ao término do contrato firmado, no qual os

³ Ver SANDIM (2012, p.138).

torna corresponsáveis pelo cumprimento do termo. O Banco garante a aquisição da moeda travessia, que será apresentado na próxima subseção.

1.3.2 A moeda Travessia

A moeda Travessia é um nome fictício estabelecido pelo Banco Travessia para identificar a moeda que o participante poderá acumular ao longo do projeto. No final do projeto, é aberta uma conta poupança, na qual as moedas travessias acumuladas são convertidas em moeda corrente e sacadas pelo responsável familiar.

A cada curso concluído, o aluno obtém Travessias. As regras para aquisição apresentadas no Quadro 1 a seguir estão dispostas no Anexo I do Decreto nº 45.696/2011.

Quadro 1: Regras sobre aquisição de “Travessias”

	AQUISIÇÃO	VALOR	CATEGORIA
1	Adesão ao Banco Travessia	200	Definitiva
2	Membro da Família que tenha se matriculado na Educação Infantil	50	Provisória
3	Membro da família com mais de 15 anos que tenha ingressado em curso de alfabetização	150	Provisória
4	Membro da família que tenha se matriculado em ano escolar do ensino fundamental	150	Provisória
5	Membro da família que tenha se matriculado em ano escolar do ensino médio	250	Provisória
6	Membro da família que tenha se matriculado no ensino superior	500	Provisória
7	Aprovação escolar	75	Definitiva
8	Membro da família com mais de 15 anos, exceto pai, mãe ou outro responsável, que tenha concluído curso de alfabetização	250	Definitiva
9	Pai, mãe ou outro responsável pela família que tenha concluído curso de alfabetização	300	Definitiva
10	Membro da família com 15 anos ou mais que tenha concluído os anos iniciais do ensino fundamental em Educação de Jovens e Adultos, presencial ou não	300	Definitiva
11	Aluno que tenha concluído o ensino fundamental	250	Definitiva
12	Aluno que tenha concluído o ensino médio	300	Definitiva
13	Membro da família que tenha concluído curso de	200	Definitiva

	qualificação profissional		
14	Membro da família que tenha concluído curso técnico de formação profissional	350	Definitiva
15	Membro da família, exceto pai e mãe ou outro responsável, que seja maior de 18 anos e que tenha firmado contrato de trabalho formal	300	Definitiva
16	Pai, mãe ou outro responsável pela família que tenha firmado contrato de trabalho formal	500	Definitiva

Fonte: Minas Gerais (2011b).

As travessias podem ser provisórias ou definitivas, sendo que as provisórias poderão ser retiradas do aluno caso este não apresente comprovação de conclusão do curso matriculado. Somente após a apresentação do certificado de conclusão a travessia será definitiva.

Quando o aluno abandona o curso ou é reprovado nele, perderá travessias. As regras sobre perdas de travessias estão dispostas no Anexo II do Decreto nº 46.256/2013. Estas regras estão explicitadas no Quadro 2:

Quadro 2: Regras sobre perda de “Travessias”

	PERDAS	VALOR
1	Membro da Família que tenha abandonado a Educação Infantil	50
2	Membro da família com mais de 15 anos que tenha abandonado curso de alfabetização	150
3	Membro da família que tenha abandonado o ensino fundamental	150
4	Membro da família que tenha abandonado o ensino médio	250
5	Membro da família que tenha abandonado o ensino superior	500
6	Membro da família que tenha sido reprovado em série do ensino fundamental ou médio	75

Fonte: Minas Gerais (2013a).

Para retirada das travessias acumuladas e conversão em moeda nacional, o aluno, ou seu responsável, deverá aguardar o prazo firmado no termo de adesão junto ao Banco Travessia, que poderá ser de 2 ou 3 anos, conforme escolha feita pelo responsável familiar no ato da assinatura do termo.

A família⁴ que conseguir comprovar elevação da escolaridade dos membros da família até o término do contrato firmado com o Banco Travessia irá sacar o valor financeiro correspondente ao número de travessias acumuladas, podendo o grupo familiar acumular uma poupança de até cinco mil reais ao fim do acordo celebrado.

À medida que a escolaridade da família progride, o número de travessias acumuladas também é elevado, o que torna a condicionante da comprovação de anos de estudo estabelecida pelo projeto um estímulo para a busca constante por mais escolaridade.

Na próxima seção, é apresentado o projeto Profamilia, da SEEMG, desenvolvido em municípios com acentuada vulnerabilidade social e Ideb abaixo da média nacional.

1.4 O Projeto Professor da Família (Profamilia)

O Profamilia iniciou suas atividades no ano de 2011, com a participação de escolas de ensino médio de municípios com até 30 mil habitantes e com Ideb abaixo da média nacional. Posteriormente, no ano de 2012, o projeto passou a ser gerenciado pela SEE/MG, com o enfoque pedagógico para “[...] incluir, inovar, mediar: família e escola na garantia do direito à educação” (MINAS GERAIS, 2012b, p. 10).

De acordo com a SEE/MG, o projeto surge com o objetivo de aumentar o desempenho escolar dos alunos, contribuir para a redução dos índices de evasão, ampliar a participação da família na vida escolar dos alunos e incentivar o retorno dos pais / responsáveis aos estudos.

O contexto relativo à legislação do Profamilia tem sua origem com a publicação do Decreto nº 46.100, de 10 de dezembro de 2012, que:

Dispõe sobre a Carteira de Programas Estruturadores do Governo do Estado, institui as funções de Gerente de Programa, Gerente de Projeto e Gerente de Processo e designa agentes públicos para o exercício das respectivas funções. (MINAS GERAIS, 2012a, p. 1)

O decreto descreve os programas estruturadores do governo e os projetos

⁴ O Banco Travessia considera família todos os membros residentes no mesmo domicílio, e não somente os consanguíneos.

estratégicos, dentre os quais citamos: o Educação para Crescer da Secretaria de Estado da Educação, ao qual se vincula o Projeto Estratégico Professor da Família; e o Programa Estruturador Travessia da SEDESE, o qual é ligado ao Projeto Estratégico Banco Travessia.

Em 2012, o Profamilia atendeu, inicialmente, uma demanda de 22 escolas, localizadas nas seguintes cidades: Arapuã, Arinos, Capim Branco, Confins, Itinga, Mateus Leme, Matutina, Morro do Pilar, Ninheira, Presidente Kubitschek, Santo Antônio do Itambé e Santo Antônio do Jacinto, distribuídas nas regiões do Vale do Jequitinhonha, Norte de Minas, Noroeste de Minas, Alto Paranaíba e Grande BH.

Em 2013, o projeto foi ampliado a 31 municípios, contemplando cidades de várias SREs, dentre as quais: Caxambu, Curvelo, Diamantina, Governador Valadares, Guanhães, Itajubá, Janaúba, Juiz de Fora, Metropolitana A, Montes Claros, Nova Era, Ouro Preto, Pará de Minas, Pirapora, Ponte Nova, São João del-Rei, Teófilo Otoni e Unaí.

A inserção de novas escolas no projeto utilizou como critério a existência do Projeto Banco Travessia no município selecionado, projeto este inserido no Programa Travessia.

No ano de 2014, não ocorreu ampliação do número de escolas participantes do Profamilia, permanecendo no projeto as instituições já atendidas nos anos anteriores, totalizando 87 escolas, distribuídas em 24 SREs.

Em 2015, a pasta do Projeto Professor da Família foi repassada à nova equipe do atual governo para análise da continuidade da política pública. No entanto as ações desenvolvidas pelos agentes educacionais no projeto ainda não foram autorizadas para reinício, de forma que os alunos e as famílias ainda não estão sendo acompanhadas em 2015. Acredita-se no retorno das atividades, tendo em vista que a Diretoria de Ensino Médio, responsável pelo Profamilia na SEE/MG, comunicou a suspensão do projeto, e não o seu encerramento.

A regulamentação do Profamilia é definida com a publicação da Resolução SEE nº 2.594, de 03 de abril de 2014, que dispõe sobre a implantação do Projeto “Professor da Família” para os alunos do ensino médio da rede estadual de Minas Gerais, na qual estabelece:

Art. 1º Fica instituído, nas escolas da rede estadual de ensino médio, o Projeto “Professor da Família”, destinado, preferencialmente, aos alunos

residentes em regiões de acentuada vulnerabilidade social que apresentam, baixo desempenho escolar e com reflexo no Índice de Educação Básica – IDEB – abaixo da média nacional.

Art. 2º As escolas que ofertarão o projeto mencionado no artigo anterior serão indicadas pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG), considerando:

- I- os estudos dos índices de vulnerabilidade social de cada região;
- II- a proficiência da escola em Língua Portuguesa e em Matemática;
- III- o Índice de Educação Básica – IDEB – abaixo da média nacional;
- IV- a localização em municípios pertencentes ao Programa Travessia. (MINAS GERAIS, 2014b, p. 1).

Essa resolução, publicada no ano de 2014, ratificou os critérios utilizados anteriormente a fim de selecionar novas escolas para participarem do projeto, definindo como critério a participação do município no Programa Travessia. Assim, possibilitou expansão do projeto a outras instituições, desde que atendessem os itens definidos na citada resolução.

O Profamilia é implementado contando com a participação de vários atores, dentre os quais citamos: o coordenador institucional da SEE/MG, que atua no gerenciamento e na orientação do plano de ação do projeto; a equipe da Superintendência Regional de Ensino, que atua no acompanhamento das atividades desenvolvidas na escola; e a equipe local da escola participante do projeto, composta pelos alunos do ensino médio, dos pais ou responsáveis pelos estudantes, um coordenador do projeto, agentes educacionais, equipe pedagógica, bibliotecários, professores e direção escolar.

O coordenador do projeto tem a função de cumprir, semanalmente, sua carga horária de trabalho no monitoramento e acompanhamento das ações desenvolvidas no projeto através do trabalho executado pelos agentes educacionais, interagir com a direção e equipe pedagógica no desenvolvimento das ações do projeto e efetivar o plano de participação familiar com a escola.

O agente educacional tem como funções: cumprir sua carga horária semanal de atividades, executando visitas domiciliares aos alunos e suas famílias; estabelecer e acompanhar plano de ação com alunos; orientar e motivar alunos e famílias sobre a importância dos estudos, incentivando aqueles que queiram retomar os estudos; planejar seu trabalho de acompanhamento junto aos servidores da escola por meio do plano pedagógico da escola.

A equipe pedagógica tem a função de exercer atividades de cooperação junto ao coordenador local e aos agentes educacionais na divulgação das ações do

Profamília junto aos alunos e familiares, bem como monitorar o consolidado do acompanhamento escolar dos alunos do ensino médio coletados pelos agentes através das visitas domiciliares.

O esforço dos atores envolvidos no Profamilia na integração do nível macro ao micro é fundamental para a concretização da ação central do projeto, que consiste no acompanhamento dos alunos do ensino médio e de suas famílias, seja por meio das visitas domiciliares, encontros com os pais e/ou responsáveis ou pela realização de ações complementares, como oficinas, encontros, palestras e visitas técnicas.

Após a implementação do Profamilia na escola da rede estadual selecionada, algumas metas são traçadas para o desenvolvimento do projeto na instituição, tais como: visitar 100% dos domicílios dos alunos do ensino médio a cada trimestre de execução do projeto; manter os níveis de frequência à escola dos alunos atendidos em, no mínimo, 75%; garantir o retorno aos estudos de, no mínimo, 5% dos pais de alunos do ensino médio contemplados pelo projeto.

Nessa direção, a realização do planejamento com as ações a serem desenvolvidas pela equipe de trabalho do Profamilia ao longo do ano é construída conforme as metas explicitadas para a escola atingir.

Na seção a seguir, é apresentada a estrutura da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais.

1.5 Apresentação da Estrutura da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais

A Lei Delegada nº 180, de 20/01/2011, dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais. Nela, encontra-se a Secretaria de Estado de Educação (SEE/MG). Segundo o capítulo XIII, artigo 177, da referida lei, esta Secretaria tem por finalidade:

[...] planejar, dirigir, executar, controlar e avaliar as ações setoriais a cargo do Estado relativas à garantia e à promoção da educação, com a participação da sociedade, com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania e para o trabalho, à redução das desigualdades regionais, à equalização de oportunidades e ao reconhecimento da diversidade cultural. (MINAS GERAIS, 2011c, p. 58).

A Lei nº. 180/2011 define, também, as competências da SEE/MG, que são essenciais no campo de atuação da instituição:

- I - formular e coordenar a política estadual de educação e supervisionar sua execução nas instituições que compõem sua área de competência;
- II - formular planos e programas em sua área de competência, observadas as diretrizes gerais de Governo, em articulação com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão;
- III - estabelecer mecanismos que garantam a qualidade do ensino público estadual;
- IV - promover e acompanhar as ações de planejamento e desenvolvimento dos currículos e programas e a pesquisa referente ao desenvolvimento escolar, viabilizando a organização e o funcionamento da escola;
- V - realizar a avaliação da educação e dos recursos humanos no setor, gerando indicadores educacionais e mantendo sistemas de informações;
- VI - desenvolver parcerias, no âmbito da sua competência, com a União, Estados, Municípios e organizações nacionais e internacionais, na forma da lei;
- VII - fortalecer a cooperação com os Municípios, com vistas ao desenvolvimento da educação básica no Estado;
- VIII - coordenar a gestão e a adequação da rede de ensino estadual, o planejamento e a caracterização das obras a serem executadas em prédios escolares, o aparelhamento e o suprimento das escolas e as ações de apoio ao aluno;
- IX - exercer a supervisão das atividades dos órgãos e entidades de sua área de competência;
- X - definir, coordenar e executar as ações da política de capacitação dos educadores e diretores da rede pública de ensino estadual, observadas as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão;
- XI - coordenar, em articulação com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, a gestão das carreiras da educação;
- XII - divulgar as ações da política educacional do Estado e seus resultados, em articulação com a Subsecretaria de Comunicação da Secretaria de Estado de Governo; e
- XIII - exercer atividades correlatas. (MINAS GERAIS, 2011c, p.62-63).

A Lei Delegada apresenta, ainda, a estrutura orgânica básica da SEEMG, a qual é composta por quatro subsecretarias, a saber: Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica; de Informações e Tecnologias Educacionais; de Gestão de Recursos Humanos; e de Administração do Sistema Educacional, que são subdivididas em superintendências. Além das subsecretarias, estão diretamente vinculadas à Secretaria de Educação a Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores, as Superintendências Regionais de Ensino de Porte I e as Superintendências Regionais de Ensino de Porte II⁵, totalizando 47 superintendências. Dessas 47 SREs, 07 são de Porte I e 40, de Porte II. A diferença

⁵ A nomenclatura surge com a divisão das Superintendências em porte I e II, definida a partir da Lei delegada nº122/2007, de 25/01/2007, no §2º do inciso XI do art. 3º.

entre elas é o número de escolas e servidores que atendem, tendo as de Porte I, em sua estrutura, uma diretoria educacional a mais que às de Porte II, conforme decreto nº 45.849 de 27/11/2011, que trata da estrutura da SEE/MG e das SREs.

A Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica, uma das subsecretarias da SEE/MG, está dividida em cinco Superintendências (MINAS GERAIS, 2011a), sendo o Profamilia ligado à Diretoria de Ensino Médio, diretoria que está inserida dentro da Superintendência de Desenvolvimento do Ensino Médio.

A SEE/MG é representada nas regiões do estado através das 47 Superintendências Regionais de Ensino distribuídas pela federação. A divisão dos Polos Regionais das SREs de Minas Gerais está descrita no Quadro 3.

Quadro 3: Polos Regionais das SREs do estado de Minas Gerais

Pólo Regional Centro	Pólo Regional Sul
1. Metropolitana A 2. Metropolitana B 3. Metropolitana C 4. Conselheiro Lafaiete 5. Pará de Minas 6. Ouro Preto 7. Sete Lagoas 8. Divinópolis	1. Campo Belo 2. Caxambu 3. Itajubá 4. Passos 5. Varginha 6. Pouso Alegre 7. São Sebastião do Paraíso 8. Poços de Caldas
Pólo Regional Mata	Pólo Regional Triângulo
1. Barbacena 2. Carangola 3. Juiz de Fora 4. Ubá 5. Muriaé 6. Ponte Nova 7. São João Del Rei 8. Leopoldina	1. Ituiutaba 2. Monte Carmelo 3. Paracatu 4. Unai 5. Patrocínio 6. Uberaba 7. Uberlândia 8. Patos de Minas
Pólo Regional Norte	Pólo Regional Vale do Aço
1. Curvelo 2. Diamantina 3. Pirapora 4. Janaúria 5. Montes Claros 6. Janaúba	1. Almenara 2. Araçuaí 3. Caratinga 4. Coronel Fabriciano 5. Governador Valadares 6. Teófilo Otoni 7. Manhuaçu 8. Nova Era 9. Guanhães

Fonte: Minas Gerais (2013b).

O quadro acima apresenta a divisão dos polos realizada pela SEE-MG, a qual dividiu o estado em seis Polos Regionais, distribuindo as superintendências regionais de ensino por polo, de acordo com sua localização.

Na próxima seção, apresentam-se as características educacionais da SRE/Janaúba.

1.6 A SRE de Janaúba

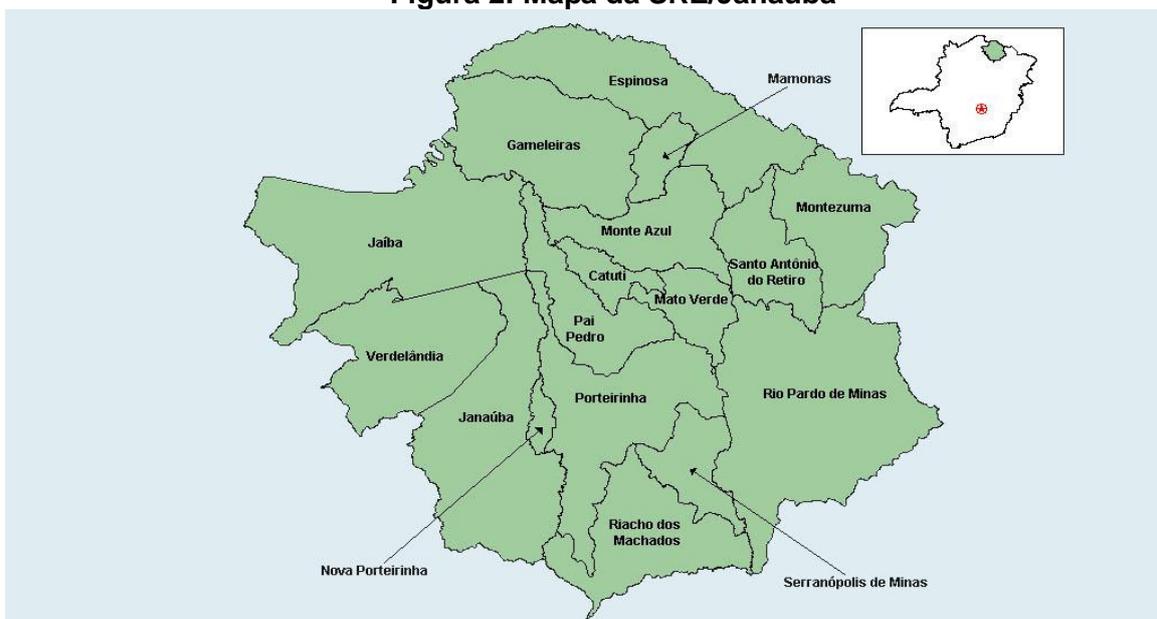
A SRE de Janaúba é uma das 40 superintendências de porte II, atendendo 17 municípios e um total de 94 escolas estaduais, 299 municipais e 29 particulares.

A SRE de Janaúba foi criada na estrutura orgânica da Secretaria de Estado de Educação no ano de 2003 por meio da Lei Delegada nº 59, de 29 de janeiro de 2003, com sede no município de Janaúba/MG. A SRE/Janaúba integra o Polo Regional Norte na divisão dos polos da SEE/MG. Até o ano de 2003, a regional de Janaúba pertencia à regional da SRE de Montes Claros, quando esta foi desmembrada devido à grande extensão territorial que dava assistência aos municípios. Assim, a SRE/Janaúba passou a ser independente, com sede no município de Janaúba.

Com a nova divisão territorial das Superintendências de Ensino, Janaúba recebe 17 municípios localizados no norte de Minas Gerais, com indicadores sociais e econômicos muito baixos, que demandam maior assistência do Estado e da regional de ensino. A SRE/Janaúba faz parte das 47 regionais pertencentes à Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, sendo uma das quarenta superintendências de porte II.

A SRE de Janaúba localiza-se no norte de Minas Gerais e atende 17 municípios, os quais se encontram representados no mapa da Figura 2 a seguir.

Figura 2: Mapa da SRE/Janaúba



Fonte: Site da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais.

Os 17 municípios apresentados no mapa compõem a regional de Janaúba, que coordena 94 escolas estaduais, 299 escolas municipais e 29 escolas particulares, atendendo a 91.011 alunos.

Dos 17 municípios da SRE/Janaúba, onze deles possuem população de até 20 mil habitantes, apresentando características comuns a grande parte dos municípios brasileiros, conforme descrito por Riani (2013).

Além de serem municípios de pequeno porte – de acordo com o referido autor, cerca de 71% dos municípios brasileiros não alcançam o número de 20 mil habitantes –, apresentam grandes desafios ao desenvolvimento econômico. Este quadro é agravado pela situação das administrações municipais, que vivem da mendicância junto aos governos federal e estadual, sendo que, via de regra, demonstram dificuldades para gerarem políticas públicas econômicas e sociais que resultem no desenvolvimento local. Soma-se a esse contexto a postura leniente dos prefeitos em relação à instituição e arrecadação tributárias, visando a manter o apoio político no processo eleitoral. Portanto, é mais fácil pedir do que gerar receita própria (RIANI, 2013).

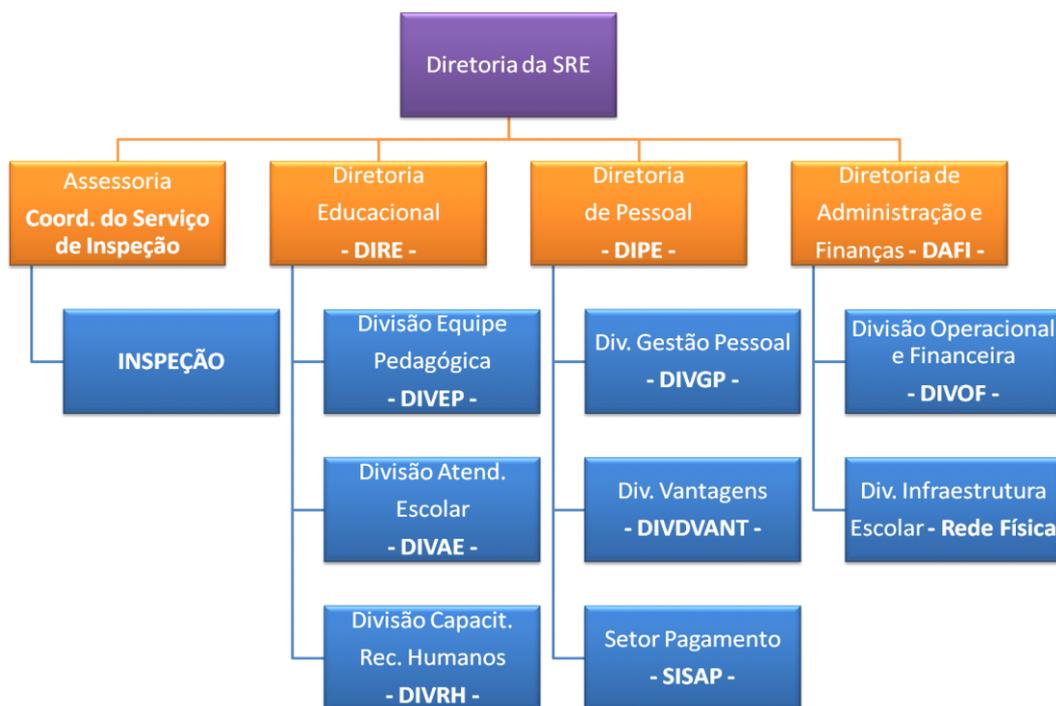
O recorte do texto de Riani (2013) nos permite reconhecer que a SRE/Janaúba não possui nenhum município com mais de 100 mil habitantes. O

município mais populoso é Janaúba, seguido, respectivamente, de Porteirinha, Jaíba, Espinosa, Rio Pardo de Minas e Monte Azul.

De acordo com dados do IBGE, o município de Janaúba apresentava, em 2014, população estimada em 70.472 habitantes. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município encontrava-se em 2028º lugar em nível nacional. Considerando a média aritmética do nível de desenvolvimento educacional do município, a renda da população e a expectativa de vida, o município de Janaúba apresenta IDH de 0.696. Essa avaliação é considerada como médio desenvolvimento, obtendo o índice de 0,796 em longevidade (saúde), 0,654 em renda e 0,649 em educação.

Após o recebimento do prédio da SRE/Janaúba na sede do município, iniciaram-se os primeiros trabalhos ao final do ano de 2003, quando foi elaborado o organograma estrutural da SRE⁶ de acordo com o organograma da SEE/MG.

Figura 3: Organograma Estrutural da SRE/Janaúba



Fonte: Dados internos da SRE de Janaúba.

⁶ O organograma da SRE/Janaúba apresentado neste trabalho foi elaborado em conformidade com a legislação atual do Poder Executivo mineiro, fundamentada no Decreto nº 45.914, de 16 de fevereiro de 2012; no Decreto nº 45.849, de 27 de dezembro de 2011; e na Lei Delegada nº 180, de 20 de janeiro de 2011.

O organograma da SRE/Janaúba apresenta a inspeção escolar, que está ligada diretamente à Diretoria Geral e dá assistência a todas as diretorias da SRE, posteriormente às três diretorias previstas no Decreto nº 45.849/2011, a saber: Diretoria Educacional (DIRE), Diretoria de Pessoal (DIPE) e Diretoria de Administração e Finanças (DAFI).

A Diretoria de Administração e Finanças (DAFI) é composta pela Divisão Operacional e Financeira (DIVOF) e pelo Setor de Infraestrutura Escolar. Essa Diretoria é responsável por toda parte relativa ao financeiro e administrativo das escolas. É nela que são feitas as análises de prestação de contas apresentadas, a solicitação e a liberação de verbas para construção, ampliação e melhoria da infraestrutura da escola.

A Diretoria de Pessoal (DIPE) é composta pela Divisão de Direitos e Vantagens, Divisão de Gestão de Pessoal e o Setor de Pagamento. É ela a responsável pela parte da vida funcional do servidor, que trata dos direitos, deveres e benefícios dos servidores (MINAS GERAIS, 2011a).

Já a Diretoria Educacional tem por finalidade coordenar, no âmbito regional, o desenvolvimento das ações pedagógicas e de atendimento escolar. Na Diretoria Educacional, está a Divisão de Capacitação de Recursos Humanos, que, através dos Analistas Educacionais e Inspectores Escolares, realizam o monitoramento dos projetos desenvolvidos nas escolas, dentre eles o Profamilia.

O Profamilia, na Superintendência de Janaúba, está inserido na Diretoria Educacional, especificamente na Divisão de Capacitação de Recursos Humanos (DIVRH). A equipe responsável pelo acompanhamento do projeto na SRE é composta pela supervisora da DIVRH, uma analista educacional da SRE e uma inspetora escolar.

As três servidoras são lotadas na SRE/Janaúba e são responsáveis pelo monitoramento da execução do Profamilia na escola que participa do projeto. O monitoramento das ações desenvolvidas pela equipe do Profamilia na escola é feito através de visitas regulares do serviço de inspeção escolar, bem como das visitas específicas da equipe técnica do Profamilia, lotada na SRE/Janaúba.

A equipe tem como função acompanhar o desenvolvimento do projeto na escola e, ainda, capacitar os coordenadores locais e os agentes educacionais quanto às novidades e alterações ocorridas na estrutura do projeto.

Anualmente, a Diretoria de Ensino Médio da SEE/MG promove cursos de capacitação do Profamilia aos servidores das SREs, diretores escolares, coordenadores locais, agentes educacionais e pedagogos.

O encontro para alinhamento das ações do Profamilia é destinado ao esclarecimento de dúvidas quanto ao desenvolvimento do projeto, partilha e sugestão de experiências desenvolvidas, elaboração e revisão dos planos de ação.

Dentre as 94 escolas estaduais da jurisdição da SRE de Janaúba, o Profamilia, em 2013, está inserido em apenas uma escola estadual: a Escola Estadual Ananias Alves, devido à existência do Banco Travessia na cidade de Serranópolis de Minas, município este que é apresentado a seguir.

1.7 O município de Serranópolis de Minas

O município de Serranópolis de Minas está localizado no norte de Minas Gerais, a 614 km da capital do Estado, numa região com 551,954 km², conforme ilustrado pela Figura 4. Segundo dados do Censo 2010, o município possui 4.425 habitantes, tendo como atividades principais a agricultura e a pecuária (IBGE, 2014).

Figura 4: Mapa do Município de Serranópolis de Minas



Fonte: Site da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais.

O município também é conhecido por suas cachoeiras, que incentivam o turismo. Este se configura como atividade econômica importante, que aquece a economia local, principalmente no período das férias escolares e dos eventos tradicionais, como a Festa de Santa Cruz e a Festa de Nossa Senhora da Conceição. Dentre os principais atrativos turísticos do município, destacam-se as práticas do Ecoturismo, das Caminhadas Ecológicas, banho de rio e cachoeira.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município coloca-o em 3433º lugar em nível nacional. Considerando a média aritmética do nível de desenvolvimento educacional do município, a renda da população e a expectativa de vida, o município de Serranópolis de Minas apresenta IDH de 0,633. Essa avaliação é considerada como médio desenvolvimento, obtendo o índice de 0,773 em longevidade (saúde), 0,608 em renda e 0,539 em educação. O IDH mede o nível de desenvolvimento humano de determinada região e, em 2013, foi calculado com base nos dados do censo demográfico de 2010 do IBGE (IBGE, 2014). O Quadro 4 apresenta o crescimento do desenvolvimento humano nas últimas décadas.

Quadro 4: Índice de Desenvolvimento Humano Município Municipal (IDHM) de Serranópolis de Minas

Períodos avaliados	Ranking IDH	IDHM
1991	5137	0,24
2000	4099	0,44
2010	3433	0,63

Fonte: elaborado pela pesquisadora a partir de dados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2013a).

O município possui poucos estabelecimentos na área educacional, tendo um total 12 escolas. Na rede estadual, possui somente uma escola, que atende dos anos iniciais do ensino fundamental ao ensino médio, localizada na zona urbana, além de um anexo funcionando em segundo endereço, na localidade de Fazenda Gerais.

No segundo endereço, funcionam três turmas do ensino médio para atender a demanda de alunos da localidade, denominada de Fazenda Gerais. As turmas do segundo endereço visam a atender a comunidade local, evitando que os estudantes se desloquem diariamente para a sede da escola no endereço principal, cuja

distância é de 60 quilômetros. Assim, torna-se mais viável o funcionamento das turmas no prédio escolar municipal, cedido pela secretaria municipal de educação de Serranópolis de Minas, situado na zona rural do município, no qual se mantêm a integridade física dos alunos e a redução dos gastos com o transporte escolar.

Por outro lado, cabe destacar que, no segundo endereço, a qualidade do ensino tende a ficar ainda mais comprometida, pois os professores que assumem os cargos geralmente não são habilitados e, quando são licenciados, ao surgir oportunidade para atuarem em municípios vizinhos, rede municipal ou na sede, desistem do contrato no segundo endereço. Outra questão que também interfere é o absenteísmo docente, sendo os estudantes prejudicados devido à falta de professores para assumirem as turmas, gerando déficit de carga horária, que deverá ser reposta através de calendário de reposição.

Na tentativa de garantir o mínimo de 200 dias letivos e 800 horas previstos na LDB, a escola poderá realizar a reposição de carga horária no contraturno ou aos sábados, de acordo com a estrutura da física e as condições da instituição, tendo em vista que a oferta de aulas no contraturno carece de salas ociosas e alimentação para os alunos, considerando que permanecerão por mais de um turno na escola.

Já as aulas repostas aos sábados carecem de autorização da Secretaria Municipal de Educação para aprovação do calendário de reposição, pois as prefeituras, em sua grande maioria, realizam a licitação para 200 dias letivos, e a carga horária de reposição gera um gasto extra. Assim, em alguns casos, é necessária a emissão de termo aditivo pela SEE/MG, pois algumas prefeituras alegam não dispor de recursos financeiros para pagar o transporte na reposição, justificando que o dia letivo/carga horária a serem repostos já foram pagos em data anterior.

Alguns gestores públicos municipais acrescentam ainda que, na rede municipal, o dia letivo ocorreu normalmente, sendo a reposição de carga horária uma situação específica da rede estadual de ensino.

Na rede municipal, são 04 escolas que atendem a demanda de alunos da educação infantil e 07 escolas que acolhem estudantes dos anos iniciais e finais do ensino fundamental, localizadas nas zonas urbana e rural do município. A rede privada no município é inexistente.

As escolas da rede pública do município inseridas neste contexto de dificuldades vêm demonstrando a necessidade da efetivação de políticas públicas

diferenciadas diante dos desafios apresentados. Assim, o envolvimento da comunidade escolar, a participação dos servidores e as trocas de experiências entre as escolas da rede pública poderão gerar melhores indicadores educacionais.

1.8 A caracterização da escola pesquisada

A Escola Estadual Ananias Alves, localizada no centro do município de Serranópolis de Minas, é vinculada à rede pública estadual mineira e oferece à comunidade os anos iniciais do ensino fundamental do 1º ao 5º anos, anos finais do ensino fundamental do 6º ao 9º anos e ensino médio nos turnos matutino, vespertino e noturno.

Conforme dados do SIMADE⁷ 2013, essa escola encerrou o ano letivo de 2013 com 563 (quinhentos e sessenta e três) alunos matriculados, distribuídos conforme apresentado na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1: Alunos e turmas da Escola Estadual Ananias Alves

Turno	Anos Iniciais		Anos Finais		Ensino Médio		Total de alunos
	Nº de alunos	Nº de turmas	Nº de alunos	Nº de turmas	Nº de alunos	Nº de turmas	
Manhã	138	6	69	2	22	1	229
Tarde	22	1	143	4	124	4	289
Noite	0	0	0	0	45	3	45
Total	160	7	212	6	191	8	563

Fonte: organizado pela pesquisadora a partir de dados do SIMADE, 2013.

Desde o ano de 2012, a escola funciona em dois prédios distintos⁸, sendo um na zona urbana, que é próprio, e outro na zona rural do município, cedido pela Prefeitura Municipal de Serranópolis de Minas.

No prédio principal, funcionam desde os anos iniciais do ensino fundamental

⁷ O SIMADE (Sistema Mineiro de Administração Escolar) é um sistema informatizado de gestão para as escolas estaduais de Minas Gerais, desenvolvido pelo CAEd/UFJF.

⁸ Neste trabalho, será denominado “prédio principal” o prédio localizado na zona urbana e “prédio secundário” o prédio situado na zona rural.

ao ensino médio, nos turnos matutino e vespertino.

No prédio secundário, distante 60 km da sede, localizado na Fazenda Gerais, é ofertado o ensino médio, do 1º ao 3º ano, sendo uma turma de cada série, no turno noturno. No anexo em que funcionam as turmas do Ensino Médio, o prédio é coabitado, funcionando, no mesmo espaço, uma escola municipal e a escola estadual. As dependências físicas cedidas para a oferta do ensino médio na escola são três salas de aulas e os espaços físicos compartilhados com os servidores e estudantes da rede municipal, sendo: cozinha, refeitório, secretaria e biblioteca.

A iniciativa de autorização de ensino médio no prédio secundário, situado no segundo endereço, visa a atender a demanda atual de alunos concluintes do 9º ano do ensino fundamental da escola municipal que funciona no mesmo espaço físico. A média de alunos matriculados por turma no ensino médio oscila entre 15 e 20 alunos, sendo bastante reduzida.

A autorização de funcionamento das turmas do ensino médio no segundo endereço, localizado na Fazenda Gerais, é solicitada anualmente via Plano de Atendimento Escolar⁹ e aprovada pela Comissão Municipal de Cadastro Escolar.

A cada ano, são realizadas visitas de verificação pela equipe de inspetores escolares às localidades onde funcionam turmas de segundo endereço a fim de verificar a existência do número de alunos e a necessidade da continuidade do funcionamento da turma no prédio secundário. Caso não se comprove demanda de alunos no fluxo escolar para o ano seguinte, a turma do anexo é suspensa.

A estrutura física do prédio principal é composta de: 09 (nove) salas de aula; laboratório de informática; biblioteca; secretaria; salas para diretor, vice-diretor e especialistas; cantina; refeitório; sala de multimídia; laboratório de ciências; quadra de esportes coberta e vasta área para recreação.

A escola adota o regime de ciclos, orientada pela Resolução SEE nº 2197/2012 (MINAS GERAIS, 2012c). Este se divide em Ciclo da Alfabetização, para 1º, 2º e 3º anos; Ciclo Complementar, para o 4º e 5º anos; Ciclo Intermediário para o 6º e 7º anos; e Ciclo da Consolidação para o 8º e 9º anos.

A instituição de ensino atende a comunidade em idade escolar do município de Serranópolis de Minas há 68 (sessenta e oito) anos, e, por isso, observa-se o

⁹ O Plano de Atendimento Escolar consiste na organização e planejamento para atendimento da demanda educacional para o ano subsequente, sendo as solicitações do plano analisadas e aprovadas por toda a comissão de Cadastro Escolar constituída no município.

respeito dos moradores quanto aos trabalhos desenvolvidos pela instituição. Verifica-se no município grande número de ex-alunos da escola que se tornaram cidadãos vistos como bem-sucedidos profissionalmente por sua população.

Desde a primeira portaria autorizativa de funcionamento, o prédio principal está localizado no mesmo endereço, fazendo uso do mesmo prédio, que, ao longo dos anos, passou por reformas e ampliações visando a atender a demanda.

A equipe gestora da Escola Estadual Ananias Alves é composta pela diretora e duas vice-diretoras. A instituição, atualmente, conta com 52 (cinquenta e dois) professores em seu quadro geral, estando eles vinculados ao sistema em caráter efetivo, efetivado (situação funcional 26 - Decisão ADI 4876 do STF)¹⁰, ou através de contratos temporários. Além da equipe gestora e dos professores que trabalham em salas de aula, o quadro de servidores da escola é contemplado com professores para o uso da biblioteca, serviços, supervisores escolares, secretário, auxiliares de secretaria e pela equipe do Profamilia, formada por um coordenador local e pelos agentes educacionais.

Cabe ressaltar que grande parte dos servidores que compõem o quadro de pessoal da escola desenvolve suas atividades, também, no atendimento aos alunos matriculados no prédio secundário. A equipe gestora realiza um cronograma de atendimento semanal a ser cumprido no prédio secundário por direção, vice-direção, especialista, assistente técnico da educação básica (ATB), auxiliar de serviços da educação básica (ASB) e agentes educacionais, bem como pelos professores que atuam no prédio principal e cumprem parte da sua carga horária semanal no prédio secundário devido ao fato de seus cargos contemplarem aulas nos dois endereços.

O coordenador local é indicado pela escola participante do projeto, no qual conta com o apoio da Superintendência Regional de Ensino para a escolha desse profissional.

A seleção do servidor para atuar na função é realizada obedecendo a critérios definidos na Resolução SEE nº 2.594, de 03 de abril de 2014:

¹⁰ Efetivado(a) se refere ao(à) servidor(a) contemplado(a) pela Lei Complementar nº 100/2007, por meio da qual o(a) funcionário(a) se tornou estável sem concurso público em 06/11/2007. No entanto, em 01/04/2014, a referida Lei, aprovada pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), foi julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), passando os(as) servidores(as) efetivados(as) para a condição de ex-efetivados(as) e, atualmente, para a condição da situação funcional 26 - Decisão ADI 4876 do STF, que tinha o prazo final, estipulado pelo STF para o caso em questão, a data de 01/04/2015. Contudo ocorreu nova votação pelos ministros do STF, em 2015, quanto aos efeitos da modulação estipulada na matéria, sendo aprovada pela Corte do STF a ampliação do prazo de modulação dos efeitos até o final de dezembro de 2015.

I- ser professor da Educação Básica/PEB, efetivo, pertencente ao quadro da escola, que terá a extensão de sua carga horária semanal;
II- ser professor da Educação Básica /PEB, excedente parcial ou totalmente na escola;
III- ser professor da Educação Básica /PEB em ajustamento funcional na escola, após análise dos laudos médicos junto à inspeção escolar;
IV- esgotadas as possibilidades expressas anteriormente, a SEE-MG autorizará, em caráter excepcional, a indicação de um Professor de Educação Básica/PEB, já designado, para atuar como Coordenador Local.
§ 2º Os Coordenadores Locais/PEB receberão, como extensão de carga horária, 5, 10 ou 15 horas aula, definidas pela SEE-MG, destinadas a sua atuação no projeto. (MINAS GERAIS, 2014b, p. 2)

A indicação do servidor para assumir a função de coordenador local é restrita aos professores, podendo tais servidores serem efetivos, efetivados (situação funcional 26 - Decisão ADI 4876 do STF) ou contratados. Entretanto nem sempre haverá a indicação do profissional efetivo ou efetivado que manifeste o interesse em participar do projeto, tendo em vista que deverá ser obedecida ordem de critérios elencados na resolução específica. Havendo servidor excedente na escola, este assumirá o projeto dentro da sua carga horária, e, caso a escola não disponha de servidor para assumir a função, é solicitada a designação.

A carga horária de trabalho do coordenador local poderá ser de cinco, dez ou quinze horas semanais, e a definição das horas de trabalho é realizada de acordo com o número de agentes educacionais autorizados para a instituição.

Os professores efetivos e efetivados, atuando no número de aulas que deu origem à sua estabilidade, assumiram as horas destinadas à coordenação do Profamilia através de extensão de carga horária¹¹. Já os professores excedentes tiveram as horas destinadas à coordenação do projeto incorporadas ao seu cargo, no limite da sua carga horária.

Os professores designados para a função de coordenador local receberam o equivalente a cinco, dez ou quinze aulas, conforme a definição do quantitativo da escola, em contrato de trabalho para desempenhar suas atribuições. A carga horária de trabalho do coordenador local que atua na Escola Estadual Ananias Alves será apresentada mais adiante na Tabela 3.

¹¹ A extensão de carga horária é atribuída aos servidores estáveis, sendo concedida anualmente enquanto durar o projeto. Os servidores efetivados, atualmente da situação funcional 26 - Decisão ADI 4876 do STF, que assumiram extensão de carga horária antes de 01.04.2014, permaneceram até 31.12.2014. Após 01.04.2014, a extensão de carga horária não mais foi atribuída servidor efetivado.

As atribuições do coordenador local do Profamilia foram definidas em documento orientador publicado pela SEE/MG através do manual “Projeto Professor da Família”, no qual é descrito que compete ao coordenador local:

- Apontar os sucessos, as dificuldades e os desafios do Projeto à direção e especialista/EEB da escola, consolidando as informações para a Coordenação Institucional do Órgão Central/SEE-MG.
- Informar sobre a necessidade de apoios complementares à execução do Projeto que não tenham sido previstos aos especialistas/EEB da escola.
- Orientar juntamente com o especialista/EEB os Agentes Educacionais sobre a metodologia das visitas domiciliares.
- Monitorar o andamento das visitas domiciliares de acompanhamento e orientar a compilação dos relatórios elaborados pelos agentes educacionais.
- Elaborar relatórios das visitas de acompanhamento.
- Informar à Coordenação Institucional da SEE-MG sobre as ações dos Agentes Educacionais realizadas no Município.
- Zelar para que se mantenham atualizados dados e atividades desenvolvidas pelos Agentes Educacionais.
- Disponibilizar em tempo hábil as informações que forem solicitadas pelo Órgão Central- SEE-MG.
- Interagir com o corpo discente, docente e técnico-administrativo da escola [gestores escolares: diretores, vice-diretores e especialistas/EEB: supervisor pedagógico e orientador educacional].
- Contribuir para a efetivação do Plano de Participação Familiar com a Escola.
- Organizar juntamente com o especialista/EEB da escola os métodos de estudos alternativos para os alunos.
- Participar de eventos e de capacitações, quando estes forem ofertados pela SEE-MG e a sua respectiva SRE. (MINAS GERAIS, 2012b, p. 14)

Outro documento orientador relativo às atribuições relativas a cada agente atuante do Profamilia é a Resolução SEE nº 2.594, de 03 de abril de 2014. Esse documento traz as atribuições dos agentes educacionais, aos quais compete:

- Identificar, durante a visita às residências dos alunos, familiares que desejam iniciar ou retomar os estudos.
- Estabelecer com o Coordenador Local o Plano de Ação e contribuir para a sua efetivação junto à Escola;
- Elaborar os relatórios de visitas domiciliares e encaminhá-los ao Coordenador Local.
- Orientar os alunos e os seus respectivos familiares quanto ao uso da biblioteca.
- Motivar os alunos e aos seus familiares sobre a importância dos hábitos de leitura.
- Colaborar com o Coordenador Local e o Especialista/EEB na efetivação do Plano de Ação com a participação familiar junto à Escola Estadual.
- Participar de eventos e de capacitações, quando estes forem ofertados pela SEE-MG e a sua respectiva SRE.

Exercer suas atividades na unidade escolar, participando do processo de planejamento, de elaboração, de execução e de avaliação do plano de desenvolvimento pedagógico e institucional da escola.

Redigir ofícios, exposições de motivos, relatórios, informações, atas e outras redações técnicas que se fizerem necessárias.

Coletar, apurar, selecionar, registrar e consolidar dados para a elaboração de informações estatísticas. (MINAS GERAIS, 2014b, p. 4)

De acordo com as atribuições do coordenador e dos agentes educacionais, a equipe se reúne com a direção da escola e demais servidores para a elaboração do plano de ação a ser executado anualmente na instituição, no qual foram definidos as metas e ações a serem executadas, bem como os responsáveis por cada ação.

Os alunos atendidos pela escola são oriundos de todas as localidades, uma vez que é a única escola estadual do município, sendo os alunos residentes tanto na região central da cidade, quanto nos bairros e áreas rurais. Diante disso, percebe-se uma clientela diversificada, onde alguns estudantes advêm da região periférica da cidade e possuem condições socioeconômicas precárias.

1.8.1 O Profamília na Escola Estadual Ananias Alves

Segundo a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (SEPLAG), o Profamilia tem como finalidade:

[...] ampliar a participação da família na vida escolar dos alunos do ensino médio, melhorar o relacionamento dos alunos e familiares junto à escola, além de incentivar que os pais/responsáveis por estes alunos possam iniciar ou retomar os estudos, contribuindo, com isso, para a diminuição da evasão e aumento do rendimento escolar dos alunos atendidos. (MINAS GERAIS, 2015b, [s.p.]).

A existência do projeto Banco Travessia no município é pré-requisito para a seleção de escolas para participar do Profamilia. Nessa direção, a Escola Estadual Ananias Alves, localizada no município de Serranópolis de Minas, foi selecionada para compor o grupo de escolas a serem beneficiadas com a implantação do Projeto Professor da Família no ano de 2013, conforme Ofício Circular SEE/SB/SEM/DIEM nº 227/2012, de 30/10/2012.

Outro fator preponderante na inserção da escola no projeto está relacionado à taxa do Ideb ser abaixo da média nacional, conforme demonstra o Quadro 5 a seguir:

Quadro 5: IDEB 9º ano do ensino fundamental da E.E. Ananias Alves

Períodos Avaliados	IDEB Observado	Metas Projetadas
2005	3,4	-
2007	3,7	3.5
2009	3,1	3,6
2011	3,4	3.9
2013	3,6	4,3
2015	-	4.7
2017	-	4,9
2019	-	5.2
2021	-	5.5

Fonte: elaborado pela pesquisadora, segundo dados do INEP (BRASIL, 2013d).

Nos anos finais do ensino fundamental, o país não alcançou o resultado para cumprir a meta para 2013 de 4,2, adquirindo índice de 4,0 (BRASIL, 2014c). Já em Minas Gerais, no 9º ano, o resultado do Ideb de 2013 foi 4,7, caracterizando mais um avanço se considerarmos o Ideb de 2011, cujo resultado foi 4,4. Segundo dados do Inep, o estado de Minas Gerais vem cumprindo as metas previstas para os anos finais do ensino fundamental, desde a primeira projeção em 2007 (BRASIL, 2013d).

As avaliações do 9º ano demonstram maior preocupação para a escola e para o sistema de ensino, já que, quando chegam ao final do ensino fundamental, os alunos não conseguem manter os mesmos índices dos anos iniciais, ocorrendo uma queda considerável.

A redução dos índices obtidos nas avaliações do 9º ano é motivo de preocupação, tendo em vista que a escola não conseguiu cumprir a meta projetada pelo terceiro ano consecutivo, conforme apresentado no Quadro 5.

Desde a primeira edição do Ideb, em 2005, até o ano de 2013, o 9º ano, na escola estudada neste trabalho, teve crescimento de 0,2 pontos em seu índice, enquanto o crescimento nacional foi de 0,7. Já o crescimento em nível estadual foi de 3,6 em 2005 para 4,7 em 2013, totalizando 1,1 ponto.

Os dados do Inep, em 2013, revelam que, nos anos finais do Ensino Fundamental, a média nacional foi 4,0; a média mineira; 4,7; e a média da escola, 3,6. A escola, portanto, considerando o íterim de desenvolvimento desta pesquisa,

encontra-se com índice menor em relação ao Brasil e ao estado de Minas Gerais.

Assim, o índice de crescimento da E.E. Ananias Alves, do município de Serranópolis de Minas, no 9º ano, representa desconforto e preocupação, tendo em vista que a instituição não consegue cumprir a meta projetada desde o ano de 2009 (BRASIL, 2013d).

Tal situação ganha destaque no cenário da escola, tendo em vista que os estudantes do 9º ano não estão com o aprendizado de acordo com a série, sendo considerados na verificação do fluxo escolar para cursarem o ensino médio, contribuindo com as baixas taxas do Ideb do ensino médio do Brasil e do estado de Minas Gerais, conforme demonstra o Quadro 6 a seguir.

Quadro 6: IDEB do ensino médio do estado de Minas Gerais¹²

Períodos avaliados	IDEB Observado	Metas Projetadas
2005	3,4	-
2007	3,5	3,5
2009	3,6	3,6
2011	3,7	3,7
2013	3,6	4,0
2015	-	4,4
2017	-	4,8
2019	-	5,0
2021	-	5,3

Fonte: elaborado pela pesquisadora, segundo dados do INEP (BRASIL, 2013d).

O Ideb do ensino médio no estado de Minas Gerais, no período de 2005 a 2011, conseguiu manter-se no mínimo previsto nas metas projetadas para o estado. Contudo, no ano de 2013, esse nível de ensino em Minas Gerais e no Brasil apresentou uma queda nos seus indicadores.

No Brasil, a meta prevista para a rede estadual, em 2013, era de alcançar 3,6 pontos, porém o país atingiu 3,4. Já em Minas Gerais, a meta era 4,0, sendo obtido

¹² Cabe esclarecer que os resultados do Ideb do ensino médio são apresentados por regiões geográficas, unidades da federação, bem como no âmbito do país como um todo. Os dados do Ideb do ensino médio não são descritos por escolas devido ao fato de a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), que compõe o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), ser realizada bianualmente, de maneira amostral, para os alunos das redes públicas e privadas do país, matriculados na 4ª série/ 5º ano e 8ª série/ 9º ano do Ensino Fundamental e no 3º ano do Ensino Médio. O quadro contempla os indicadores do Ensino Médio da rede estadual de Minas Gerais.

3,6. O resultado do ensino médio no país ficou estagnado em 3,4 pontos, assim como na medição anterior realizada em 2011.

O Quadro 7, apresentado a seguir, descreve as taxas de evasão do ensino médio no período de 2011 a 2013.

Quadro 7: Taxa de Evasão do ensino médio

Períodos analisados	Evasão no Brasil	Evasão em Minas Gerais	Evasão na E.E. Ananias Alves
2011	9,5	9,1	12,6
2012	9,1	9,0	5,3
2013	9,3	9,5	2,63

Fonte: elaborado pela pesquisadora segundo dados da escola estudada.

O quadro acima descreve os índices de evasão escolar nas esferas nacional, estadual e municipal. Vale ressaltar que a evasão escolar ocorre quando o aluno deixa de frequentar a aula, caracterizando o abandono escolar, durante o ano letivo. A evasão escolar tem sido um grande desafio para as escolas, pais e o sistema educacional.

De acordo com dados do Inep, verifica-se, nos anos de 2011 e 2012, uma redução das taxas de abandono no Brasil e no Estado de Minas Gerais, porém a passos lentos. Já a Escola Estadual Ananias Alves apresentou uma redução bastante significativa no ano de 2012, em relação a 2011, de 57,93 % na taxa de abandono.

No ano de 2013, houve uma elevação nos indicadores de abandono no Brasil e em Minas Gerais. O Brasil apresentou um aumento de 2,19% nas taxas de abandono, enquanto, em Minas Gerais, esse índice subiu para 5,55%. Na contramão do estado, a E.E. Ananias Alves apresentou redução nas taxas de abandono de 56,60%. No ano de 2013, em relação ao ano de 2011, a Escola Estadual Ananias Alves apresentou uma redução nas taxas de abandono de 79,12%.

A reflexão e análise dos indicadores do ensino médio da Escola Estadual Ananias Alves pela equipe gestora tornou-se visível a partir da apresentação do Profamilia aos diretores das escolas estaduais, por meio do 2º Seminário do Profamilia, realizado no período de 19 a 23/11/2012 em Jaboticatubas/MG pela Diretoria de Ensino Médio da Secretaria de Estado da Educação.

A evolução dos dados no que tange à melhoria das taxas de abandono na Escola Estadual Ananias Alves, de certa maneira, possui uma relação com o anúncio da implementação do Profamilia na escola. Tal fato parece mesmo ocorrer, visto que a equipe gestora considerou a iniciativa de inserção do Profamilia na instituição como uma ferramenta a mais para ajudar a escola a superar suas dificuldades, desde o acompanhamento da frequência dos estudantes ao monitoramento da assistência familiar aos alunos na vida escolar, tendo em vista que seriam disponibilizados servidores ao quadro de pessoal da unidade para realizar as atividades de acompanhamento dos alunos.

Assim, a gestora da escola recebeu o projeto com entusiasmo e dedicação, com os quais repassou, para os demais servidores, a importância do projeto e da necessidade de envolvimento da equipe na busca por melhores índices educacionais na instituição.

O encontro para apresentação do Profamilia aos gestores escolares a serem beneficiados com a implementação do projeto no ano de 2013 teve como público alvo servidores das Superintendências Regionais de Ensino (Superintendente, Diretor Educacional, Analista Educacional e Inspetor Escolar) e funcionários das escolas participantes do projeto (Diretor, Pedagogo e Coordenador Local).

As ações inerentes ao Projeto Professor da Família se efetivaram na instituição após a contratação da equipe de trabalho em 05/02/2013, a qual foi composta pelos Assistentes Técnicos da Educação Básica/Agentes Educacionais designados e pela Coordenadora Local do Projeto, sendo servidora efetivada (situação funcional 26 - Decisão ADI 4876 do STF)¹³.

A direção, a coordenadora do projeto, o corpo docente e demais servidores da escola se mobilizaram para a divulgação e implantação do projeto na comunidade no ano de 2013, contando com a presença da comunidade e servidores da escola.

A primeira semana de trabalho da equipe foi marcada por capacitações, realizadas no período de três dias com a presença da direção da escola, dos agentes educacionais, da coordenação do projeto e da equipe da Superintendência Regional de Ensino de Janaúba, representada por analistas educacionais e inspetores escolares. Após a capacitação da equipe executora do Projeto Professor

¹³ Conforme explicado com maior detalhamento na nota explicativa número 10 (ver página 47).

da Família, este foi apresentado a comunidade escolar no período de 25/02/2013 a 28/02/2013.

O trabalho dos membros que compõem a equipe Profamilia foi norteado pelo Plano de Ação elaborado pelos servidores da escola que atuam no projeto. O plano foi definido em 15 (quinze) ações desenvolvidas ao longo do ano, estando estas em conformidade com o objetivo geral do projeto, o qual assinala um conjunto de iniciativas que visam à redução dos índices de evasão escolar, à melhoria do rendimento dos alunos, à elevação da escolaridade dos pais ou responsáveis e familiares dos estudantes e à aproximação da família dos alunos à rotina escolar.

No trabalho desenvolvido pelos quatro agentes educacionais ao longo do ano de 2013, pode-se destacar o desenvolvimento de várias iniciativas, dentre as quais é possível citar: plano de participação familiar; projeto momento família: show de talentos; universo da leitura: embarque nessa viagem; importância da motivação na aprendizagem escolar e aniversário dos 68 anos da E.E. Ananias Alves. Tais ações foram fundamentais na busca do cumprimento dos objetivos do Profamilia, das quais ressalta-se o “universo da leitura: embarque nessa viagem”, tendo em vista que desenvolveu nos alunos o gosto pela leitura e o hábito de ler. Nesse projeto, obtiveram destaque as alunas que leram a maior quantidade de livros de diversos gêneros, dentre elas: Aluna 1, 1º Ano, com a leitura de 64 livros; Aluna 2, 2º Ano, com 33 livros lidos; e Aluna 3, 2º Ano, com a leitura de 32 obras.

A participação das famílias na vida escolar dos estudantes ocorre através do monitoramento da frequência dos filhos na escola, acompanhamento das atividades extraclasse encaminhadas aos alunos, bem como da participação em eventos comemorativos e reuniões de pais na escola. A partir da inserção da escola no Profamilia, tais ações foram acrescentadas com maior frequência na rotina escolar. As equipes gestoras da escola e do Profamilia se empenharam em desenvolver projetos de incentivo à participação familiar no dia a dia da escola, o que possibilitou a ampliação do número de pais participantes nas atividades cotidianas da instituição.

Na próxima seção, apresenta-se o quantitativo de servidores que atuou no projeto professor da família, composto pelo coordenador local e pelos agentes educacionais.

1.8.2 O quantitativo de servidores do Profamilia na Escola Estadual Ananias Alves

A equipe do Profamilia na escola é composta por 01 (um) coordenador local e pelos agentes educacionais. O quantitativo de funcionários é calculado de acordo o número de alunos matriculados na instituição. O coordenador local é selecionado por indicação e interesse do servidor em participar do projeto, obedecendo ao critério de ser do segmento de professores. O cálculo para definição das horas de trabalho destinadas ao projeto pelo coordenador é estabelecido de acordo com a Tabela 2 a seguir.

Tabela 2: Comporta¹⁴ de coordenador local do Profamilia em 2013

Nº de alunos/famílias a serem visitadas	Nº de Coordenadores Locais	Extensão de carga horária (hora/aula)
01 a 150	1	5
151 a 350	1	10
Acima de 351	1	15

Fonte: organizado pela pesquisadora a partir de dados do Profamília, 2013.

No ano de 2013, o coordenador local da escola tinha acrescidas à sua carga horária de trabalho 10 horas/aulas, tendo em vista que a instituição contava com 191 alunos matriculados. Já em 2014, o número de horas destinadas ao projeto pelo coordenador local foi reduzido, tendo em vista que, para 2014, a Diretoria de Ensino Médio da SEE/MG estabeleceu novas regras para cálculo, atrelando o número de horas ao quantitativo de agentes educacionais na instituição, conforme trazido pela Tabela 3 abaixo.

¹⁴ O comporta refere-se à definição do número de servidores e carga horária de trabalho de acordo com o número de matrículas na escola. As orientações quanto ao comporta são definidos em resolução a cada ano ou através de ofício pela SEEMG.

Tabela 3: Quadro do comporta de coordenador local do Profamilia em 2014

Nº de agentes educacionais	Nº de Coordenadores Locais	Extensão de carga horária (hora/aula) do Coordenador Local
01 a 04	1	5
05 a 09	1	10
Acima de 10	1	15

Fonte: organizado pela pesquisadora a partir de dados do Profamília, 2014.

Os agentes educacionais são contratados de acordo com critérios definidos em resolução específica anualmente, que define o quadro de pessoal nas escolas estaduais de Minas Gerais. Assim, a SRE registra, no Sistema do Portal da Educação (Sysadp)¹⁵, a vaga para a designação do ATBD1A/Agente Educacional, juntamente com a justificativa. A definição do quantitativo de agentes educacionais a serem contratados é realizada conforme o número de alunos matriculados no ensino médio, sendo distribuída uma média de 50 alunos para cada agente educacional, utilizando para tal definição a base de dados do Simade do ano anterior, conforme dados apresentados na Tabela 4.

Tabela 4: Quantitativo de agentes educacionais do Profamilia

Ano	Nº de agentes educacionais	Nº de alunos registrados no Simade/ano anterior no ensino médio
2013	4	216
2014	3	191

Fonte: organizado pela pesquisadora a partir de dados do Profamilia, 2014.

As informações sobre o encerramento do ano letivo do ano de 2012, registradas no Simade, dizem que 216 alunos estavam aptos a cursar o ensino médio, sendo que todos se matricularam nesse nível de ensino no ano de 2013. Dessa forma, nesse ano, a escola foi autorizada a contratar 04 profissionais para atuarem na instituição. No entanto, no ano seguinte, o número de matrículas no

¹⁵ Sysadp é um sistema de administração de pessoal que possibilita a inserção de informações do quadro de pessoal das escolas estaduais de Minas Gerais referente à excedência e ao aproveitamento de professores efetivados e informações de vagas a serem autorizadas pela SEE-MG para designação. Para maiores informações acessar: <<http://efetivacao.educacao.mg.gov.br/sysadp/php/manual.htm>>.

ensino médio reduziu, apresentando uma queda de 11,57% – decorrente da taxa de conclusão do nível de ensino –, afetando diretamente o quantitativo de servidores para atuarem no projeto no ano de 2014, sendo reduzido para 03 agentes educacionais.

Na subseção a seguir, é apresentado o percurso para a contratação da equipe de trabalho do Profamilia.

1.8.3 A formação da equipe de trabalho do Profamilia na escola

A participação do gestor escolar no 2º Seminário do Projeto Professor da família, no período de 19 a 23/11/2012, em Jaboticatubas/MG possibilitou ao gestor capacitar e formar a equipe de trabalho na instituição, tendo em vista que a inserção da escola no projeto gerou autorização para contratar servidores para atuarem no projeto.

A autorização para a designação dos servidores para atuarem no Profamilia acontece após a definição do quantitativo da escola. A Secretaria de Estado da Educação publica anualmente uma resolução específica que define os critérios de designação nas escolas estaduais de Minas Gerais.

A resolução traz que nenhuma designação poderá ser processada sem a prévia autorização da Secretaria de Estado de Educação. Assim, o diretor da escola, após definição do comporta do quadro de pessoal e exigências, lança as vagas no portal Sysadp, no qual constarão o cargo/função, a carga horária de trabalho do servidor e o período do contrato. Isso feito, os gestores remetem ao inspetor escolar responsável pela instituição um pedido de conferência da vaga solicitada e autorização para liberação da vaga. O inspetor escolar, por sua vez, confere a vaga e encaminha a solicitação de liberação ao gerente do portal, lotado nas Superintendências Regionais de Ensino.

O gerente do portal Sysadp, de posse da solicitação de liberação da vaga pelo inspetor escolar, libera a vaga em nível regional e encaminha o pedido de autorização à Secretaria de Estado da Educação via portal Sysadp, a quem compete a autorização. A partir daí, as vagas são divulgadas por meio de Editais afixados na própria escola e na escola polo de cada município, obedecendo ao prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário previsto para seleção dos candidatos.

O prazo de 24 (vinte e quatro) horas para divulgação do edital de designação é estabelecido pela resolução do quadro de pessoal publicada anualmente pela SEE/MG. Contudo o prazo para a contratação de professores de alguns conteúdos é insuficiente devido ao déficit de professores habilitados, principalmente no segundo endereço.

O profissional que trabalha no segundo endereço não recebe auxílio transporte para atuar na zona rural, e a cidade de Serranópolis de Minas não dispõe de empresa de transporte coletivo, sendo o servidor o responsável pela sua locomoção até a escola por meio de transporte particular.

Conseqüentemente, tal cargo se torna mais oneroso para o professor que trabalha em segundo endereço, localizado na zona rural, pois a rede estadual de Minas Gerais não faz diferenciação em termos de remuneração para cargo de zona urbana e rural. É considerado o código da unidade administrativa da sede. O SISAP¹⁶ não faz a distinção se o funcionário atua na sede ou na zona rural. Assim, a remuneração do servidor que atua na zona rural acaba sendo inferior ao do funcionário que atua na sede.

O processo descrito apresenta os trâmites para a contratação de servidores para atuarem nas escolas estaduais de Minas Gerais, e, nos casos em que não aparecem candidatos para concorrer às designações, o edital de divulgação fica mantido, aguardando o comparecimento de pretendentes para assumir as funções.

Assim, o gestor escolar só poderá contar com a equipe de trabalho após a designação dos Agentes Educacionais que irão exercer suas atividades na instituição na busca por melhorias da qualidade da educação.

Em vista do contexto apresentado do Profamilia e de sua inserção na Escola Estadual Ananias Alves, na próxima seção, será feita uma abordagem acerca do ensino médio. Posteriormente, serão apresentadas algumas Políticas Públicas para o nível de ensino, em especial, no estado de Minas Gerais.

¹⁶ O SISAP é o Sistema de Administração de Pessoal do Estado de Minas Gerais, programa responsável pelo armazenamento de dados dos servidores que atuam na rede estadual de Minas Gerais.

1.9 Qualidade do Ensino Médio: a busca da democratização do acesso, permanência e condições de aprendizagem

A democratização do ensino a partir da Constituição Federal de 1988 trouxe consigo uma parcela significativa da população que antes não era atendida nos espaços escolares – os jovens das camadas populares. A esse respeito, Leão, Dayrell e Reis (2011) afirmam:

As escolas públicas de ensino médio no Brasil até então eram restritas a jovens das camadas altas e médias da sociedade, os "herdeiros", segundo Bourdieu (2003), com certa homogeneidade de habilidades, conhecimentos e de projetos de futuro. Elas passam então a receber um contingente de alunos cada vez mais heterogêneo, marcado pelo contexto de uma sociedade desigual, com altos índices de pobreza e violência que delimitam os horizontes possíveis de ação dos jovens na sua relação com essa instituição. (LEÃO; DAYRELL; REIS, 2011, p. 255).

Consequentemente, a década de 1990 foi marcada por instituição de reformas e implementação de políticas na educação em todos os níveis e modalidades, visando a garantir o direito previsto na legislação. Nas palavras de Melo e Duarte (2011), é sabido que

foram adotadas iniciativas supostamente voltadas para a melhoria do ensino médio: transferiu-se a responsabilidade da oferta prioritária para os estados; modificou-se a sua estrutura e relação com a educação profissional; introduziu-se o currículo por competências e a avaliação em larga escala, passando a utilizá-la como forma de ingresso no ensino superior; adotou-se a política de fundos e experimentam-se novas propostas pedagógicas que buscam ultrapassar os limites tradicionais da organização curricular por disciplinas. Paralelamente, ajustou-se a oferta à faixa etária correspondente e retiraram-se do sistema regular os estudantes com defasagem idade/série. Mas essas medidas não foram suficientes para ampliação da cobertura e, tampouco, da melhoria da qualidade do ensino oferecido. (MELO; DUARTE, 2011, p. 239).

Nas escolas estaduais de Minas Gerais, algumas ações foram desenvolvidas visando à melhoria do ensino médio, dentre elas o Projeto Professor da Família e o Projeto Reinventando o Ensino Médio¹⁷. Este último, contudo, foi cancelado no ano

¹⁷ O Projeto Reinventando o Ensino Médio foi implantado como projeto piloto em 11 escolas no ano de 2012 e expandido para toda a rede estadual de ensino de Minas Gerais no ano de 2014. Os alunos inseridos no projeto cursavam uma carga horária total no ensino médio de 3.000 horas, atingidas através do cumprimento diário de seis horários.

de 2015, pois a execução da proposta não foi cumprida da mesma forma como prevista em seu desenho.

O projeto foi elaborado para o cumprimento diário de seis aulas com os alunos, porém, a partir da promoção de estudos sobre os impactos do transporte escolar no estado de Minas Gerais, foram sendo propostas alterações, como a liberação dos alunos que dependiam do transporte escolar no sexto horário, de forma que o professor não poderia aplicar atividade avaliativa no último horário, sendo resguardada ao aluno a oportunidade de realizar a atividade.

O projeto Reinventando o Ensino Médio amplia a carga horária de formação dos alunos, alterando-a de 2.500 para 3.000 horas, sendo 2.500 horas compostas por disciplinas da Base Nacional Comum e 500 horas por conteúdos das áreas de empregabilidade. As disciplinas que compõem a Base Nacional Comum estão agrupadas por áreas de conhecimento, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM) contidas na Resolução CEB nº. 02 (BRASIL, 2012).

Assim, a proposta de ampliação da carga horária de 833 horas para 1000 horas anuais no ensino médio foi um grande marco na educação mineira, funcionando dentro do previsto enquanto projeto piloto. No entanto, no ano de 2014, após a extensão do projeto a todas as escolas de ensino médio, surgiram entraves na sua execução nas escolas mineiras, levando-se em conta que os alunos iriam permanecer um tempo diário maior na escola o que afetaria todo o planejamento da escola – questões pedagógicas, administrativas e financeiras.

Na Escola Estadual Ananias Alves, o Projeto Reinventando o Ensino Médio foi implantado no ano de 2014, ocorrendo, na ocasião, o desenvolvimento simultâneo de duas políticas públicas voltadas ao ensino médio, o Reinventando o Ensino Médio e o Profamilia. Com isso, a equipe gestora buscou concentrar todas as turmas do primeiro ano no turno matutino, de forma que os alunos iniciassem a jornada às 7 horas da manhã e finalizassem às 12 horas e 20 minutos, sendo garantidos, ainda, 20 minutos de intervalo. Porém a implantação do projeto foi gradativa, iniciando-se somente com as turmas do primeiro ano.

Nessa conjuntura, os alunos das demais turmas, incluindo os segundos e terceiros anos do ensino médio, finalizavam a jornada às 11 horas e 20 minutos. Assim, os alunos residentes na zona urbana estavam dispensados das atividades escolares e poderiam ir para suas casas, enquanto os estudantes da zona rural, que

dependiam do transporte escolar, deveriam aguardar até o encerramento das aulas das turmas do primeiro ano para retornar aos seus lares. Tal situação permaneceu por aproximadamente 30 dias.

Posteriormente, a SEE/MG comunicou, via ofício, que os alunos que dependiam do transporte escolar seriam liberados das aulas, sendo asseguradas a eles atividades complementares como compensação da aula em que não estivessem presentes.

Nas orientações do projeto, constava que o último horário não poderia ser destinado às aulas de empregabilidade¹⁸, e os conteúdos ministrados nos últimos horários, na maioria das vezes, eram componentes curriculares da base nacional comum, conteúdos esses que os estudantes necessitariam para realizar os exames de vestibular, concursos, Enem, entre outros.

Discutir o desenvolvimento do Projeto Reinventando o Ensino Médio no ano de 2014 na escola investigada significa repensar o que foi ofertado aos alunos da zona rural que dependiam do transporte, já que a esses discentes, que precisavam sair mais cedo da escola, foi reservada a garantia do registro da frequência nas aulas do sexto horário. Contudo foram prejudicados no acesso ao currículo da base nacional comum de, no mínimo, 800 horas definido pela LDB nº 9394/96, tendo em vista que a SEE/MG vem ofertando, anualmente, pelo menos 833 horas e 20 minutos no ensino médio.

No ano de 2015, o referido projeto foi extinto em decorrência da publicação da Resolução SEE nº 2742, de 22 de janeiro de 2015, que revogou a Resolução SEE nº 2.486, de 20 de dezembro de 2013, a qual regulamentava o projeto Reinventando o Ensino Médio na rede pública de Minas Gerais. De acordo com a atual secretária, o programa foi interrompido para que passasse por uma reavaliação, considerando que áreas de empregabilidade eram trabalhadas por professores que tinham formação nas áreas curriculares obrigatórias, sem especialidade na área em que estavam atuando. Outra questão apontada foi o problema logístico relacionado ao sexto horário, principalmente nas escolas do interior, que dependiam de transporte escolar.

¹⁸ O Projeto Reinventando o Ensino Médio era composto por várias áreas de empregabilidade – voltadas à formação profissional: Comunicação Aplicada; Empreendedorismo e Gestão; Meio Ambiente e Recursos Naturais; Tecnologia de Informação e Turismo. Nesse sentido, a escola é responsável por realizar, no início do ano letivo, o seminário de percurso com os alunos e familiares, visando a informar e esclarecer sobre tais áreas, pois os pais deveriam escolher a área que o filho iria estudar durante os três anos.

O encerramento do Projeto Reinventando o Ensino Médio confirma a descontinuidade de políticas públicas educacionais voltadas para o ensino médio em Minas Gerais. Desde o ano de 2005, essa política foi a segunda a ser implantada e interrompida na rede estadual mineira. Primeiramente, faz-se o desenho da política e a coloca-se em prática via projeto piloto, no qual avança com tranquilidade, mas, ao se propor a universalização para toda a rede a política pública, não consegue ser mantida, sendo extinta. Tal fato se deu na universalização do Projeto Escolas Referências no ano de 2008 e se repetiu, novamente, em 2014 ao se expandir o Reinventando o Ensino Médio a toda rede estadual.

Diante do contexto histórico dos projetos voltados ao ensino médio mineiro, percebe-se uma descontinuidade das políticas públicas. Além do fato de os atores envolvidos na execução da proposta não participarem da sua elaboração, verifica-se na SEE/MG a implantação de projetos *topdown*, nos quais os segmentos executores não participam de sua elaboração (CONDE, 2012; MAINARDES, 2006).

A análise do modelo de implementação da política pública denominada de Profamilia fundamenta-se nas teorias de Mainardes (2006) e Condé (2012). Assim, apresentam-se a seguir as principais conceituações desses autores sobre o caráter *top/down* da política, o contexto do ciclo de políticas e como esse ciclo se relaciona com o processo de implementação do Profamilia, em 2013, na Escola Estadual Ananias Alves.

O projeto Professor da Família (Profamilia), desenhado e implementado pela SEE/MG, é uma política pública, descrita por Dye (2009, apud CONDÉ, 2012, p. 8) como política de “caráter *top/down*”, sendo as ações implementadas de cima para baixo.

Diante dos resultados apresentados nos indicadores de desempenho dos alunos do ensino médio e do alto nível de evasão escolar, a Secretaria de Estado de Educação sentiu a necessidade de elaborar um projeto com tais características. Entretanto as bases do sistema escolar não foram consultadas sobre essa necessidade do projeto nem tiveram participação na elaboração. A implementação da política de cima para baixo é, muitas vezes, percebida pela falta do sentimento de pertencimento dos atores envolvidos.

O caráter *top/down* fica explícito nos registros contidos no Portfólio do Profamilia, cujos registros são ações direcionadas ao cumprimento dos objetivos do programa proposto pela SEE/MG. O modelo de implementação da política reflete no

contexto da prática, uma vez que os atores escolares não participaram da discussão e elaboração e, conseqüentemente, não se sentem motivados ou responsáveis pelas transformações por ela exigidas.

A abordagem do “ciclo de políticas”, proposta por Stephen Ball e Richard Bowe (apud MAINARDES, 2006), retrata a natureza complexa da política educacional e a necessidade da existência de articulação dos processos macro e micro, pois a ação dos agentes locais interfere nos resultados das políticas.

Na Escola Estadual Ananias Alves, o Profamilia representa um novo desafio ao gestor escolar, pois trata-se de um projeto pensado pela Secretaria de Estado de Educação e implementado no sentido *top/down* em todo o estado de Minas Gerais, o que vai de encontro com algumas situações específicas das instituições escolares em si, as quais, apesar de pertencerem à mesma rede de ensino, possuem singularidades definidas pelo regionalismo e por suas demandas de alunos.

Na tentativa de trazer a participação dos diversos atores assistidos pela política pública em análise, propôs-se neste trabalho, por meio de um Plano de Ação Educacional, a inserção de algumas ações que contemplassem as demandas da população inserida no contexto escolar, dentre elas a oferta de curso aos jovens e adultos que retornaram ao estudos.

Dentre as ações voltadas a melhoria do ensino médio, cabe destacar o novo Plano Nacional da Educação (PNE), criado pela Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, cuja meta número 3 consiste em “[...] universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%” (BRASIL, 2014b, p. 3).

Observa-se que a universalização do ensino médio é uma das metas do PNE. No entanto faz-se necessário muito mais do que garantir o acesso a esse nível de ensino, é preciso que sejam efetivadas ações em prol da qualidade do ensino e da elevação da aprendizagem dos alunos, por meio das quais os índices de evasão, repetência e distorção idade-série sejam erradicados ou levados a bem próximo de zero.

A Resolução SEE/MG nº 2197/2012, que trata da organização e funcionamento da educação básica nas escolas estaduais de Minas Gerais, vigente desde o ano letivo de 2013, traz em seu art. 33:

As escolas de ensino médio devem prover ensino de qualidade, de forma a ampliar o acesso e as taxas de conclusão e garantir a melhoria da eficiência no uso dos recursos disponíveis e na proficiência dos alunos. (MINAS GERAIS, 2012c, p. 6).

O ensino de qualidade é constantemente citado nas leis, resoluções e diretrizes referentes à educação. Assim, espera-se que essa qualidade seja vivenciada na prática nas escolas em todas as modalidades de ensino.

Segundo a legislação vigente, o Ensino Médio deve ser etapa conclusiva da Educação Básica, cuja base nacional comum trata do desenvolvimento de competências e habilidades para a cidadania, para a continuidade do aprendizado e para o trabalho. Destaca-se, a seguir, um trecho da LDB, Lei nº 9394/1996, que trata do Ensino Médio, no qual podemos observar os principais objetivos “garantidos” pela legislação vigente:

Art. 35. O Ensino Médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

- I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Art. 36.

§ 1º Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do Ensino Médio o educando demonstre:

- I - domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;
- II - conhecimento das formas contemporâneas de linguagem. (BRASIL, 1996, p. 12-13).

Visando a alcançar os objetivos da legislação, é fundamental que a equipe escolar trabalhe de forma inovadora, em consonância com as políticas públicas oriundas do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e da Secretaria Estadual de Educação (SEE/MG), de forma que o PPP contemple ações voltadas para um ensino dinâmico e envolvente, que desperte no aluno o desejo de aprender.

A LDB traz, ainda, no inciso VI do art. 10, a incumbência dos estados em assegurar o ensino fundamental e, com prioridade, o ensino médio (BRASIL, 1996).

Nessa conjuntura, o ensino médio passa a ser atendido prioritariamente pelo estado. A legislação, tanto em nível federal quanto estadual, dispõe sobre o direito do indivíduo em concluir o ensino médio com qualidade. Contudo os resultados do Ideb do ano de 2013 demonstram que os alunos da última etapa da educação básica não atingem as capacidades necessárias para esse nível de ensino.

As constatações desta pesquisa estão inseridas no contexto do caso em estudo, visto que o problema da escola estudada envolve os resultados das turmas de ensino médio, que apontam para uma baixa qualidade nesse nível de ensino.

A professora Nora Krawczyk, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), apresenta um estudo sobre o ensino médio no Brasil, no qual afirma:

As atuais deficiências do Ensino Médio em nosso país são a expressão da presença tardia de um projeto de democratização pública, ainda inacabado, que sofre os abalos das mudanças ocorridas na segunda metade do século XX, que transformaram significativamente a ordem social, econômica e cultural, com importantes consequências para toda a educação pública. (KRAWCZYK, 2009, p. 7)

Dentre os desafios do ensino médio, destacam-se as questões relacionadas ao acesso e à qualidade do ensino ofertado, que têm sido marcadas pelas desigualdades, conforme demonstram os resultados do Ideb dos estudantes matriculados na rede privada comparados ao da rede pública. Para a autora, o grande sentido da democratização do ensino consiste na capacidade de atender a diversidade, tornando-se realidade a partir do momento em que os estudantes do ensino médio aprenderem os conteúdos curriculares e forem capazes de relacioná-los com a realidade em que vivem.

Frente ao contexto descrito do ensino médio e à inserção do Profamilia na Escola Estadual Ananias Alves, no próximo capítulo, serão analisados e discutidos os dados obtidos na pesquisa de campo realizada, que procurou verificar o envolvimento dos atores da política e as ações desenvolvidas pelo gestor da escola pesquisada na direção da implementação do Profamilia.

2 ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA PROFESSOR DA FAMÍLIA NA ESCOLA INVESTIGADA

O presente capítulo, estruturado em três seções, tem por objetivo analisar a implementação da Política Pública Professor da Família na Escola Estadual Ananias Alves no município de Serranópolis de Minas/MG nos anos de 2013 e 2014, sob a perspectiva da participação da família na vida escolar dos filhos, a partir das entrevistas realizadas e do diálogo com a literatura sobre o tema, da qual se destacam as contribuições de Condé (2012), Mainardes (2006), Melo e Duarte (2011), Krawczyk (2009), Batista, Souza e Oliveira (2009) e Soares (2003).

Na primeira seção, será apresentado o percurso metodológico da pesquisa realizada, a qual foi pautada na abordagem qualitativa. Os instrumentos de coleta de dados foram a análise documental do Profamilia e a realização de entrevistas semiestruturadas com pais, alunos, equipe do Profamilia, gestores da escola, supervisora e superintendente da SRE/Janaúba.

Na segunda seção, serão apresentados alguns caminhos para a intervenção no Profamilia por meio do estudo de duas políticas públicas similares implantadas nas cidades de Taboão da Serra e Hortolândia, ambas no estado de São Paulo.

Já na terceira seção, será analisada a implementação da Política Pública Professor da Família na Escola Estadual Ananias Alves a partir das contribuições dos pais, alunos, equipe do Profamilia, gestores da escola, supervisora e superintendente da SRE/Janaúba. Ao longo dessa seção, são apresentadas algumas sugestões para o Plano de Ação Educacional.

2.1 Aspectos metodológicos da pesquisa

A presente pesquisa, ao buscar compreender o processo de implementação da política pública educacional Projeto Professor da Família na Escola Estadual Ananias Alves, localizada no município de Serranópolis de Minas, traz como objetivo avaliar sua implementação, investigando como os sujeitos envolvidos nessa experiência percebem os limites e possibilidades da participação da família na vida escolar dos filhos.

Este trabalho utilizou como instrumentos de pesquisa a análise documental e a aplicação de entrevistas semiestruturadas. A pesquisa documental teve como

objetivo apontar a regulamentação, as diretrizes e os textos relacionados ao processo de implementação do Projeto Professor da Família, além de permitir a construção de um roteiro de entrevistas a ser desenvolvido com os sujeitos que atuaram no Programa, dos quais se destacam: o coordenador local do Profamília; os agentes educacionais do projeto; a equipe gestora da Escola Estadual Ananias Alves; os alunos do 3º ano do ensino médio em 2015; as famílias dos alunos do terceiro ano do ensino médio; e o gerente do Banco Travessia de Serranópolis de Minas.

A realização de entrevistas semiestruturadas partiu da necessidade de se estabelecer um diálogo com os entrevistados, permitindo, assim, verificar o processo de implementação do Profamilia a partir da fala dos diferentes sujeitos do processo.

Considerando a natureza desta pesquisa, elencamos a abordagem qualitativa, cuja forma de investigação se apresenta como mais coerente e adequada para a investigação que será realizada. Entende-se que, nessa abordagem, o significado é de vital importância. Todavia André (1995) alerta-nos no sentido de não utilizar o termo qualitativo de forma genérica, porque, para a autora, qualitativo não é sinônimo de “não quantitativo”:

Eu reservaria os termos quantitativo e qualitativo para diferenciar técnicas de coleta ou, ate melhor, para designar o tipo de dado obtido, e utilizar denominações mais precisas para determinar o tipo de pesquisa realizada: histórica, descritiva, participante, etnográfica, fenomenológica, etc. (ANDRÉ, 1995, p. 24-25).

Este estudo se trata, portanto, de uma pesquisa do tipo descritiva. Segundo Gil (1994), as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, ainda, o estabelecimento de relações entre variáveis.

Nesse sentido, busca-se não apenas descrever a participação das famílias na escola à luz do Profamilia, mas também analisar criticamente os dados coletados, tendo como apoio a produção científica no campo da literatura pertinente.

Para tanto, optou-se por utilizar como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e as entrevistas. A escolha por tais procedimentos justifica-se no sentido de sua adequação aos objetivos desta investigação, em que se procura problematizar a participação da família na escola e

analisar tal processo na política pública do Profamilia. A respeito da pesquisa bibliográfica, Gil (1994) esclarece:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. (GIL, 1994, p. 48).

O mesmo autor sugere que a análise de diversas posições acerca de um problema possa ser resolvida quase exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Reconhece-se, todavia, que a pesquisa documental e a entrevista se colocam como condições fundamentais para cumprir os objetivos do estudo:

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. (GIL, 1994, p. 51).

A pesquisa documental junto à instituição investigada foi realizada desde o ano de 2013, tendo sido analisados documentos escolares diversos, entre eles fichas individuais dos alunos, Regimento Escolar, Proposta Pedagógica, livros de resultados finais, livros de matrícula, Formulário do Quadro de Identificação da Escola, Atas de Reuniões de Pais e o Portfólio do Profamilia de 2013. Informações sobre o desempenho escolar e demais indicadores educacionais relevantes para o desenvolvimento da pesquisa foram obtidas por meio de dados já coletados, como resultados do PROEB, Saeb, Ideb, Censo Escolar e SIMADE. Essas fontes foram acessadas na própria escola, na SRE de Janaúba, SEE/MG e em sites oficiais do Governo federal e do Governo estadual.

Já as entrevistas, orientadas por roteiros semiestruturados, foram realizadas com a equipe gestora do Profamilia, que participa do processo de sua implementação e atua diretamente no âmbito escolar. Na SRE/Janaúba, foram entrevistadas a superintendente e a supervisora regional do Profamilia, com o objetivo de investigar a efetividade do monitoramento da implementação do

Profamilia na unidade escolar pertencente à SRE de Janaúba. A respeito do uso de entrevistas como mecanismo de coleta de dados, Duarte (2004) afirma:

Entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados. (DUARTE, 2004, p. 215).

Foram entrevistados, também, alunos e famílias participantes do Profamilia, com o objetivo de coletar informações que traduzam as expectativas e perspectivas com relação ao Profamilia, bem como de diagnosticar as formas de participação da família no contexto escolar. A seleção dos alunos e respectivas famílias restringiu-se aos estudantes e familiares do 3º ano do ensino médio, no ano de 2015, considerando que as turmas dessa série já estão na escola desde a implementação do Profamilia.

Ademais, também foi entrevistada a gerente do Banco Travessia da cidade de Serranópolis de Minas, com o objetivo de complementar informações quanto à participação da família na escola.

Com esses estudos, optou-se por realizar uma análise que permitisse explorar tanto as características quantitativas como as qualitativas, dando sempre maior ênfase nos aspectos qualitativos.

Na seção a seguir, são descritos alguns caminhos para intervenções no Profamilia.

2.2 Participação da família na escola: experiências desenvolvidas no Estado de São Paulo (SP)

Projetos voltados à participação da família na escola foram implantados em algumas cidades brasileiras, cujos objetivos caminham na mesma direção do Profamilia: elevar a participação das famílias na vida escolar dos filhos. A parceria escola e família no processo de ensino-aprendizagem é fundamental na concepção de Paro (2007, p.10), que afirma:

[...] para funcionar a contento, a escola necessita da adesão de seus usuários (não só de alunos, mas também de seus pais ou responsáveis), aos propósitos educativos a que ela deve visar, e que essa adesão precisa

redundar em ações efetivas que contribuam para o bom desempenho do estudante. (PARO, 2007, p. 10).

A escola, no seu contexto, deve proporcionar a participação da família na escola, assim como a família deve acompanhar os estudos dos filhos. De acordo com Paro (2007), caso isso não ocorra, a escola tem a missão de buscar alternativas para conseguir a adesão da família.

Apesar da escassez de literatura no que tange à interação família e escola com práticas voltadas às visitas domiciliares das famílias dos alunos, a próxima seção apresenta duas experiências do estado de São Paulo – Taboão da Serra e Hortolândia – que foram desenvolvidas com a realização de visitas domiciliares. Assim, tem como objetivo descrever a implementação de tais experiências e, posteriormente, dialogar com alguns pontos do processo.

2.2.1 O Programa Interação Família-Escola de Taboão da Serra/SP

O Programa Interação Família-Escola de Taboão da Serra/SP foi implantado no ano de 2005 sob a orientação do Secretário Municipal de Educação à época, Sr. César Callegari. O programa era voltado ao Ensino Fundamental, nível de ensino atendido pela rede municipal de Taboão da Serra, no qual comungava com os mesmos ideais do Projeto Professor da Família. A importância de iniciativas nesse sentido é corroborada por Bellinato (2012), que defende

a promoção de ensino de qualidade envolvendo a família no processo educativo, fomentando a aproximação destas instituições a fim de garantir-lhes o direito a uma educação de qualidade salvo de toda forma de negligência e de discriminação. (BELLINATO, 2012, p.19).

Entretanto o projeto de Taboão da Serra teve algo de diferente do Projeto Professor da Família. Na implementação do programa, foram realizadas reuniões com os diretores das escolas pilotos selecionadas para conversarem sobre a implementação do projeto nas escolas, momento em que foi considerada a voz dos executores do programa na escola. Posteriormente, os diretores participantes da reunião deveriam se reunir com os funcionários da sua unidade escolar para discutirem o projeto e apresentarem sugestões caso julgassem necessárias. Na

construção da política pública descrita, os atores foram ouvidos e tiveram a oportunidade de colaborar com o desenho da política. De acordo com Reis (2012), a participação dos atores de diversos segmentos na formulação da política pública pode ter sido o motivo pelo qual o projeto interação Família-Escola se destacou no quesito Gestão Escolar ao conquistar o Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) Brasil 2007, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) 2007. Segundo o autor, o projeto foi formulado e desenvolvido, inicialmente, em uma escola municipal e, posteriormente, se transformou em programa municipal.

As ações desenvolvidas pelo Programa Interação Família-Escola da Prefeitura Municipal de Taboão da Serra/SP consistem na realização de visitas pelos professores aos alunos nas residências destes, buscando, nos encontros, a interação mais próxima com os pais, no intuito de tratar do desenvolvimento escolar do aluno, saber sobre a relação entre pais e filhos e demais familiares, como e onde estuda em sua residência e o que o aluno mais gosta de fazer.

As discussões ocorridas com a comunidade escolar e o estudo de temas ligados à interação escola e família tornaram as pessoas mais esclarecidas e conscientes quanto à implantação do programa, o que contribuiu para o fortalecimento do projeto. No estudo do Projeto Professor da Família, cabe destacar que, embora tenha havido alguns problemas semelhantes, este não contou com a participação dos seus atores no momento de sua implantação, sendo um projeto vindo de cima para baixo, de caráter *top/down*.

No item a seguir, faz-se um breve relato sobre o Programa Interação Família Escola Conhecer para Aprender, da Secretaria Municipal de Educação de Hortolândia/SP.

2.2.2 Programa Interação Família Escola Conhecer para Aprender, da Secretaria de Educação de Hortolândia/SP

O Programa Interação Família Escola Conhecer para Aprender, da Secretaria Municipal de Educação de Hortolândia/SP, foi implantado no ano de 2009 a partir da experiência do Programa Interação Família-Escola da cidade de Taboão da Serra.

A experiência do Programa Interação Família Escola Conhecer para Aprender, desenvolvido no município Hortolândia/SP, traz como proposta a aproximação da

escola com a família através de visitas às casas dos alunos, realizadas pelos professores. De acordo com Freitas (2011), o Programa Interação Família Escola Conhecer para Aprender tem como objetivo

garantir às crianças o direito a uma educação de qualidade e a salvo de toda forma de negligência e discriminação, também deseja oferecer condições e informações necessárias para que as famílias participem da gestão da escola, ampliar a rede de proteção social da criança e oferecer dados para a discussão e implantação de políticas públicas no município. (FREITAS, 2011, p. 268).

O programa desenvolvido em Hortolândia (SP) é resultado de adequações e adaptações à sua realidade tendo como base a proposta original de Taboão da Serra. Segundo Freitas (2011), a partir da implementação do Programa, observaram-se várias mudanças, dentre as quais: fortalecimento dos vínculos entre professor-aluno-família; aumento da frequência dos alunos faltosos e melhor rendimento escolar dos estudantes, com maior participação nas aulas; mudança de paradigmas e ressignificação das representações sociais na relação entre escola e família.

O projeto político pedagógico da escola ocupa posição de destaque, uma vez que traz em suas ações a proposta da interação entre escola e família na busca pela parceria necessária entre essas duas instituições.

Para Freitas (2011), o Programa Interação Família Escola Conhecer para Aprender conta com a participação de outros segmentos e atores, constituídos através da comissão intersetorial entre as Secretarias Municipais de Hortolândia/SP. A perspectiva intersetorial desenvolvida no município de Hortolândia, também é comum aos seis projetos que compõem o Programa Travessia, do estado de Minas Gerais, descritos no primeiro capítulo desta dissertação, nos quais se insere o Banco Travessia, condicionante para a existência do Projeto Professor da Família no município de Serranópolis de Minas/MG.

A oferta de treinamento aos servidores que atuam no Projeto Professor da Família em Minas Gerais é prevista nas diretrizes gerais do programa. Na mesma direção, o programa desenvolvido em Hortolândia prevê a formação inicial aos professores que visitam as residências das famílias, sendo discutidos nos estudos os modelos de famílias existentes na sociedade atual. Além dessa formação inicial, outras são proporcionadas durante todo o ano, contemplando temas variados para subsidiar o trabalho do professor.

Cada um dos projetos desenvolvidos nas cidades paulistas foi apresentado de forma sucinta, mas, de cada um deles, foram apresentadas algumas características de sua formulação, que servirão como subsídios para elaboração do Plano de Ação Educacional abordado no próximo capítulo desta dissertação.

Antes de se passar ao Plano de Ação Educacional pensado, será apresentada, na próxima seção, a visão dos atores na implementação do projeto Profamilia na escola.

2.3 A implementação do Projeto Professor da Família na Escola Estadual Ananias Alves: limites e perspectivas na visão de seus atores

Os entrevistados que colaboraram com o estudo sobre a implementação do Projeto Professor da Família na Escola Estadual Ananias Alves foram: alunos; famílias; agente do Banco Travessia; agentes educacionais; coordenador do projeto; vice-diretores; diretor da escola; supervisora regional e superintendente da SRE/Janaúba.

Na coleta dos depoimentos, os entrevistados relataram qual papel representativo eles têm ou tiveram na implementação do projeto na escola. Foram realizadas entrevistas com 22 pessoas, sendo: seis estudantes matriculados no 3º ano do ensino médio em 2015; quatro mães e um pai dos alunos matriculados no 3º ano do ensino médio em 2015; uma agente do Banco Travessia do município de Serranópolis de Minas; quatro agentes educacionais; um coordenador do projeto; duas vice-diretoras; uma diretora; uma supervisora regional e a superintendente. Grande parte dos entrevistados revelou que foram perceptíveis as mudanças em decorrência do Profamilia. Outros acrescentaram, além dos avanços, os entraves que prejudicaram e/ou prejudicam no desenvolvimento das ações destinadas ao projeto.

Todos os sujeitos que contribuíram com o presente estudo foram entrevistados no ano de 2015 e responderam perguntas relacionadas à implementação do Projeto Professor da Família na escola, bem como às dificuldades encontradas pelas equipes da SRE e da escola quanto à aplicação das propostas

previstas no programa e à efetividade do programa para a comunidade atendida pela escola. Os roteiros encontram-se no apêndice da dissertação¹⁹.

As entrevistas com os sujeitos que atuaram no monitoramento do projeto professor da família na SRE/Janaúba – superintendente²⁰ e supervisora regional – ocorreram nos dias 04 e 11 de maio de 2015, sendo os depoimentos das entrevistadas coletados na cidade de Janaúba. Já as entrevistas com os sujeitos da pesquisa inseridos na dimensão escolar foram realizadas nos dias 22 e 23 de abril de 2015 e 13 de maio de 2015 na cidade de Serranópolis de Minas. Os entrevistados que atuam na instituição pesquisada foram ouvidos no recinto da escola. A direção da instituição, juntamente com sua equipe, providenciou uma sala reservada para a coleta dos dados, tanto no prédio da sede quanto no anexo, este localizado no segundo endereço, na Fazenda Curral das Pedras. Nesses espaços disponibilizados, foram coletados os depoimentos dos servidores selecionados para compor a amostra da pesquisa, bem como dos pais e dos alunos selecionados para a entrevista.

Os entrevistados foram muito prestativos no fornecimento das informações à pesquisadora. Inicialmente, a equipe gestora da escola fez a apresentação da pesquisadora aos entrevistados. Posteriormente, fez um breve relato sobre a pesquisa a ser realizada e da importância do estudo do Projeto Professor da Família no município de Serranópolis de Minas, bem como sobre a necessidade de tornar públicas, por meio desta produção, as ações que estão sendo desenvolvidas no Norte do Estado, que carecem de divulgação no meio acadêmico.

Diante da apresentação feita pela equipe da escola e do detalhamento do estudo pela pesquisadora, os entrevistados se sentiram bem à vontade para dialogar sobre as questões postas quanto à implementação do Profamilia na escola.

No diálogo com os pais e alunos, foi perceptível a contribuição subserviente dos entrevistados. Alguns ainda mais tímidos, traduzem sua rotina diária nos relatos descritos, nos quais é possível inferir a urgência de mudanças na vida dessas pessoas não só na área educacional, mas também na assistência às famílias, tendo em vista que são muitas as privações desse recorte no âmbito das áreas de

¹⁹ Ver apêndice 1, página 119.

²⁰ No ano de 2015, com a mudança no âmbito do Governo de Minas Gerais em decorrência das eleições em 2014, alterou-se também o cargo de Superintendente da SRE/Janaúba. No entanto este trabalho contou com a entrevista da gestora anterior, tendo em vista que o recorte da pesquisa se limitou aos anos de 2013 e 2014.

educação, saúde e saneamento básico. Os depoimentos retratam realidades como o analfabetismo, a falta de acesso daquela população a oportunidades profissionais que garantam a elevação dos estudos dos filhos e a necessidade de migração das famílias do município no período de colheita de café para diversas partes do país, o que interfere diretamente na vida escolar e social dos estudantes.

Diante das entrevistas realizadas nesta pesquisa e do diagnóstico de privações das famílias, identificadas por meio dos relatórios através do projeto Porta a Porta e do programa Travessia, faz-se necessário o uso desse banco de dados com o objetivo de traçar políticas públicas municipais visando a acompanhar os membros das famílias cadastradas, de forma que o grupo familiar seja assistido por uma rede de apoio intersetorial do município com o intuito de minimizar as privações detectadas.

A seguir, será descrita a implementação do Profamilia na escola, relatando-se como cada ator se posicionou diante da entrevista, bem como o que foi percebido a partir dela.

2.3.1 A implementação do Projeto Professor da Família na Escola: o que revelam seus atores

Os projetos implantados pela SEE/MG, quando destinados a uma escola, devem ser implementados a todos os alunos destinatários das ações previstas. No caso do Profamilia, este foi estendido a todos os alunos do ensino médio, de tal forma que o segundo endereço, localizado a aproximadamente 60 km de distância da sede, foi beneficiado com o projeto. No entanto as dificuldades para a sua implementação na localidade são várias, conforme descrevem os atores que atuam na localidade:

Gerais é a região de maior dificuldade pra gente em se tratando de acesso. Porque são quilômetros e quilômetros subindo e descendo morro, comendo poeira, até cansar, né. É uma viagem muito difícil, muito cansativa. E chegando lá naquela região próxima à escola, você ainda andava muito. Atravessava pinguela. Você sabe o que é pinguela? Aquelas pontinhas molhadas, que balançam, assim de madeira, então eram lugares ermos, ermos. (Entrevista realizada com a Agente A em 22 de abril de 2015).

O relato da entrevistada reforça as dificuldades de acesso à escola do 2º endereço, nucleada na zona rural, para atender aos alunos da região, fato que

reflete sobre as condições de trabalho dos profissionais que atuam na unidade e realizam o trajeto com frequência. Cabe destacar que os professores que atuam na escola, em sua maioria, são os mesmos que atuam na escola da sede. Assim, os profissionais se deslocam, pelo menos, duas vezes por semana da sede até o segundo endereço para cumprir sua carga horária semanal.

Caso ocorram imprevistos no trajeto, a escola não dispõe de outro profissional para atuar em todas as turmas, tendo em vista que os professores não permanecem a semana toda na zona rural.

O caminho percorrido tanto por alunos quanto pelos profissionais que trabalham na instituição são as estradas não pavimentadas que ligam a zona urbana à zona rural, na qual a escola está inserida. Estradas localizadas no meio rural, que sofrem a influência das condições climáticas, destacando-se a ocorrência de atoleiros no período de chuva e a formação de buracos nas vias, somadas à poeira e ao pó solto no período de seca. Isso sem contar a construção das vias rurais, que nem sempre é a mais adequada, o que fica evidenciado quando são observadas as condições de pontes, pinguelas, mata-burros e cancelas/porteiras existentes.

A condição das estradas rurais quanto à ausência de pavimentação também é uma realidade no universo pesquisado, tornando-se uma das dificuldades enfrentadas pelos alunos, famílias e profissionais que trabalham na região, interferindo, conseqüentemente, na vida escolar do aluno. Evidencia-se que a realidade descrita reforça os estudos de Carvalho (2011), cuja pesquisa demonstrou que aproximadamente 98% das vias rurais presentes nos municípios brasileiros não são pavimentadas, sendo tais estradas utilizadas pelo Transporte Escolar Rural (TER).

Para Batista, Souza e Oliveira (2009), os fatores que interferem na vida escolar do estudante podem ser de ordem interna ou externa:

Dentre eles, destacam-se os fatores internos, associados ao desenvolvimento psíquico do aluno, bem como os fatores externos de natureza socioeconômica. Muitas vezes, jovens veem-se obrigados a optar por trabalhar em lugar de estudar, devido a necessidade de contribuir para o sustento da família. (BATISTA, 2009, p. 2).

A necessidade de trabalhar para colaborar com o sustento da família interrompe a trajetória escolar de vários estudantes, conforme relato descrito por uma agente educacional ao expor a situação de um aluno evadido:

Um aluno estava falhando muito aqui na escola, falhando muito, muito, e o pessoal falava que ia reprovar ele e não passava a saber qual o motivo que esse aluno falhava tanto. Fui na casa dele para incentivar a voltar e conversar com a família dele. E ele foi relatar o seguinte: que ele morava com a avó, então era ele, a avó, a tia e o tio. Só que o tio era alcoólatra, então, às vezes, trabalhava, mas não era uma coisa fixa, às vezes estava bebendo, não estava nem ai. Então, ele que ficou sendo o homem da casa. Então ele tinha que falhar para poder trabalhar para poder de certa forma ajudar a sustentar a família. (Entrevista realizada com a Agente B em 22 de abril de 2015).

Neste fragmento da entrevista com a Agente B, é possível identificar a descrição detalhada do cotidiano desse aluno, que, desde cedo, já assume responsabilidades que acabam afastando-o da escola. A precariedade na qual convive a família acaba interferindo nas ações que deveriam ser tomadas pela escola, tendo em vista que as fragilidades daquela família ficam em evidência, e a legislação estadual, descrita na Lei 15.455/2005, que dispõe quanto ao acompanhamento da frequência pela escola, é apresentada em segundo plano, ou, até mesmo, desconsiderada.

Ao adentrar e conhecer a realidade do aluno e suas dificuldades, sua infrequência nem sempre é enviada aos órgãos competentes. O extrato revela ainda a necessidade de políticas públicas intersetoriais com o objetivo de abarcar os vários aspectos da vida dos cidadãos, de tal maneira que seja considerada suas principais privações.

Corroborando o fragmento descrito sobre a ausência dos alunos nas aulas, uma mãe descreve a necessidade do grupo familiar de mudar de cidade para garantir o sustento da família:

Nós viajamos para o café, não tem jeito, tem que ir. Esse ano, nós vamos de novo. Meu filho não falha aula, só falha quando precisa, tem vezes que é 60 dias, as vezes dura 90 dias. Vai a família, todo mundo. (Entrevista realizada com a Mãe C em 22 de abril de 2015).

A saída dos alunos no período da colheita do café é uma realidade existente na cidade de Serranópolis de Minas. Assim, o quantitativo de alunos matriculados na unidade, nesta época, reduz-se devido à migração.

Algumas famílias solicitam a transferência dos estudantes e, chegando ao destino, matriculam os filhos em uma escola e garantem o percurso escolar destes. No entanto outros pais/responsáveis solicitam a transferência e não efetivam a

matrícula dos filhos nas escolas da nova residência, e os estudantes, em sua grande maioria, ficam fora da escola um período de 60 a 90 dias, conforme descreve a Mãe C em sua fala no trecho acima destacado.

Ao retornarem da safra do café, os pais apresentam à escola a mesma declaração de transferência que solicitaram anteriormente. A escola, visando a garantir o acesso e a permanência do aluno, matricula-o novamente na série e lhe assegura a reclassificação por frequência ao final do ano letivo caso ele consiga o aproveitamento mínimo de 60%, previsto no regimento da escola.

Para Carvalho (2011), o mercado de trabalho rural é marcado por dois aspectos intrínsecos: o elevado nível de incerteza e a sazonalidade da produção. Tais aspectos acabam tornando o mercado de trabalho no campo, em muitos casos, inseguro, o que, aliado à carência de serviços básicos como saúde e educação, gera uma forte migração dos trabalhadores em busca de novas áreas de trabalho, seja dentro da própria área rural, seja nos centros urbanos.

No que se refere à migração das famílias, faz-se relevante relatar neste trabalho um fato ocorrido na última visita realizada à escola, no mês de junho de 2015, na qual presenciei uma cena de extrema emoção: uma aluna compareceu à secretaria para se despedir das funcionárias do setor e chorava muito naquele momento. A estudante estava indo acompanhar sua mãe na colheita de café, no Sul de Minas Gerais, uma vez que teria de tomar conta da irmã mais nova enquanto a mãe trabalhava. São questões que fogem ao nosso controle, pois essa família, a título de exemplo, carece de muitas intervenções, não só a educacional. Relatos quanto à saída dos estudantes da escola em determinada época do ano ocorrem anualmente na cidade de Serranópolis de Minas. Os alunos se tornam infrequentes, como no caso mencionado, para estarem junto às suas famílias. Isso muitas vezes acarreta prejuízos aos alunos, haja vista a interrupção dos estudos devido às constantes mudanças de endereço.

Na nova residência/alojamento, os estudantes estarão desacompanhados dos pais durante o turno de trabalho e sujeitos a outras exposições, sendo que seria obrigação deles o monitoramento de seus filhos nessa circunstância.

Por outro lado, é necessário pensar políticas públicas voltadas a essas famílias, visto que não conseguem garantir aos filhos nem os direitos fundamentais, pois, da forma como vivem, não dispõem de condições para ofertar, às vezes, nem o mínimo às suas necessidades diárias.

Diante de todos esses dados produzidos pelas visitas, o diagnóstico é uma ferramenta para a escola compreender a realidade do aluno, contudo a instituição “escola” sozinha sente-se impotente para suprir todas as necessidades diagnosticadas pelo Profamilia nas visitas realizadas às famílias dos alunos matriculados no ensino médio, pois são necessárias políticas intersetoriais voltadas à melhoria da qualidade de vida das famílias, as quais irão resultar na melhoria da qualidade do ensino.

Nessa direção, faz-se necessário atrelar, junto ao programa Profamilia, a criação de redes intersetoriais locais no município de Serranópolis de Minas com a finalidade de traçar políticas públicas voltadas a uma série de ações, entre elas: oferta de emprego aos jovens e adultos; viabilização de transportes educacionais e coletivos na área urbana e rural do município para atendimento à população; lazer para as famílias tanto na área urbana quanto zona rural; assistência social e psicológica aos estudantes e familiares.

O conjunto de ações inerentes às necessidades da população de Serranópolis de Minas, levantadas por meio do Profamilia, é uma demanda emergente que carece de intervenção por parte do poder executivo local, tendo em vista que a cidade precisa de um planejamento estratégico para ofertar o mínimo à população que reside na localidade com a finalidade de reduzir as desigualdades existentes no município, conforme demonstra o resultado do índice Gini²¹ de 0,54 no ano de 2010 (IBGE, 2014).

Nessa conjuntura, garantir uma educação de qualidade consiste em unir variáveis dentro da escola na busca do bem comum. Para tanto, faz-se necessária a organização do seu projeto pedagógico, de forma coerente com a realidade, aberto à comunidade escolar e como elemento de participação de todos os segmentos existentes na escola, ou seja, pais, alunos, gestores, professores, demais servidores e comunidade.

Além da reflexão quanto à participação de todos no contexto escolar, é fundamental uma infraestrutura adequada, com prédio confortável e espaços

²¹ O Índice de Gini é uma ferramenta utilizada para medir o grau de concentração de renda. Ele mostra a disparidade entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. O valor pode variar de 0 a 1, sendo que 0 demonstra situação de total igualdade e o valor 1 significa completa desigualdade de renda.

disponíveis para o estímulo às atividades pedagógicas, além de tecnologias acessíveis que favoreçam o aprendizado na escola.

Outra questão imprescindível na unidade é uma equipe de docentes bem preparados intelectualmente, emocionalmente e eticamente para colaborar com o processo de formação dos estudantes. Por outro lado, é fundamental uma boa remuneração, visando a aumentar a motivação e melhorar as condições de trabalho favoráveis a uma relação efetiva com os estudantes no processo de ensino-aprendizagem.

No acompanhamento pedagógico dos alunos, os professores precisam motivá-los a participarem das aulas, bem como de outros ambientes de interação e socialização visando à interação pessoal e grupal.

Nessa direção, o desafio para contribuir com a educação de qualidade é contemplar e integrar as diversas dimensões do ser humano. Para isso, a equipe gestora deve propiciar, na escola, um ambiente de integração entre os servidores, que sejam pessoas proativas, abertas ao diálogo, afetivas e éticas.

Retomando a questão da educação de qualidade, no universo da pesquisa, tal situação denota a necessidade de intervenção da equipe gestora da escola, tendo em vista que o quantitativo de servidores alocados para a localidade de Gerais, na Fazenda Curral das Pedras, é insuficiente para garantir o mínimo para o bom funcionamento da escola durante o horário das aulas na escola.

A resolução de designação vigente, no estado de Minas Gerais, não dispõe de regras específicas para a contratação de servidores nas escolas que mantêm anexos. As escolas que demandam profissionais para o funcionamento da instituição no segundo endereço submetem à SEE/MG solicitações específicas para autorização especial com o objetivo de contratar um servidor além do permitido na resolução de designação para atender a escola, o que nem sempre é possível. Dessa forma, ocorre nos anexos a rotina relatada pela Aluna C:

Bem antes, os alunos ficavam perdidos aqui [Gerais]. Sem saber o que fazer, reclamar. Todo tipo de coisa. Tipo assim, só tem uma sala que é do município [rede municipal], se faltar um professor [da rede estadual] todo mundo sai mais cedo, todas as turmas, por causa desse um professor que faltou. Os professores cobrem os horários em duas turmas. (Entrevista realizada com a Aluna C em 13 de maio de 2015).

Conforme o relato da aluna, a ausência de um servidor da escola no anexo Gerais, diariamente, para a organização do funcionamento da escola tem contribuído com práticas que afetam diretamente o processo de ensino/aprendizagem dos alunos devido ao absenteísmo docente.

Diante das situações descritas quanto ao cumprimento do calendário letivo e dos currículos devido ao absenteísmo docente no anexo do Gerais, os agentes educacionais do Profamilia eram vistos pelos alunos como uma ponte entre os estudantes da escola e direção:

Quando nós estávamos tendo o professor da família se nós tivéssemos algum questionamento, alguma coisa pra reclamar. Eles passavam e nós reclamávamos. Tinha alguma coisa para questionar, reclamar eles perguntava e nós falávamos e eles tentavam resolver. As reclamações repassadas eram, por exemplo, quanto à falta de professores. Nós passávamos pra eles e eles repassavam para a diretora. Quando a gente reclamava, resolvia. (Entrevista realizada com a Aluna C em 13 de maio de 2015).

A estudante demonstra em seu relato a importância do Profamilia no espaço escolar, reforçando que os agentes educacionais eram porta-vozes deles dentro da instituição, principalmente na resolução de questões do cotidiano escolar que necessitavam ser reportadas à gestora da escola.

A situação da falta dos professores no segundo endereço era uma questão constantemente abordada pelos alunos, tendo em vista que retornariam antes do previsto para suas casas. De acordo com uma estudante, ao chegarem mais cedo em casa, eram questionados por suas famílias quanto à volta antecipada das aulas: “[...] os pais perguntavam, e nós falávamos que era porque faltou professor” (Entrevista realizada com a Aluna D em 13 de maio de 2015).

Outra alternativa encontrada pela escola do segundo endereço foi recorrer a secretaria municipal de educação do município para verificarem a possibilidade de cessão de um servidor para colaborar na organização do turno de funcionamento da escola.

Nesta seção da dissertação, apresentou-se a importância do Profamilia no âmbito escolar, bem como apontaram-se algumas dificuldades quanto à atuação dos agentes educacionais devido a fatores que ultrapassam seu campo de atuação, conforme previsto no desenho do programa.

Dessa forma, foi proposta no plano de ação a ampliação do desenho da política em análise, visando à realização de ajustes quanto à inclusão de uma rede intersetorial local no município de Serranópolis de Minas (MG) a fim de atender as diversas privações detectadas nas visitas às famílias. Ademais, foi sugerida, ainda, a contratação de um professor coordenador para o turno de funcionamento do 2º endereço com o intuito de diminuir os prejuízos causados aos estudantes no que concerne a questões como cumprimento da carga horária anual, número de dias letivos, acesso ao currículo, entre outros.

Na próxima seção, será apresentada a visão dos gestores quanto à implementação do projeto Profamilia na escola a partir dos relatos das entrevistas.

2.3.2 A aplicação das propostas do Projeto Professor da Família: o que revelam os gestores

Esta seção constitui-se pelas diversas falas dos gestores que atuam no Profamilia, quais sejam: Superintendente e Supervisora Regional da Superintendência Regional de Ensino de Janaúba; diretora e vice-diretoras que compõem a equipe gestora da escola; coordenador e agentes educacionais do Profamilia que representam a equipe do Profamilia; e agente do Banco Travessia do município de Serranópolis de Minas/MG.

A diretora da escola e as vice-diretoras também foram convidadas a dar voz a este trabalho. Percebe-se que elas têm muitas atribuições na instituição escolar, não podendo ter dedicação exclusiva ao Profamilia, uma vez que a escola está inserida em vários projetos e programas que requerem a atuação da equipe gestora. Verifica-se na entrevista que, mesmo com tantos afazeres na função, a direção da escola reconhece a importância da equipe do Profamilia:

O bom dessa equipe é porque tem contato com os pais, diretamente com os pais e os alunos. Os projetos, as ações pedagógicas ela tem uma equipe direcionada, pra ensaiar com o aluno uma apresentação, ou um teatro, ou mesmo um projeto de leitura, o incentivo de levar os livros, aquele aluno que deixou de pegar livro vai lá, porque leva. Igual o 2º endereço mesmo, que é de difícil acesso, o agente mesmo levava, colocava na bagagem da moto e levava os livros para os meninos, levava na casa, levava também para os pais lerem. Entendeu? Porque se não fosse a equipe não teriam um bom resultado, porque tinha essa equipe só com essa finalidade, de diminuir as distancias de família, escola e tudo. O ideal era que se estendesse do 6º ao 9º ano também. (Entrevista realizada com a Diretora da Escola em 22 de abril de 2015).

A diretora da escola parece compreender a relevância do projeto e sua pertinência quanto ao seu papel de intermediadora entre a escola e a família dos alunos. Há, por parte da entrevistada, a valorização do projeto e dos materiais utilizados, reconhecendo sua função de facilitadora do ensino-aprendizagem, não só no papel de artífice na busca por melhores resultados educacionais, mas também como um elemento difusor do conhecimento para toda a comunidade escolar.

Quanto ao papel do gestor no contexto escolar e sua atuação, Lück (2000) destaca:

[...] o interesse de grupos e organizações, no sentido de colaborarem com a escola, constituindo-se essa área, um campo fértil para a realização de parcerias em prol da educação, para o desenvolvimento da sociedade, e por conseguinte, um grande desafio para os gestores escolares, por exigirem deles novas atenções, conhecimentos e habilidades. (LUCK, 2000, p. 12).

Conforme descreve Luck (2000), o Profamilia se torna um desafio para a diretora, tendo em vista que os alunos passaram a apresentar aos agentes educacionais do Profamilia suas dificuldades, angústias e anseios na busca por uma escola de melhor qualidade, cujo foco se centralize na aprendizagem dos alunos. Essa situação é exemplificada na fala da Agente A:

Com essa ponte que o professor da família fazia entre o aluno e a Secretaria, então a gente passava a dificuldade do aluno: “olha diretora, os alunos falaram que estão tendo dificuldade nisso, nisso e nisso”. Então, ela ia fazendo as melhorias que ela achava que tinha como fazer. Em questão de dar voz ao aluno, por exemplo, que é uma das melhorias que os próprios alunos citaram que perceberam na escola. (Entrevista realizada com a Agente A em 22 de abril de 2015).

A Agente Educacional A reconhece a importância do projeto no processo de ensino-aprendizagem dos alunos, dando ênfase ao papel do gestor como mediador no espaço escolar entre família, escola e secretaria, destacando, ainda, a importância do diálogo entre a entidade e os alunos. Na mesma direção, a Agente B apresenta as reivindicações dos alunos, que querem estar presentes na escola não só no turno de escolarização: “[...] os alunos cobravam muito de participar de eventos na escola” (Entrevista realizada com a Agente B, em 22 de abril de 2015).

Após a implementação do Profamilia na escola, de certa forma, alguns problemas do programa começam a surgir na efetivação da política pública, tendo

em vista que muitos dos atores do projeto não participaram da sua elaboração nem discutiram as propostas que levaram à inserção da escola numa política como esta.

Assim, o programa foi implantado, mas algumas tarefas não ficaram claras na hora da execução, conforme demonstra a fala da Agente C:

O que a gente sentia falta mesmo era apoio voltado ao projeto, tanto de recursos financeiros quanto capacitações. Os relatórios eram elaborados de forma muito confusa. Tinha que ter um treinamento antes. Muitas perguntas, a gente ficava com dúvida. Não sabíamos o que eles queriam. Em 2014, houve alterações nos formulários e confundiu ainda mais. A gente fazia pela interpretação nossa. (Entrevista realizada com a Agente C em 22 de abril de 2015).

A entrevistada ressalta a importância da destinação de recursos financeiros ao projeto visando ao desenvolvimento das metas propostas pelo programa, bem como de melhores condições de trabalho, pois os recursos destinados às visitas domiciliares eram insuficientes para percorrer todas as residências dos alunos. Por outro lado, percebe-se a insegurança na realização de algumas tarefas, como o preenchimento do roteiro utilizado para as entrevistas, cuja aplicação gerou muitas dúvidas. Situações como essa podem influenciar na implementação do programa.

Nesse sentido, seus atores percebiam o projeto com vários olhares e apontavam seus erros e acertos. Assim, é importante destacar que a implementação do projeto na escola merece especial atenção para que essas falhas possam ser corrigidas, uma vez que as políticas públicas inseridas no contexto escolar carecem de um monitoramento das ações e um melhor acompanhamento na sua implantação.

O papel dos atores da SRE/Janaúba consiste também no monitoramento do projeto, como afirma a Supervisora Regional:

Para implementação do Profamilia, a SRE Janaúba tem viabilizado visitas à unidade de ensino com o intuito de capacitar agentes educacionais e coordenação local e acompanhar as ações do projeto. Os encontros para capacitação dos agentes educacionais e coordenação local, bem como o alinhamento das ações são realizados durante visitas à unidade de ensino, quando disponibiliza viagem; na sede da SRE; e através dos meios de comunicação mais usuais (e-mail, telefone). (Entrevista realizada com a Supervisora Regional, em 11 de maio de 2015).

A entrevistada conhece seu papel enquanto gestora responsável pelo monitoramento do projeto que é executado na escola, descrevendo como é feito e

quando os momentos de monitoramento são acompanhados pela equipe da superintendência. Para a supervisora, alguns fatores dificultadores, como a disponibilização de recursos para o custeio de viagens à escola, impedem a realização de um encontro de capacitação para a equipe do Profamilia na própria unidade.

O monitoramento dos projetos desenvolvidos pela SEE/MG no âmbito das escolas ao longo do ano não é uma prática sistematizada – não há uma agenda anual de visitas definida. Os projetos implementados nas escolas carecem de um acompanhamento mensal das ações desenvolvidas, bem como de uma assistência aos servidores que atuam na execução no projeto na escola.

Nessa direção, é importante ressaltar o papel do inspetor escolar, na estrutura organizacional da SEEMG, tendo em vista que o inspetor escolar realiza visitas com frequência às escolas. Assim, faz-se necessária a inserção de, pelo menos, um inspetor escolar na equipe da SRE/Janaúba responsável pelo acompanhamento das atividades dos projetos implementados nas escolas da jurisdição.

Na entrevista com a Superintendente da SRE/Janaúba, a servidora destaca a importância do projeto na escola e acrescenta:

[...] infelizmente, nós tivemos uma única escola estadual contemplada com esse projeto, porque pelos critérios estabelecidos para a implantação do projeto, só foi contemplado o município de Serranópolis de Minas. Como lá nós só temos uma escola estadual, infelizmente só ela foi contemplada, mas o ideal era que tivéssemos em todas as escolas dos 17 municípios. (Entrevista realizada com a Superintendente Regional de Ensino de Janaúba, em 04 de maio de 2015).

A entrevistada corrobora as ideias apresentadas pela direção da escola quanto à relevância do projeto no contexto escolar, tendo em vista que este irá contribuir com os resultados educacionais das escolas. Por outro lado, é notória a questão dos critérios para escolha das escolas contempladas, que acabam por restringir a seleção a algumas instituições apenas. Conforme aponta Condé (2012, p. 81), “[...] a política não é feita apenas por vontade, ela também se faz sob limitações”.

Os atores que participam da implementação do Profamilia também se manifestam em favor do projeto, pois uma das grandes conquistas colocadas pela equipe do programa é a elevação da escolaridade dos pais, que retornaram aos estudos após a implementação do Profamilia no município de Serranópolis de Minas

e, no ano de 2015, já se encontram cursando o 1º período da Educação de Jovens e Adultos (EJA)/Ensino Médio:

O Banco Travessia influenciou com relação à geração de renda. Porque quando surgiu o banco travessia aqui, o número de alunos do município praticamente dobrou no censo. Tanto que, se eu não me engano, eles pediram uma justificativa, por que o número de alunos subiu tanto de um ano para o outro. Em 2012 o censo era um, em 2013 o censo foi outro. Praticamente dobrou o censo de 2013 para 2014. Muitas famílias colocaram os filhos para fazerem cursos, outros foram para a EJA, por conta disso. O maior número de alunos é do Gerais. (Entrevista realizada com a Agente do Banco Travessia, em 23 de abril de 2015).

A Agente do Banco Travessia destaca a influência que o banco representou na vida das pessoas com privações educacionais da cidade de Serranópolis de Minas, tendo em vista que muitas dessas pessoas retornaram aos estudos buscando a elevação da escolaridade e, ainda, o acúmulo de travessias, que seriam convertidas em reais, ao término do contrato celebrado.

Nessa ótica, cabe destacar que, no ano de 2015, o Profamilia teve suas atividades suspensas para análise da pasta do projeto pelo atual Governador do Estado²², ocasionando uma quebra das políticas públicas já implementadas:

O que vai fazer melhorar a educação é a definição de políticas públicas com investimento e com continuidade, porque, se não houver investimento e continuidade, nada muda, porque, na educação, nada muda de um dia para outro, é um processo, é gradativo. Dessa forma, tem que haver investimento previsto no orçamento do estado para que a educação de qualidade aconteça. (Entrevista realizada com a Superintendente Regional de Ensino de Janaúba, em 04 de maio de 2015).

A superintendente entende que, para haver melhorias na educação, seria necessária a combinação de recursos financeiros e continuidade de políticas públicas, o que não vem ocorrendo nos programas destinados ao ensino médio em Minas Gerais nos últimos anos.

De acordo com Águido *et al.* (2014) as privações sociais identificadas no Porta a Porta nos 130 municípios do Travessia 2011-2012 demonstram que as privações mais recorrentes referem-se aos indicadores “anos de estudos”, com 188 mil, seguidas de “água potável” e “sanitário adequado”.

²² No contexto desta pesquisa, a expressão “atual Governador do Estado” refere-se ao governador do estado de Minas Gerais eleito para o mandato no período 2015-2018.

Frente ao levantamento descrito por Águido *et al.* (2014), entende-se que a continuidade do programa é de fundamental importância, pois as pessoas estão retomando os estudos, como afirma a agente do Banco Travessia:

O Banco Travessia tem um alvo: as pessoas com privação, que eles entendem ser até o 5º ano de escolaridade. Tinha que ter, pelo menos, uma pessoa com privação. Serranópolis é uma cidade pequena para a quantidade de pessoas com privação de escolaridade. (Entrevista realizada com a Agente do Banco Travessia, em 23 de abril de 2015).

A agente do Banco Travessia aponta que a população destinatária dos recursos financeiros previstos no Programa Travessia, inserido no município de Serranópolis de Minas, deve atender aos critérios dispostos no programa, no entanto houve cadastro de famílias que não preenchiam os requisitos, ou seja, a existência de pelo menos uma privação na família, seja na área educacional, saúde ou padrão de vida (SANDIM, 2012).

Nesta seção, foi discutida a proposta do Profamilia sob a perspectiva de diversos gestores que atuam em diferentes unidades, cada qual com sua visão de atuação. Dentre as questões pontuadas, destacam-se as necessidades seguintes: interação/dialogo entre equipe gestora e alunos; realização de capacitação com a equipe do Profamilia; ampliação do número de escolas participantes do Profamilia; oferta de cursos aos jovens de adultos assistidos pelo Profamilia; e retomada do Profamilia na escola investigada.

Diante das demandas levantadas, constarão no plano de ação propostas com a finalidade da ampliação do desenho da política do Profamilia, visando a propor a solicitação de cursos técnicos concomitantes/subsequentes voltados aos alunos matriculados/concluintes da Educação de Jovens e Adultos do Profamilia, bem como a oferta de um encontro de formação para a equipe gestora do Profamilia.

Cabe ressaltar que os discentes que retornaram aos estudos através das turmas de educação de jovens e adultos na escola também são prioridade neste estudo, tendo em vista que carecem de outras políticas públicas complementares que extrapolam os muros escolares. Contudo sugere-se para o público em questão a criação de cursos técnicos na escola voltado a essa demanda de alunos.

A seguir, são apresentados os relatos dos alunos e pais que participaram das entrevistas.

2.3.3 A eficácia do Projeto Professor da Família: o que revelam os alunos e pais

Os alunos que representaram a amostra para entrevista sobre o Profamilia na Escola Estadual Ananias Alves correspondem a um total de 53 estudantes do 3º ano do ensino médio no ano de 2015. A escolha por tais alunos teve como justificativa o maior tempo de participação desses no desenvolvimento do projeto na escola, considerando que a política pública foi desenvolvida na instituição nos anos de 2013 e 2014 e que, em 2015, houve uma suspensão do projeto para fins de análise pela nova equipe gestora do estado de Minas Gerais.

A composição grupo de 53 alunos selecionados para compor a amostra foi feita com base na aprovação de estudantes que cursaram o 1º ano do ensino médio em 2013, o 2º ano em 2014 e, no ano de 2015, encontravam-se matriculados no 3º ano. O quantitativo total dos alunos está distribuído em duas turmas, sendo uma na zona urbana e uma no segundo endereço, localizada na Fazenda Curral das Pedras, na localidade de Gerais. Do total de 53 estudantes, foram entrevistados 6 (seis) deles, tendo sido selecionados discentes das duas turmas existentes na escola, levando-se em conta taxas de rendimento, a taxa de frequência às aulas e participação ou não do Projeto Banco Travessia. Foram escolhidos alunos com melhor desempenho e frequência e estudantes com menor média de aprovação e baixa frequência para compor o grupo da amostra. Cada grupo de alunos possuía alunos cadastrados ou não no Banco Travessia.

Na análise dos registros individuais de cada estudante, feita por meio das fichas de matrícula e fichas individuais dos alunos, foi possível constatar que, para 100% da amostra pré-selecionada, que participou por mais tempo do projeto na escola, a figura da mãe é a responsável pelo acompanhamento da educação dos filhos na escola, sendo atribuída exclusivamente a ela a função de educar no seio familiar do estudante.

Com vistas a conhecer a realidade em que os jovens do ensino médio se encontram inseridos, convidamos quatro (4) mães e um (1) pai para participarem das entrevistas, sendo eles responsáveis por estudantes matriculados no 3º ano do ensino médio, em 2015, na escola da sede e do Anexo Gerais. Cabe destacar que os pais entrevistados têm baixa escolarização, sendo que a grande maioria não concluiu os anos iniciais do ensino fundamental.

Na visão dos pais, o projeto professor da família foi uma política pública que melhorou a relação da família com a escola:

O projeto para meu filho foi bom, pois incentivou a estudar mais, aproveitar mais, tirou mais das más companhias. O comportamento mudou muito. A gente já teve muita dificuldade para estudar, agora melhorou mais. Às vezes, ganha o material, agora tem o bolsa família que ajuda também. Na época da gente, tinha que ajudar na roça, os pais que compravam as coisas pra nós, tinha que arrumar a condução. (Entrevista realizada com a Mãe C em 22 de abril de 2015).

A Mãe C compreende o Profamilia como um projeto positivo, que veio ajudar os pais no acompanhamento da educação dos filhos. Para ela, a democratização do ensino facilitou o acesso à escola, a partir da qual faz uma comparação das dificuldades de se estudar na sua época com os dias de hoje.

O reconhecimento das famílias quanto à importância do projeto no acompanhamento da educação dos filhos é descrito pela maioria dos entrevistados, como destaca a Mãe A:

O projeto foi muito bom, pois a escola melhorou, e meu filho passou a estudar mais. Para nós, foi bom, porque ele não gosta de estudar. Então, a gente gostava de ir na minha casa no dia que estivesse eu e meu filho. Na visita, os agentes dão assistência e conversam com os alunos, falam da importância do ato de leitura. (Entrevista realizada com a Mãe A em 22 de abril de 2015).

A Mãe A descreve o projeto como um auxílio no processo de escolarização do filho. Na sua visão, o acompanhamento da educação do seu filho por uma equipe da escola contribui para que ele se dedique mais aos estudos.

Corroborando a importância do acompanhamento da vida escolar dos filhos pelas famílias, a Aluna A relata:

Minha mãe é quem acompanha minha vida escolar, pois meu pai trabalha e não vem nas reuniões. Ela é frequente nas reuniões da escola e utiliza o ônibus dos alunos para vir às reuniões, pois não tem outro transporte. As ações na escola com o projeto Profamilia melhoraram bastante, pois aumentou o número de eventos e interatividade do aluno com a escola. (Entrevista realizada com a Aluna A, em 23 de abril de 2015).

A Aluna A reconhece a relevância do Profamilia. Para ela, o projeto tem promovido a interação escola e família, apesar de a responsabilidade de acompanhar sua vida escolar ser atribuída especificamente à mãe. Os empecilhos

para a participação da sua família no cotidiano da escola estão voltados à ausência de transporte coletivo na localidade.

O acompanhamento da equipe do Profamilia é visto por muitas mães como uma experiência de aproximação da família com a escola:

Sempre venho nas reuniões na escola, não gosto de falhar. Aqui a gente não pergunta nos momentos de reunião. Eu acho que ficou melhor com as visitas, porque nas casas a gente fala o que está acontecendo. Eles explicam pra gente e se evita até de passar vergonha na escola. (Entrevista realizada com a Mãe B, em 22 de abril de 2015).

A entrevistada expõe que participa das ações na escola e sabe da importância dessa participação. Para ela, a exposição do seu pensamento em público ainda é um desafio a ser superado, fato que se torna um empecilho no diálogo entre escola e famílias.

A preferência pela visita do agente educacional do Profamilia nas residências pelos pais também é relatada por uma aluna:

Minha mãe acha bom o Professor da Família. Ela gosta bastante quando [o agente educacional] vai em casa, pois, às vezes, não tem como sair para vir à escola devido aos compromissos, e moramos na zona rural, na Fazenda Touro. Meus pais acham melhor quando o agente educacional do Profamilia vai em casa, pois em casa pode falar, pode perguntar, pois aqui na escola não pode perguntar. Ele tem vergonha de perguntar. Em casa é melhor, porque tiram todas as dúvidas. (Entrevista realizada com a Aluna B, em 23 de abril de 2015).

A estudante relata o ponto de vista da família quanto ao desenvolvimento do Profamilia. Na sua visão, as visitas nas casas são mais produtivas do que na escola, pois o atendimento é individualizado, e, ademais, as famílias têm dificuldades para comparecer às reuniões na escola por morarem na zona rural e não haver transporte coletivo diariamente na localidade.

Discutir as intervenções necessárias a partir dos relatos dos familiares, descritos neste trabalho, constitui um novo fazer pedagógico com o compromisso intrínseco e indissociável com a questão da qualidade do ensino para os jovens matriculados no ensino médio. Na mesma direção, Soares (2003) discorre sobre a qualidade da educação para as camadas populares, defendendo que essa qualidade

só será verdadeira se promover a equidade. Dessa forma, tornam-se imprescindíveis políticas diferenciadas para alcançar os diferentes:

O nível socioeconômico dos alunos é, sabidamente, o fator de maior impacto nos resultados escolares de alunos. Esse é um constrangimento real, extraescolar, que pode ajudar ou dificultar o aprendizado do aluno e que afeta diretamente o funcionamento e a organização das escolas e das salas de aula. Diminuir as diferenças entre a condição socioeconômica e cultural dos alunos de um sistema de ensino, através de políticas públicas sociais, tem impacto nos resultados cognitivos dos alunos, ainda que não imediatamente. (SOARES, 2003, p. 101).

A redemocratização da política brasileira, advinda com a promulgação da constituição de 1988, trouxe consigo a ideia de uma educação igual para todos, com as mesmas oportunidades de acesso e permanência. No entanto, no contexto da prática, tem-se assistido à oferta de um ensino nas escolas públicas que nem sempre tem considerado a presença das camadas populares nos espaços escolares. Assim, faz-se urgente a discussão sobre a promoção da equidade, buscando a oferta de políticas públicas de educação que busquem “tratar de forma igual os desiguais” e “tratar de forma desigual os desiguais”, contribuindo, de alguma forma, com resultados mais igualitários (BROOKE, 2012).

O universo investigado nesta pesquisa demonstra a necessidade de políticas públicas interventivas para os jovens, o que fica evidenciado no relato a seguir:

Meus pais quase não vêm nas reuniões na escola, pois eles trabalham, e os motoristas dos ônibus não gostam de trazer os pais. Minha mãe é que mais cobra quanto às atividades na escola. Pai não fala nada não. Os agentes do Profamilia visitavam sempre minha casa para falar sobre meu desempenho. É cobrança demais para estudar e eu não gosto de estudar. (Entrevista realizada com o Aluno E em 23 de abril de 2015).

O entrevistado expõe no seu depoimento as fragilidades a que está exposto no seu ambiente familiar, dentre elas as privações educacionais e de padrão de vida. Para o aluno, ele não pode contar com a participação da família nos eventos da escola, conseqüentemente o seu monitoramento pela equipe do Profamilia será constante, tendo em vista que poderá representar um aluno com dificuldades que carece de acompanhamento sistemático.

A presente seção apresentou a perspectiva dos pais e dos alunos quanto ao desenvolvimento do projeto Profamilia na Escola Estadual Ananias Alves, a partir da qual se destacam: a importância da democratização do ensino na visão dos pais; a

valorização da interação família e escola; a relevância da equipe do Profamilia no monitoramento dos estudos dos filhos; e a ausência de algumas famílias na escola.

Perante as demandas levantadas, será proposta, no plano de ação, a ampliação do desenho da política do Profamilia visando a retomar as ações no Plano de Participação Familiar com palestras voltadas à apresentação em público tendo como objetivo estimular a participação das famílias no espaço escolar.

A seguir, são apresentadas as considerações gerais do Profamilia na Escola Estadual Ananias Alves.

2.4 Considerações gerais sobre a implementação do Projeto Professor da Família na Escola Estadual Ananias Alves

Nas entrevistas realizadas para composição dos dados para análise desta pesquisa, alguns atores descreveram algumas dificuldades enfrentadas na implementação do Profamilia na escola investigada, tais como a falta de esclarecimento, pelos agentes educacionais, sobre o correto preenchimento dos instrumentos/questionários enviados pela SEE/MG para a realização das entrevistas com as famílias e ausência de recursos financeiros específicos para a execução de projetos no âmbito escolar destinados à participação das famílias, bem como de recurso destinado ao transporte dos agentes educacionais até as residências das famílias. Dentre as dificuldades apontadas, algumas poderiam ser sanadas, possivelmente, se tivesse ocorrido um acompanhamento mais sistemático das ações, pois o monitoramento das ações identifica as possíveis irregularidades na implementação da política.

Nesse sentido, é essencial que se dê ao monitoramento a devida atenção, uma vez que este procedimento é responsável pela observação do cumprimento das ações que são propostas na implantação. É através dele que é possível verificar se o projeto está ou não sendo executado dentro do previsto. Essa etapa de monitoramento é o momento de promover os ajustes e socializar as experiências exitosas, de tal forma que contemple a avaliação da implementação, a qual deve ser feita em qualquer política pública, conforme descreve Condé (2012):

Por que monitorar? A resposta mais simples e verdadeira é: porque se deve acompanhar a implementação para verificar o cumprimento das ordenações e corrigir erros. Por que avaliar? Novamente, a resposta mais direta é: porque o investimento público realizado em uma política deve ser verificado quanto ao atendimento de suas metas, objetivos, alcance, eficiência, eficácia e efetividade. (CONDÉ, 2012, p. 95-96).

Sabe-se, entretanto, que o sucesso do projeto não depende apenas dos agentes educacionais e da equipe do Profamilia em exercício na escola, mas do envolvimento de todos os atores pertencentes ao programa, desde os servidores da Escola Estadual Ananias Alves, SRE/Janaúba e da SEE/MG. É fundamental que a equipe envolvida na implementação do projeto esteja disposta a executá-la, de forma que o projeto funcione dentro do esperado.

Destarte, o capítulo a seguir apresenta o Plano de Ação Educacional, o qual traz propostas de ações específicas para alguns problemas detectados durante as entrevistas de campo na escola pesquisada visando a minimizar as dificuldades e ajudar a escola em estudo, a SRE/Janaúba e a SEE/MG a sanarem questões relacionadas à participação da família na vida escolar dos filhos. Para elaboração desse plano, foram fundamentais algumas contribuições descritas nas propostas de programas semelhantes de duas cidades do estado de São Paulo, as quais foram evidenciadas neste capítulo 2.

3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: A INTERVENÇÃO DO PROJETO PROFESSOR DA FAMÍLIA NA ESCOLA PESQUISADA

Esta pesquisa buscou realizar uma análise da implementação do Projeto Professor da Família na Escola Estadual Ananias Alves, localizada no município de Serranópolis de Minas/MG.

Para tanto, acessou-se os documentos legais que deram origem ao projeto, bem como outros que oportunizaram conhecê-lo de forma mais detalhada. O campo de pesquisa trabalhado propiciou um contato muito próximo com os atores que estão na ponta de sua implantação.

Este capítulo, por sua vez, apresenta um Plano de Ação Educacional (PAE) a ser trabalhado durante a vigência do projeto com os seus atores na Superintendência Regional de Ensino de Janaúba e na Escola Estadual Ananias Alves.

O objetivo deste PAE é permitir que o projeto atenda de forma mais qualitativa os seus atores e protagonistas – os estudantes – através das reflexões sobre as falas e as pesquisas/visitas realizadas a fim de que, diante das ações sugeridas, os seus idealizadores possam repensar momentos que contribuam para o aperfeiçoamento do projeto na escola em questão, na Superintendência Regional de Ensino de Janaúba e na Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais.

As ações a serem apresentadas no Plano de Ação Educacional (PAE) serão direcionadas para as três dimensões da gestão, a saber: Escolar, Regional e Estadual, pois acredita-se que só haverá avanços no desenvolvimento do programa se as três esferas trabalharem de forma cooperativa. Os caminhos a serem percorridos por cada uma das instituições implicarão nos resultados da outra e contribuirão para a efetivação da política pública.

Os recursos financeiros a serem gastos nas proposições deste PAE não demandarão grandes investimentos, pois algumas ações já preveem orçamento no projeto. A SRE/Janaúba já trabalha com planilhas de despesas relacionadas à formação continuada no que diz respeito à alimentação, deslocamento e ajuda de custo. Nesse sentido, a seção a seguir traz o detalhamento das ações pensadas para uma melhor implementação do Profamilia na escola investigada.

3.1 Ações previstas para melhor implantação do projeto na escola

Diante do campo teórico utilizado nesta dissertação e das entrevistas realizadas com os atores envolvidos no Projeto Professor da Família na Escola Estadual Ananias Alves, município de Serranópolis de Minas, incluem-se nesta proposta ações a serem desenvolvidas na vigência do Projeto na escola com o objetivo de sanar os chamados “gargalos”, conforme descrito por Condé (2012), que dificultaram a plena implantação do projeto, dos quais cabe destacar: a necessidade de ampliação do desenho da política em análise, visando a propor ajustes quanto a realização de capacitação com a equipe do Profamilia; o desenvolvimento do Plano de Participação Familiar com palestras voltadas à apresentação em público; e a oferta de cursos aos jovens e adultos assistidos pelo Profamilia.

A partir das visitas realizadas à instituição e da coleta de dados por meio de entrevistas, foram perceptíveis algumas fragilidades no projeto que carecem de intervenção, sendo tais constatações detalhadas, a seguir:

- 1) os atores que atuam no Profamilia apontam dificuldades quanto ao seu campo de atuação conforme previsto no desenho do programa, tendo em vista que o projeto proporciona um diagnóstico das famílias que vão além da área educacional. Os dados coletados pelos agentes perpassam diversas áreas nas quais as famílias precisam ser assistidas, entre elas saúde, assistência social, saneamento básico e outras. Assim, propõe-se a inclusão de uma rede intersetorial local no município de Serranópolis de Minas/MG para atender as diversas privações detectadas nas visitas às famílias. Já no atendimento aos alunos na escola que funciona no segundo endereço, a qual não dispõe de outros profissionais, a não ser os professores regentes, para realizarem o atendimento aos alunos e famílias nos horários de aula, propõe-se a contratação de um professor coordenador para o turno de funcionamento do 2º endereço, visando a diminuir os prejuízos causados aos estudantes no que concerne a questões como cumprimento da carga horária anual, total de dias letivos, acesso ao currículo, entre outros;
- 2) a pesquisa desenvolvida, por meio das entrevistas com os diversos atores do Profamilia e seus destinatários, revela a necessidade de capacitação da equipe do programa com o intuito de alinhar as ações a serem desenvolvidas no que tange à utilização dos instrumentos de coleta de dados, bem como da

inclusão de temáticas/palestras voltadas à arte de falar em público no Plano de Participação Familiar visando a estimular a participação das famílias no espaço escolar. Faz-se necessária, ainda, a oferta de cursos técnicos concomitantes/subsequentes voltados aos jovens e adultos assistidos pelo Profamilia, tendo em vista que o programa não dispõe de outras ações destinadas ao público que retornou aos estudos.

Nesse sentido, são sugeridas cinco ações para serem sistematizadas no decorrer do curso dessa política pública, a saber:

- 1) criação de curso de formação continuada ao gestor escolar e à equipe do Profamilia;
- 2) inclusão do tema “A interação escola e família nos estudos do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio” nos conteúdos a serem estudados no programa Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio;
- 3) inserção de Cursos Técnicos concomitantes/subsequentes à realização do ensino médio/ educação de jovens e adultos (EJA) voltados aos Jovens e Adultos que retornaram aos estudos por meio do Profamilia;
- 4) contratação de um Professor Coordenador para atuar no 2º Endereço da Escola;
- 5) criação de uma agenda de monitoramento trimestral do Profamilia na SRE/Janaúba.

Diante das constatações na realidade pesquisada, acredita-se que tais ações podem amenizar as dificuldades encontradas ao longo da implementação do Profamilia na escola investigada. O Quadro 8 a seguir apresenta uma síntese das ações previstas no PAE a ser executado.

Quadro 8: Síntese das ações do Plano de Intervenção Educacional

Ações propostas	Responsável	Destinatário	Objetivo	Prazo de realização	Custo
1) Curso de Formação Continuada ao gestor escolar e equipe do	Equipe da SRE/Janaúba.	Equipe gestora do Profamilia.	Instruir os gestores do Profamilia a cada início de ano letivo quanto à	02 dias	R\$ 1.084,90

Profamilia na Escola.			execução do programa, visando a repassar as orientações vigentes.		
2) Inclusão do tema: "A interação escola e família" nos estudos do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio.	SRE/Janaúba, SEE/MG e MEC	Escolas Estaduais.	Estudo da temática "Interação família e escola" pelos professores no curso.	Imediato	Não há custo adicional, uma vez que o programa já faz parte das políticas públicas estaduais e federais.
3) Inserção de Cursos Técnicos concomitantes/ subsequentes ao ensino médio/EJA voltados aos Jovens e Adultos que retornaram aos estudos por meio do Profamilia	Escola, Equipe da SRE/Janaúba e SEE/MG	Estudantes da Educação de Jovens e Adultos matriculados no ensino médio.	Qualificar os estudantes para atuarem no mercado de trabalho, bem como elevar seu capital cultural, humano e, ainda, ampliar o acúmulo de travessias por cada curso concluído.	18 a 36 meses	Não há custo adicional, uma vez que o programa já faz parte das políticas públicas estaduais e federais.
Ações propostas	Responsável	Destinatário	Objetivo	Prazo de realização	Custo
4) Inserir, na Resolução SEE de quadro de pessoal das escolas estaduais, autorização para a contratação de um professor coordenador para atuar no 2º Endereço da Escola.	SEE/MG	Equipe gestora das escolas estaduais, alunos e pais.	Atender os alunos matriculados e familiares que procuram a escola para informações sobre o desempenho dos filhos, bem como atuar nas demandas da escola no que tange aos aspectos pedagógicos e administrativos da instituição.	Imediato	R\$ 17.460,00 por ano/escola

5) Criação de uma agenda de monitoramento trimestral do Profamilia na SRE/Janaúba.	Equipe da SRE/Janaúba.	Equipe gestora do Profamilia.	Realizar o monitoramento do Profamilia no espaço escolar.	01 dia	R\$ 528,90
--	------------------------	-------------------------------	---	--------	------------

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

Nos subitens a seguir, detalha-se cada uma das ações sintetizadas no Quadro 8, de acordo com a ordem em que foram apresentadas.

3.1.1 Curso de Formação Continuada ao gestor escolar e equipe do Profamilia

Frente aos desafios postos ao gestor escolar no âmbito da escola, torna-se imprescindível que o diretor realize um trabalho em conjunto na instituição com o objetivo de solucionar as demandas e reivindicações encaminhadas à escola. Nesse sentido, a parceria com os membros da equipe do projeto professor da família é fundamental, visando a garantir ensino de qualidade aos alunos e interação com as famílias dos estudantes em busca do apoio dos familiares para o fortalecimento da aprendizagem dos alunos. A esse respeito, Luck (2000) afirma:

Um diretor de escola é um gestor da dinâmica social, um mobilizador e orquestrador de atores, um articulador da diversidade para dar-lhe unidade e consistência, na construção do ambiente educacional e promoção segura da formação de seus alunos. Para tanto, em seu trabalho, presta atenção a cada evento, circunstância e ato, como parte de um conjunto de eventos, circunstâncias e atos, considerando-os globalmente, de modo interativo e dinâmico. (LÜCK, 2000, p. 16).

Na realização de suas atividades, cabe ao diretor promover a articulação de todos os segmentos da escola e mobilizá-los quanto à urgência da participação dos servidores no contexto de gestão escolar, em virtude das novas demandas que a escola enfrenta no contexto de uma sociedade que se democratiza e se transforma.

Nessa conjuntura, torna-se fundamental o aprimoramento profissional dos funcionários que atuam no Projeto Professor da Família com o objetivo de aperfeiçoar o trabalho realizado. Assim, serão propiciados momentos de formação à

equipe do Profamilia, através da equipe de trabalho da SRE/Janaúba, para estudo da proposta de trabalho do programa implantado na unidade educacional.

A formação proposta para a equipe do Profamilia será realizada na própria escola pela equipe responsável pelo Profamilia na SRE/Janaúba. Assim, a escola contemplada com o projeto será informada a respeito da implantação deste na instituição, bem como do cronograma de capacitação da equipe para desenvolver as ações inerentes ao projeto ao longo do ano. Essa formação será realizada na própria escola na qual o projeto foi implantado. A carga horária destinada à formação será de 8 (oito) horas diárias, distribuídas em dois dias.

A formação será ministrada pela equipe da Superintendência Regional de Ensino de Janaúba, composta pelos seguintes membros: a supervisora regional do projeto, uma analista educacional e uma inspetora escolar. Nos dois dias de estudo, serão trabalhados os objetivos do programa, com o intuito de fornecer subsídios aos implementadores da política junto às famílias quanto aos conhecimentos necessários para abordar uma família no seu habitat, bem como de oferecer uma oficina prática para o preenchimento dos questionários a serem aplicados nas residências das famílias.

Sabe-se que, diante das especificidades do projeto, nem todas as dúvidas serão sanadas no encontro de formação. Entretanto caberá à equipe da SRE/Janaúba realizar visitas à escola durante a atividade de monitoramento para esclarecer e sanar possíveis demandas relacionadas à execução do projeto na escola.

Cabe ressaltar que, em havendo troca de gestor na escola ou membro que compõe a equipe do Profamilia, o novo gestor, bem como o novo componente da equipe deverão passar por um momento de capacitação, que será ofertada pela equipe da SRE/Janaúba, responsável pelo projeto.

A formação destinada aos novos membros será previamente agendada e comunicada ao gestor via *e-mail* institucional. É essencial que o diretor e a equipe gestora do projeto na escola participem do momento de formação e não encaminhem outra pessoa no seu lugar, considerando que eles serão os servidores responsáveis pelo repasse do projeto para os demais servidores da escola e as pessoas responsáveis pelas visitas às residências das famílias. Tal consideração faz-se necessária com o intuito de empenhar toda a equipe em prol do monitoramento e assistência aos alunos e familiares na busca pela elevação da

aprendizagem dos estudantes, bem como de garantir acesso, permanência na escola e educação de qualidade para os alunos.

Para realização da proposta de formação para o gestor e equipe do Profamilia, serão necessários recursos financeiros para custeio do material, incluindo impressão e material de escrituração, lanches e transporte/alimentação para os servidores da SRE/Janaúba que irão ministrar o curso de formação na escola. A Tabela 5 a seguir apresenta a discriminação dos custos detalhados com as quantidades previstas, bem como o valor total a ser despendido para custeio de cada item.

Tabela 5: Planilha de Custos I

Ação: Curso de Formação Continuada ao gestor escolar e equipe do Profamilia			
Discriminação	Quantidade	Valor unitário	Total
Material impresso	75 páginas	R\$ 0,08	R\$ 6,00
Lanche	02 dias	R\$ 50,00	R\$ 100,00
Alimentação/Hospedagem para servidores da SRE	02 dias	R\$ 150,00	R\$ 900,00
Transporte dos servidores da SRE	03 pessoas	R\$ 26,30	R\$ 78,90

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

O material impresso será utilizado na realização da oficina com os cursistas, nas quais será explorada a realização das entrevistas domiciliares.

Os gastos com lanches são decorrentes da carga horária e duração do curso, tendo em vista que os cursistas permanecerão 08 (oito) horas diárias no encontro de formação, durante dois dias, nos turnos matutino e vespertino.

O curso será ministrado por três servidores da SRE/Janaúba, que se deslocarão para a Escola para ministrarem o curso. Assim, a SRE, através de recurso oriundo da SEE, disponibilizará uma diária de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para cada servidor da SRE/Janaúba que se deslocou para o município de Serranópolis de Minas, bem como o valor da passagem rodoviária para o deslocamento.

O curso de formação proposto neste PAE será encaminhado à Superintendente da SRE/Janaúba, de forma que tal ação possa ser contemplada no orçamento financeiro do ano de 2016 por meio do Plano de Ação Regional (PAR), no qual a SRE recebe recursos repassados pela SEE/MG anualmente. Assim, faz-se necessária a programação antecipada, tendo em vista que o plano de ações é elaborado no ano anterior para execução no ano seguinte.

Na seção seguinte, será discutida uma ação que diz respeito à inserção do tema “interação escola e família” nos cadernos de estudos do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio.

3.1.2 Inclusão da temática “Interação Escola e Família” nas ações do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio

A ausência de programas/projetos e da divulgação de experiências exitosas voltadas à participação das famílias na vida escolar dos filhos demonstra que a temática ainda é pouco discutida nos cursos de formação. No entanto merece maior atenção, tendo em vista que se trata de algo que interfere no cotidiano escolar, de tal maneira que cada gestor tenta driblar as dificuldades de trazer as famílias para a escola dentro do que é possível no âmbito da sua realidade. Assim, as ações desenvolvidas no âmbito escolar quanto à participação das famílias no contexto escolar carecem de divulgação, de maneira que a socialização das ações desenvolvidas possam levá-las a serem implementadas em outras escolas.

De acordo com o exposto nos capítulos anteriores, nota-se que a participação da família na vida escolar dos filhos reflete no aprendizado em sala de aula, pois a escola não educa sozinha. É necessária que haja a parceria das famílias dos alunos. Assim, a relação escola - família assume um importante papel no sucesso escolar dos alunos, bem como no fortalecimento da gestão democrática, através da participação de toda a comunidade.

Nesse sentido, propõe-se a inclusão do tema na agenda do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio para discussão e socialização de experiências exitosas que as escolas desenvolvem no seu cotidiano quanto à participação das famílias na vida escolar dos filhos, visando a compartilhar conhecimentos e divulgar os trabalhos desenvolvidos pelas escolas.

A sugestão de temas dentro do material utilizado no Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio pode ser proposta, uma vez que a Portaria nº 1.140, de 22 de Novembro de 2013, que institui o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, dispõe, em seu parágrafo único, que “[...] As IES formadoras, juntamente com as secretarias estaduais e distrital de educação, poderão utilizar material complementar para a formação no âmbito do Pacto, ouvida a Coordenação Estadual” (BRASIL, 2013, p. 25).

Nessa socialização, os cursistas trocarão experiências e absorverão novos conhecimentos, que, atrelados à sua prática, poderão promover a transformação na realidade escolar.

A operacionalização da proposta citada será da seguinte forma: inclusão do tema “a interação escola e família” nos cadernos do pacto da etapa I que foram destinados à formação geral aos cursistas da SRE/Janaúba.

Na próxima seção, será apresentada as ações destinadas aos jovens e adultos inseridos no Projeto Professor da Família.

3.1.3 Inserção de Cursos técnicos concomitantes e subsequentes voltados aos Jovens e Adultos

Também será proposta a inclusão de cursos técnicos concomitantes e subsequentes à realização do ensino médio/educação de jovens e adultos (EJA) voltados aos Jovens e Adultos atendidos pelo Profamilia. A cada semestre, a SEE/MG realiza levantamento de demanda para autorização de novas turmas de cursos técnicos, seja através da SEE/MG, seja via Pronatec do Governo federal.

Dessa forma, será sugerido lançar, no plano de atendimento do município de Serranópolis de Minas 2015/2016, a solicitação de turmas de cursos técnicos a serem implantados na E.E. Ananias Alves para atender a demanda de alunos matriculados em 2015 na Educação de Jovens e Adultos e que concluirão o ensino médio em julho de 2016, estando aptos a cursarem o curso técnico concomitante ou subsequente em 2016.

Na seção a seguir, apresenta-se a proposição de alteração de quadro de pessoal do segundo endereço da escola, na qual se insere o Profamilia.

3.1.4 Contratação de um Professor Coordenador para atuar no 2º Endereço da Escola

A visita *in loco*, bem como as entrevistas realizadas ao 2º endereço da escola ratificaram a necessidade de se ter um apoio pedagógico para atuar diariamente no segundo endereço. Nesse sentido, o servidor torna-se imprescindível para o atendimento na localidade, uma vez que esta não possui outros profissionais que atuam diariamente a não ser os professores.

O professor coordenador será responsável por todas as demandas relativas ao segundo endereço, bem como pelo acompanhamento e monitoramento das ações do projeto na escola.

Para a realização da ação proposta, será sugerida a inclusão, na resolução de quadro de pessoal das escolas estaduais de Minas Gerais para o ano de 2016, o item “quadro de servidores para escolas com segundos endereços de ensino médio’.

Para a concretização desta ação será necessária a contratação de recursos humanos para atender o segundo endereço.

Tabela 6: Planilha de Custos II

Ação: Contratação de um Professor Coordenador para atuar no 2º Endereço da Escola			
Discriminação	Quantidade	Valor unitário	Total
Professor Coordenador para o 2º Endereço	01	R\$ 1.455,00	R\$ 17.460,00

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

Será incluído um professor coordenador ao quadro de pessoal da escola para atender diariamente o segundo endereço. O servidor trabalhará 24 horas por semana, que serão distribuídas em 05 dias da semana (de segunda a sexta-feira), sendo cumprida a carga horária diária de 4 horas e 48 minutos, no período de fevereiro a dezembro de cada ano, de forma que o servidor atenda o turno de funcionamento das aulas – no caso apresentado, o noturno.

A proposta de alteração do quadro de pessoal para a escola que atenda o segundo endereço será encaminhada à Superintendente da SRE/Janaúba e à SEE/MG como sugestão para o ano letivo de 2016.

Já a próxima seção descreve as ações de monitoramento do Profamilia, por meio de visitas realizadas à escola beneficiada com o Profamilia.

3.1.5 Criação de uma agenda de monitoramento trimestral do Profamilia, na SRE/Janaúba

Nesta ação, a proposta é a criação de uma agenda de monitoramento trimestral do Profamilia. A equipe da SRE/Janaúba, composta por supervisora da Divisão de Recursos Humanos, analista educacional e inspetor escolar, realizará, nos meses de fevereiro, junho e novembro, visita à escola participante do Profamilia para monitoramento e acompanhamento das ações desenvolvidas no âmbito do projeto ao longo do ano.

As visitas trimestrais para alinhamento das atividades desenvolvidas no Profamilia visam a: identificar os problemas ocorridos e suas causas; sugerir soluções para os problemas detectados; levantar dados e informações sobre as ações desenvolvidas no projeto; e propor atividades que enriqueçam as ações do projeto.

Para realização da proposta de monitoramento das ações do Profamilia, serão necessários recursos financeiros para transporte e alimentação dos servidores da SRE/Janaúba que realizarão o acompanhamento das escolas.

Tabela 7: Planilha de Custos III

Ação: Monitoramento trimestral das ações do Profamilia			
Discriminação	Quantidade	Valor unitário	Total
Alimentação/Hospedagem para servidores da SRE	01 dia	R\$ 150,00	R\$ 450,00
Transporte dos servidores da SRE	03 pessoas	R\$ 26,30	R\$ 78,90

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

Os gastos são decorrentes do deslocamento de três servidores da SRE/Janaúba até a escola na qual funciona o Profamilia para desenvolver atividades de monitoramento. Assim, a SRE, através de recurso oriundo da SEE, disponibilizará

uma diária de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para cada servidor da SRE/Janaúba que se deslocou para o município de Serranópolis de Minas, bem como o valor da passagem rodoviária para o deslocamento.

A realização das atividades de monitoramento descritas neste PAE será encaminhada à Superintendente da SRE/Janaúba para inserção no orçamento financeiro do ano de 2016 por meio do Plano de Ação Regional (PAR), por meio do qual a SRE recebe recursos repassados pela SEE/MG anualmente.

Na seção a seguir, serão apresentadas as considerações finais relativas ao Plano de Ação Educacional proposto neste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho analisou a implementação do Projeto Professor da Família na Escola Estadual Ananias Alves, realizada no município de Serranópolis de Minas/MG.

Para investigar os fenômenos ocorridos, recorreu-se à análise documental, à pesquisa qualitativa e à realização de entrevistas com o objetivo de entender o processo de implementação do Projeto Professor da Família na Escola Estadual Ananias Alves no período de 2013 e 2014.

As ausências de um Professor Coordenador no segundo endereço, de cursos técnicos voltados ao público da EJA, da discussão do tema “interação escola e família”, da oferta de um curso para a equipe gestora do Profamilia e da prioridade no acompanhamento da política pública trouxeram consigo alguns desafios inerentes à execução do programa.

Entretanto os entraves percebidos na implementação são situações subsequentes necessárias ao aperfeiçoamento do projeto. De tal maneira, as ações previstas auxiliaram no aprimoramento do projeto professor da família, tanto pelos seus atores quanto pela comunidade atendida no projeto.

Com o intuito de provocar mudanças diante dos dados obtidos por meio das entrevistas e das visitas realizadas à E.E. Ananias Alves, foi proposto um Plano de Ação Educacional com cinco ações direcionadas à Secretaria de Estado da Educação, à Superintendência Regional de Ensino e à escola em questão: Formação para Equipe Gestora do Projeto Professor da Família; Inclusão do tema “Interação Escola e Família” no Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio; Oferta de Cursos Técnicos voltados a Educação de Jovens e Adultos (EJA); Contratação do Professor Coordenador; e Criação de uma agenda de monitoramento trimestral do Profamilia na SRE/Janaúba.

Cabe ressaltar que as propostas inseridas neste trabalho não são as únicas para a solução dos problemas detectados ao longo da investigação do Projeto Professor da Família, pois, além da SRE/Janaúba, encontram-se inseridas no programa outras 23 SREs, tendo sido destacados no presente estudo os principais entraves do universo pesquisado.

Cabe destacar que esta pesquisa abre um leque de possibilidades para novas investigações, pois trata-se de um tema inesgotável no campo de atuação dos gestores públicos frente à implementação de políticas públicas.

Nesse sentido, essa pesquisa instiga outras descobertas, tendo em vista que a temática deixa margem para uma série de outros trabalhos a serem apresentados, buscando sempre atingir o objetivo da participação da família na vida escolar dos estudantes, a saber: oportunizar aos estudantes o acesso a uma escola de qualidade, bem como a garantia de sua permanência para concluir a educação básica; e possibilitar, ainda, o retorno daqueles que estão fora da escola.

O trabalho ainda deixa algumas lacunas inerentes à questão da ausência do mapeamento com acesso às informações inerentes ao desempenho dos estudantes do ensino médio, por município, nas avaliações de larga escala, uma vez que as avaliações nessa fase da educação escolar são realizadas de forma amostral. Atualmente, o ensino médio é avaliado por meio da Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), que compõe o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). A avaliação externa prevista para o ensino médio ocorre a cada dois anos e de forma amostral.

Diante do contexto no qual se insere o ensino médio, é fundamental o diagnóstico por escola, de tal maneira que a equipe da escola consiga visualizar suas deficiências e aprimorar os trabalhos em sala de aula, bem como a formação continuada dos servidores da escola

Assim, um desafio ainda pendente no ensino médio é a universalização da matrícula nessa etapa da educação básica, que, por sua vez interfere na qualidade do ensino. Devido à qualidade atual da educação dessa etapa escolar, não se consegue manter os estudantes que chegam ao ensino médio no nível de ensino, e os indicadores da última etapa da educação básica requerem atenção devido ao ainda número elevado de alunos evadidos, principalmente no primeiro ano do ensino médio.

Neste trabalho, deposito minha contribuição e reflexão quanto à necessidade de se resgatar a qualidade da educação no ensino médio, bem como de se oportunizarem aos estudantes e familiares políticas públicas capazes de custear a vida escolar dos discentes no ensino médio, de forma que os jovens possam concluir o nível de ensino, ampliar seu capital cultural e expandir suas oportunidades profissionais.

REFERÊNCIAS

ÁGUIDO, Cynthia Maria Santos et al. GT elevação de escolaridade e GT Água: uma estratégia inovadora de governança no âmbito do programa de redução da pobreza do governo do estado de Minas Gerais. CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 7, 2014, Brasília. **Anais**. Brasília: Centro de Convenções Ulisses Guimarães, 2014.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

BATISTA, Santos Dias; SOUZA, Alexsandra Matos; OLIVEIRA, Julia Maria da Silva. A evasão Escolar no Ensino Médio: um estudo de caso. **Revista Docente**, Uberaba, v. 9, n. 19, p. 70-94, jan/jul. 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.uniube.br/index.php/rpd/issue/view/38>>. Acesso em: 16 nov. 2014.

BELLINATO, Roberta. **Professores visitam as casas de seus alunos: uma experiência interpretada à luz da Pedagogia Social**. 134p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. 134p.

BRASIL. **Atlas de desenvolvimento do Brasil**. 2013a. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx>>. Acesso em: 20 out. 2014.

_____. **Constituição Federal de 1988**. 2014a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 01 abr. 2014.

_____. Decreto s/nº. de 31 de outubro de 2003. **Institui Grupo Técnico para acompanhamento das Metas e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 out. 2003. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2003/Dnn10011.htm>. Acesso em: 20 nov. 2014.

_____. Decreto nº. 6.094, de 24 de abril de 2007. **Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando à mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 abr. 2007. Seção 3. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/2007/04/24/Secao-3?p=2>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 06 abr. 2013.

_____. Lei n. 8069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e da outras providências.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 13 nov. 2014.

_____. Lei n. 12796, de 04 de abril de 2013. **Dispõe sobre Alteração na Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 04 abr. 2013b. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/2013/04/04>>. Acesso em: 13 nov. 2014.

_____. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 jun. 2014b. Seção 1, p. 1. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/72231507/dou-edicao-extra-secao-1-26-06-2014-pg-1/pdfView>>. Acesso em: 13 nov. 2014.

_____. Portaria 1.140, de 22 de novembro de 2013. **Institui o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio e define suas diretrizes gerais, forma, condições e critérios para a concessão de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do ensino médio público, nas redes estaduais e distrital de educação.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 nov. 2013c. Seção 1, p. 24. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=15069&Itemid=>. Acesso em: 13 nov. 2014.

_____. Resolução nº. 2, de 30 de janeiro de 2012. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 jan. 2012. Disponível em: <http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/resolucao_ceb_002_30012012.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2014.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **IDEB - resultados e metas.** 2013d. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado>>. Acesso em: 13 jan. 2014.

BROOKE, Nigel. (org). **Marcos históricos da educação.** Belo Horizonte, MG: Fino Traço Editora Ltda, 2012.

CARVALHO, Willer Luciano. **Metodologia de Análise para a Localização de Escolas em Áreas Rurais.** Tese (Doutorado em Transportes) _ Departamento de Engenharia Civil e Ambiental, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

CASTRO, Jane Margareth; REGATTIERI, Marilza. **Interação escola-família: subsídios para práticas escolares.** Brasília: UNESCO, MEC, 2009.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de; TORRES, Haroldo da Gama; FRANÇA, Danilo. Os jovens e o gargalo do Ensino Médio Brasileiro. **1ª Análise Seade**, n. 5, ago. 2013. Disponível em: <<http://www.observatoriopne.org.br/uploads/reference/file/193/documento-referencia.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2014.

CONDE, Eduardo Salomão. Abrindo a Caixa: elementos para melhor compreender a análise das Políticas Públicas. **Revista Pesquisa e Debate em Educação – Programa de Pós Graduação Profissional/Gestão e Avaliação de Gestão Pública/UFJF, Juiz de Fora**, v. 2, n. 2, p. 78-100, jul./dez. 2012.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em Revista**, n. 24, p. 213-225, 2004.

FREITAS, Fernanda de Lourdes de. Representações sociais de professores a partir da vivência no Programa Conhecer para Aprender: Interação Família e Escola. Anais CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOLOGIA, 5, 2012, Maringá. **Anais eletrônicos**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá 2012. Disponível em: <<http://www.eventos.uem.br/index.php/cipsi/2012/paper/viewFile/482/281>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1994.

GOUVEIA, Andréa Barbosa; SOUZA, Ângelo Ricardo de; TAVARES, Taís Moura. Ideb e as políticas educacionais na região metropolitana de Curitiba. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 20, n. 42, p. 45-58, jan./abr. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sinopse do Censo Demográfico 2010 - Minas Gerais**. 2014. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=29&uf=31>>. Acesso em: 20 out. 2014.

KRAWCZYK, Nora. **O ensino médio no Brasil**. São Paulo: Ação Educativa, 2009. (Em questão, 6). 77 p. Disponível em <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2009-2/3SF/Krawczyk-2009EnsinoMedio.pdf> >. Acesso em 05 Nov. 2014.

LEÃO, Geraldo; DAYRELL, Juarez Tarcísio; REIS, Juliana Batista dos. Jovens olhares sobre a escola do Ensino Médio. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 31, n. 84, p. 253-273, mai./ago. 2011. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 05 nov. 2014.

LUCK, Heloísa. Perspectiva da Gestão escolar e implicações quanto à Formação de seus Gestores. **Em Aberto**, Brasília, v. 17, n. 72, p. 11-34, jun. 2000. Disponível em: <http://www4.inep.gov.br/download/cibec/2000/em_aberto/emaberto72.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2015.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do Ciclo de Políticas e suas Contribuições para Análise da Trajetória de Políticas Educacionais. **Atos de Pesquisa em Educação**, v. 1, n. 2, p. 94-105, mai./ago. 2006

MELO, Savana Diniz Gomes; DUARTE, Adriana. Políticas para o ensino médio no Brasil: perspectivas para a universalização. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 31, n. 84, p. 231-251, mai./ago. 2011. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 05 nov. 2014.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Decreto nº 44.705, de 15 de janeiro de 2008. **Dispõe sobre o Programa Travessia.** Diário do Executivo, Belo Horizonte, MG, 15 jan. 2008. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=44705&comp=&ano=2008>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

_____. Decreto nº 45.849, de 27 de dezembro de 2011. **Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado da Educação.** Diário do Executivo, Belo Horizonte, MG, 27 dez. 2011a. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova_min.html?tipo=DEC&num=45849&comp=&ano=2011&texto=original>. Acesso em: 14 jan. 2014.

_____. Decreto nº 45.696, de 16 de agosto de 2011. **Regulamenta o inciso IX do art. 2º da Lei nº 17.007, de 28 de setembro de 2007, e, nos termos do item VIII do Anexo da Lei nº 18.692, de 30 de dezembro de 2009, institui o Banco Travessia no âmbito do Programa Travessia.** Diário do Executivo, Belo Horizonte, MG, 16 ago. 2011b. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=45696&comp=&ano=2011&aba=js_textoAtualizado>. Acesso em: 14 jan. 2014.

_____. Decreto nº 46.100, de 10 de dezembro de 2012. **Dispõe sobre a Carteira de Programas Estruturadores do Governo do Estado, institui as funções de Gerente de Programa, Gerente de Projeto e Gerente de Processo e designa agentes públicos para o exercício das respectivas funções.** Diário do Executivo, Belo Horizonte, MG, 10 dez. 2012a. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/ppp/legislacao/estadual/decreto_46100_2012.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2014.

_____. Decreto nº 46.256, de 14 de junho de 2013. **Altera o Decreto nº 45.696, de 16 de agosto de 2011, que Regulamenta o Inciso IX do Art. 2º da Lei Nº 17.007, de 28 de setembro de 2007, d, nos termos item VIII do Anexo da Lei Nº 18.692, de 30 de dezembro de 2009, Institui o Banco Travessia no âmbito do Programa Travessia.** Diário do Executivo, Belo Horizonte, MG, 14 jun. 2013a. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=46256&comp=&ano=2013>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

_____. Escritório de Prioridades Estratégicas. **Caderno de Indicadores.** Belo Horizonte, 2013b. 251 p.

_____. Lei Complementar nº 100, de 05 de Novembro de 2007. **Institui a Unidade de Gestão Previdenciária Integrada - UGEPREVI - do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais e do Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado de Minas Gerais e o Conselho Estadual de Previdência - CEPREV -, altera a Lei Complementar nº 64, de 25 de março de 2002, e dá outras providências.** Diário do Executivo, Belo Horizonte, MG, 05 nov. 2007. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LCP&num=100&ano=2007>>. Acesso em 14 jan. 2014.

_____. Lei Delegada nº 59, de 29 de Janeiro de 2003. **Dispõe sobre a Secretaria de Estado de Educação e dá outras providências.** Diário do Executivo, Belo Horizonte, MG, 29 jan. 2003. Disponível em: <http://www.cee.mg.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=195&Itemid=145>. Acesso em: 14 jan. 2014.

_____. Lei Delegada nº 180, de 20 de Janeiro de 2011. **Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.** Diário do Executivo, Belo Horizonte, MG, 20 jan. 2011c. Disponível em <<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=16134>>. Acesso em 14 Jan. 2014.

_____. Lei nº 15.455, de 12 de janeiro de 2005. **Estabelece normas para o cumprimento do disposto no inciso VIII do art. 12 da Lei Federal nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Belo Horizonte, 2005.

_____. **Programa Travessia.** Disponível em: <http://politicaspUBLICAS.almg.gov.br/temas/programa_travessia/entenda/informacoes_gerais.html?tagNivel1=6001&tagAtual=11417>. Acesso em: 13 jan. 2014.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE). **Manual Professor da Família.** 2012b. Disponível em: <<https://www.educacao.mg.gov.br/images/stories/noticias/2012/Junho2012/manual-professor-da-familia.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2014.

_____. **Mapa da Superintendência Regional de Janaúba.** Disponível em: <<http://crv.educacao.mg.gov.br/atlas/?mod=&niv=sre&map=sre&ids=044&idm=&ide=>>>. Acesso em: 13 nov. 2013.

_____. **Mapa de Serranópolis de Minas.** Disponível em: <<http://www.educacao.mg.gov.br/atlas/?mod=&niv=sre&map=sre&ids=0731&idm=&ide=>>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

_____. Portal do Servidor. **SISAP.** Disponível em: <<http://www.portaldoservidor.mg.gov.br/dados-do-servidor>>. Acesso em: 14 mar. 2014.

_____. **Professor da Família.** 2014a. Disponível em: <<http://www.educacao.mg.gov.br/component/gmg/action/2826-professor-da-familia>>. Acesso em: 13 jan. 2014.

_____. Resolução SEE nº 2.197, de 26 de outubro de 2012. **Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências.** Belo Horizonte, 2012c.

_____. Resolução SEE nº 2.486, de 20 de dezembro de 2013. **Dispõe sobre a universalização do Reinventando o Ensino Médio nas Escolas da rede pública estadual de Minas Gerais.** Belo Horizonte, 2012d.

_____. Resolução SEE Nº 2.594, de 03 de abril de 2014. **Dispõe sobre a implantação do Projeto “Professor da Família” para os alunos do ensino médio da rede estadual de Minas Gerais.** Belo Horizonte, 2014b.

_____. Resolução SEE nº 2.742, de 22 de janeiro de 2015. **Dispõe sobre o ensino médio nas escolas da rede pública estadual de Minas Gerais.** Belo Horizonte, 2015a.

_____. Ofício Circular SEE/SB/SEM/DIEM nº 227/2012, de 30 de outubro de 2012. **Dispõe sobre a implantação do Projeto Professor da Família no ano de 2013.** Secretaria de Estado da Educação: Belo Horizonte, 2012e.

MINAS GERAIS. Secretaria de Planejamento e Gestão de Minas Gerais. Programas e Ações. **Professor da Família.** 2015b. Disponível em: <<http://www.planejamento.mg.gov.br/programas-e-aco-es/educacao-para-crescer>>. Acesso em: 14 mar. 2014.

NEUBAUER, Rose; SILVEIRA, Ghisleine Trigo. Gestão dos sistemas escolares – Quais caminhos perseguir? In: SCHWARTZMAN, Simon; COX, Cristián (Orgs.). **Políticas educacionais e coesão social.** Uma agenda latino-americana. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2009.

PARO, Vitor Henrique. **Qualidade do Ensino:** a contribuição dos pais. São Paulo: Xamã, 2007.

REIS, Raphael de Oliveira. Programa Interação Família-Escola – a importância da família e da presença do poder público. **Isegoria - Ação Coletiva em Revista**, ano 1, v. 1, n. 2, set. de 2011/fev. De 2012. Disponível em <<http://www.isegoria.ufv.br/Raphael%20de%20Oliveira%20Reis%20-%20processo%200006.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

RIANI, Frederico Augusto D’Ávila. Autonomia financeira dos municípios brasileiros para a definição e execução de políticas públicas sociais: de uma visão geral à análise do município de Juiz de Fora (2005 a 2010). **Revista da Procuradoria-Geral do Município de Juiz de Fora – RPGMJF**, Juiz de Fora, ano 3, n. 3, jan./dez. 2013.

SANDIM, Tatiana Lemos. **A nova configuração do programa travessia:** a intersectorialidade tem se fortalecido? Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho – Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2012.

SANTOS, Fernando Burgos Pimentel dos. **A atuação dos governos locais na redução das desigualdades socioeconômicas.** Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2013.

SETUBAL, M. A. Equidade e desempenho escolar: é possível alcançar uma educação de qualidade para todos? **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 91, n. 228, p. 345-366, maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/1691/1342>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

SOARES, Francisco José. **Qualidade e equidade na educação brasileira. Fatos e possibilidades.** Pesquisa realizada com o apoio da Fundação Ford para apresentação no Seminário Sobre a Educação Brasileira realizado em Oxford, em fevereiro de 2003. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/desafios/3equidade.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2015.

APENDICE 1

ROTEIRO SEMIESTRUTURADO PARA ENTREVISTA COM A EQUIPE GESTORA DA ESCOLA

- 1- Você conhece as metas e finalidades do Projeto Professor da Família (Profamilia) implementado nesta escola?
- 2- Os professores e todos os profissionais da escola, bem como a comunidade escolar conhecem o Projeto Professor da Família (Profamilia)? Houve divulgação?
- 3- Houve resistência por parte dos servidores ou comunidade escolar na implementação do Projeto Professor da Família (Profamilia) na escola?
- 4- O que a escola tem feito para alcançar as metas propostas pelo Projeto Professor da Família (Profamilia)? O que foi feito para implementar a política na escola?
- 5- Houve mudanças na gestão da escola após a implementação do Projeto Professor da Família (Profamilia) na escola?
- 6- Houve alguma alteração no quadro de pessoal da equipe que atua no Projeto Professor da Família (Profamilia)?
- 7- As famílias dos alunos do ensino médio participam dos eventos/reuniões e outros compromissos na escola? Quais os eventos registram maior participação? São realizados registros de todos os eventos reuniões com os pais? Como?
- 8- A escola possui a lista das famílias cadastradas no banco travessia?
- 9- A assiduidade das famílias as reuniões é influenciada pelo cadastro no banco travessia?
- 10- Você acredita que o pagamento de travessias às famílias possui relação direta com o desempenho escolar dos alunos?
- 11- A escola possui um consolidado de monitoramento quanto à participação da família na vida da escola?
- 12- A escola cria instrumentos alternativos para monitorar o Projeto Professor da Família (Profamilia)? Ou usa somente os questionários/sugestões enviados pela SEEMG?

13- Quais os problemas detectados quanto à participação das famílias na vida da escola? Quais as estratégias da escola para superar os entraves?

14- As famílias vão à escola a qualquer momento ou somente quando são convidadas/convocadas?

15- Um dos princípios da gestão democrática é a "participação das comunidades escolar e local". Como ela tem ocorrido nesta escola?

16- Qual a porcentagem média de pais dos alunos do ensino médio participantes das reuniões/eventos na escola, considerando o número de alunos matriculados no nível de ensino?

17- Os pais dos alunos do ensino médio acompanham a vida escolar dos filhos? Como tem ocorrido na prática?

18- Que mudanças são necessárias para o oferecimento de uma educação de qualidade nas escolas estaduais da SRE - Janaúba?

Mestranda: Lucilia Alves de Oliveira

APENDICE 2

ROTEIRO SEMIESTRUTURADO PARA ENTREVISTA COM A EQUIPE DO PROFAMILIA DA ESCOLA

2.1 COORDENADOR LOCAL

- 1- Você conhece as metas e finalidades do Projeto Professor da Família (Profamilia) implementado nesta escola?
- 2- Os professores e todos os profissionais da escola, bem como a comunidade escolar conhecem o Projeto Professor da Família (Profamilia)? Houve divulgação?
- 3- Houve resistência por parte dos servidores ou comunidade escolar na implementação do Projeto Professor da Família (Profamilia) na escola?
- 4 – Quais os principais motivos que levaram você a participar do Profamilia?
- 5 – Você participa do Profamilia há quanto tempo? Quais as contribuições do programa para sua atividade docente?
- 6- O que a escola tem feito para alcançar as metas propostas pelo Projeto Professor da Família (Profamilia)? O que foi feito para implementar a política na escola?
- 7- Houve mudanças na gestão da escola após a implementação do Projeto Professor da Família (Profamilia) na escola?
- 8- Houve alguma alteração no quadro de pessoal da equipe que atua no Projeto Professor da Família (Profamilia)?
- 9- As famílias dos alunos do ensino médio participam dos eventos/reuniões, entre outros na escola? Quais os eventos registram maior participação? São realizados registros de todos os eventos reuniões com os pais? Como?
- 10- A assiduidade das famílias as reuniões é influenciada pelo cadastro no banco travessia?
- 11- Você acredita que o pagamento de travessias às famílias possui relação direta com o desempenho escolar dos alunos?
- 12- A escola possui um consolidado de monitoramento quanto à participação da

família na vida da escola?

13- A escola cria instrumentos alternativos para monitorar o Projeto Professor da Família (Profamilia)? ou usa somente os questionários/sugestões enviados pela SEEMG?

14- Quais os problemas detectados quanto a participação das famílias na vida da escola? Quais as estratégias da escola para superar os entraves?

15- As famílias vão a escola a qualquer momento ou somente quando são convidadas/convocadas?

16- Um dos princípios da gestão democrática é a "participação das comunidades escolar e local". Como ela tem ocorrido nesta escola?

17- Qual a porcentagem média de pais dos alunos do ensino médio participantes das reuniões/eventos na escola, considerando o número de alunos matriculados no nível de ensino?

18- Os pais dos alunos do ensino médio acompanham a vida escolar dos filhos? Como tem ocorrido na prática?

19- É possível afirmar que o Profamilia provoca mudanças na vida escolar dos alunos? Que tipo de mudanças?

20 – Você percebe alguma mudança na escola, a partir das ações do programa?

Quais?

21 – Você considera que o Profamilia proporciona mudanças no ambiente da sala de aula?

22- Como coordenador, você considera que os resultados previstos para o programa foram alcançados?

2.2 AGENTE EDUCACIONAL

1- Você conhece as metas e finalidades do Projeto Professor da Família (Profamilia) implementado nesta escola?

2- Os professores e todos os profissionais da escola, bem como a comunidade escolar conhecem o Projeto Professor da Família (Profamilia)? Houve divulgação?

- 3- Houve resistência por parte dos servidores ou comunidade escolar na implementação do Projeto Professor da Família (Profamilia) na escola?
- 4 – Quais os principais motivos que levaram você a participar do Profamilia?
- 5 – Você participa do Profamilia há quanto tempo? Quais as contribuições do programa para sua atividade docente?
- 6- O que a escola tem feito para alcançar as metas propostas pelo Projeto Professor da Família (Profamilia)? O que foi feito para implementar a política na escola?
- 7- Houve mudanças na gestão da escola após a implementação do Projeto Professor da Família (Profamilia) na escola?
- 8- Houve alguma alteração no quadro de pessoal da equipe que atua no Projeto Professor da Família (Profamilia)?
- 9- As famílias dos alunos do ensino médio participam dos eventos/reuniões, entre outros na escola? Quais os eventos registram maior participação? São realizados registros de todos os eventos reuniões com os pais? Como?
- 10- A assiduidade das famílias as reuniões é influenciada pelo cadastro no banco travessia?
- 11- Você acredita que o pagamento de travessias às famílias possui relação direta com o desempenho escolar dos alunos?
- 12- A escola possui um consolidado de monitoramento quanto a participação da família na vida da escola?
- 13- A escola cria instrumentos alternativos para monitorar o Projeto Professor da Família (Profamilia)? ou usa somente os questionários/sugestões enviados pela SEEMG?
- 14- Quais os problemas detectados quanto a participação das famílias na vida da escola? Quais as estratégias da escola para superar os entraves?
- 15- As famílias vão a escola a qualquer momento ou somente quando são convidadas/convocadas?
- 16- Um dos princípios da gestão democrática é a "participação das comunidades escolar e local". Como ela tem ocorrido nesta escola?
- 17- Qual a porcentagem média de pais dos alunos do ensino médio participantes

das reuniões/eventos na escola, considerando o número de alunos matriculados no nível de ensino?

18- Os pais dos alunos do ensino médio acompanham a vida escolar dos filhos? Como tem ocorrido na prática?

19- É possível afirmar que o Profamilia provoca mudanças na vida escolar dos alunos? Que tipo de mudanças?

20 – Você percebe alguma mudança na escola, a partir das ações do programa? Quais?

21- Como agente educacional, você considera que os resultados previstos para o programa foram alcançados?

Mestranda: Lucilia Alves de Oliveira

APENDICE 3

ROTEIRO SEMIESTRUTURADO PARA ENTREVISTA COM A EQUIPE GESTORA DA SRE/JANAÚBA

- 1- O que você acha da política do Projeto Professor da Família (Profamilia) implantado em Minas?
- 2- Houve resistência por parte da escola na implementação do Profamilia?
- 3- Qual a importância da participação da família na gestão da escola?
- 4- O que a SRE tem feito para implementar o Projeto Professor da Família (Profamilia)?
- 5- Houve mudanças na equipe responsável pelo Projeto Professor da Família (Profamilia) na SRE após a implementação?
- 6- A SRE tem promovido encontros de alinhamento e capacitações para as escolas contempladas com o Projeto Professor da Família (Profamilia)?
- 7- A SRE já participou de alguma reunião com o banco travessia do município contemplado com o Projeto Professor da Família (Profamilia)?
- 9- A SRE possui um consolidado de monitoramento do Projeto Professor da Família (Profamilia)?
- 10- Um dos princípios da gestão democrática é a "participação das comunidades escolar e local". Como ela tem ocorrido na escola contemplada com o Projeto Professor da Família (Profamilia)?
- 11- Que mudanças são necessárias para o oferecimento de uma educação de qualidade nas escolas estaduais da SRE-Janaúba?

Mestranda: Lucilia Alves de Oliveira

APENDICE 4

ROTEIRO SEMIESTRUTURADO PARA ENTREVISTA COM AS FAMÍLIAS DOS

- 1- Você conhece o Projeto Professor da Família (Profamilia) implementado nesta escola?
- 2- A escola realizou a divulgação Projeto Professor da Família (Profamilia) para a comunidade escolar?
- 3- Você participa das ações do Profamilia na escola?
- 4- Sua família participa dos eventos/reuniões, entre outros na escola? Quais os eventos registram maior participação? São realizados registros de todos os eventos reuniões com os pais? Como?
- 5- Sua família é cadastrada no banco travessia? Caso positivo, tal cadastro interfere na participação de sua família nos eventos da escola? Como? Sua família conhece as regras para acúmulo da moeda travessia?
- 6- Sua família acompanha o desempenho escolar dos filhos? Como?
- 7- Sua família é visitada pelos agentes educacionais do Profamilia? Com que frequência? Quais os assuntos relacionados a escolarização das famílias/filhos mais abordados?
- 8- Quais os problemas enfrentados por sua família para participar da vida da escola? Quais as estratégias necessárias para a superação das dificuldades?
- 9- Sua família vai a escola a qualquer momento ou somente quando é convocada ou convidadas?
- 10- Um dos princípios da gestão democrática é a "participação das comunidades escolar e local". Como ela tem ocorrido na escola dos seus filhos?
- 11- É possível afirmar que o Profamilia provoca mudanças na vida escolar dos alunos e das famílias? Que tipo de mudanças?
- 12 – Você percebe alguma mudança na escola, a partir das ações do programa? Quais?

Mestranda: Lucilia Alves de Oliveira

APENDICE 5

ROTEIRO SEMIESTRUTURADO PARA ENTREVISTA COM OS ALUNOS DA ESCOLA

- 1- Você conhece o Projeto Professor da Família (Profamilia) implementado nesta escola?
- 2- A escola realizou a divulgação Projeto Professor da Família (Profamilia) para a comunidade escolar?
- 3- Você participa das ações do Profamilia na escola? Quais?
- 4- Sua família é cadastrada no banco travessia? Caso positivo, tal cadastro interfere no seu desempenho escolar? Como?
- 5- Sua família acompanha seu desempenho escolar? Como ocorre?
- 6- Sua família é visitada pelos agentes educacionais do Profamilia? Com que frequência? O seu desempenho escolar é repassado e discutido com sua família?
- 7- Quais os problemas enfrentados por sua família para participar de sua vida escolar? Quais as estratégias necessárias para a superação das dificuldades?
- 8- É possível afirmar que o Profamilia provoca mudanças na vida escolar dos alunos e das famílias? Que tipo de mudanças?
- 9- Você percebe alguma mudança na escola, a partir das ações do programa? Quais?

Mestranda: Lucilia Alves de Oliveira

APENDICE 6

ROTEIRO SEMIESTRUTURADO PARA ENTREVISTA COM A GERENTE DO BANCO TRAVESSIA

- 1- Você conhece o Projeto Professor da Família (Profamilia) implementado na escola estadual Ananias Alves?
- 2- Você já participou de algum eventos/reuniões do Profamilia na escola? Existe interação entre o banco travessia e a equipe do Profamilia?
- 3- As famílias cadastradas no banco travessia conhecem as regras para acúmulo e perda da moeda travessia? Como elas buscam aumentar o número de travessias? Quais os fatores que influenciam na perda das travessias?
- 4- As famílias na assinatura do termo de adesão ao Banco Travessia podem optar pelo prazo de 2 ou 3 anos. Dentre os prazos qual é mais requisitado pelas famílias com filhos matriculados no ensino médio?
- 5- Quais os problemas enfrentados pelo banco travessia no atendimento as famílias cadastradas que possuem filhos matriculados no ensino médio?
- 6- É possível afirmar que o banco travessia provoca mudanças na vida escolar dos alunos e das famílias? Que tipo de mudanças?
- 7 – Você percebe alguma mudança na escolarização dos alunos e familiares, a partir das ações do banco travessia? Quais?

Mestranda: Lucilia Alves de Oliveira